



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO
SOCIAL**

MARIA GOMES FERNANDES ESCOBAR

**NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA "PEDRA":
ESTUDO SOBRE O USO DO CRACK POR MULHERES POBRES DA
COMUNIDADE JARDIM FLUMINENSE NA CIDADE DE FORTALEZA**

FORTALEZA - CEARÁ

2016

MARIA GOMES FERNANDES ESCOBAR

NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA "PEDRA":
ESTUDO SOBRE O USO DO CRACK POR MULHERES POBRES DA
COMUNIDADE JARDIM FLUMINENSE NA CIDADE DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Área de concentração: Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Glaucíria Mota Brasil.

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Escobar, Maria Gomes Fernandes.

No meio do caminho tinha uma "pedra":
estudo sobre o uso do crack por mulheres pobres da
comunidade Jardim Fluminense na cidade de Fortaleza
[recurso eletrônico] / Maria Gomes Fernandes
Escobar. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 144 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Ph.D. Maria Glaucíria Mota
Brasil.

1. Crack. 2. Gênero. 3. Pobreza. 4. Violência. I.
Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



Maria Gomes Fernandes Escobar

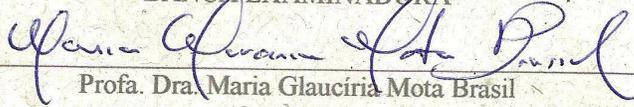
**NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA "PEDRA": ESTUDO SOBRE O USO DO
CRACK POR MULHERES POBRES DA COMUNIDADE JARDIM FLUMINENSE NA
CIDADE DE FORTALEZA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social

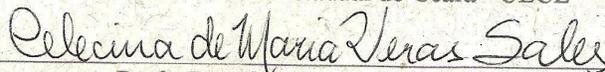
Aprovada em: 30 / 05 / 2016

BANCA EXAMINADORA


Profª. Dra. Maria Glauciria Mota Brasil

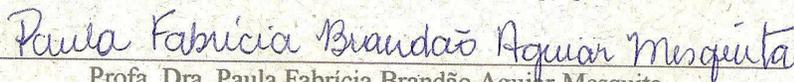
(Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Dra. Celecina de Maria Veras Sales

Universidade Federal do Ceará - UFC



Profª. Dra. Paula Fabricia Brandão Aguiar Mesquita

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Àqueles que são luz para os meus olhos e calor para o meu coração: Zilma Fernandes (amada mãe), Rafael Escobar (esposo, companheiro, amor, amante), Maria Luísa Escobar (parte de mim, amor maior).

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu criador, redentor e salvador por estar sempre ao meu lado, em todos os momentos e situações e por ser o calor que acalenta meu coração e pacifica minha mente.

À Professora Doutora Maria Glaucíria Mota Brasil que me aceitou como orientanda e construiu comigo esse percurso desafiador de forma leve, tranquila e prazerosa.

Ao corpo docente do MASS por toda contribuição teórica e por terem sido tão sensíveis, amorosas e compreensivas quando precisei estar nas aulas com uma recém-nascida.

Às companheiras e companheiro de jornada no MASS, que compartilharam comigo as conquistas, as angústias, as tensões e certamente a felicidade em chegar a esse momento. Obrigada minhas queridas e querido Soleanne Mazza, Joana Moreira, Elane Conde, Daiane Daine, Aline Martins, Eliane Aguiar, Gleiciane Viana, Adriana Ribeiro e Pedro Rafael.

Ao professor Doutor Paulo Henrique Dias Quinderé pela participação e contribuição no meu exame de qualificação.

À professora Doutora Celecina de Maria Veras Sales pela grande contribuição no momento do exame de qualificação, pelo material cedido para estudos e pela gentil participação na banca avaliadora desta dissertação.

À professora Doutora Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita pelo aceite em participar da banca avaliadora desta dissertação.

Ao meu companheiro Rafael Escobar por ser meu maior incentivador, por acreditar em mim mais do que eu mesma e por não ter me deixado desistir quando o cansaço e a correria diária quiseram me derrubar. Obrigada meu amor.

A minha filha Maria Luísa Escobar por ser uma criança tão carinhosa, afetiva, curiosa e por ter resistido comigo quando foi preciso levá-la com apenas dois meses de vida para a sala de aula. Obrigada por materializar o maior amor que eu jamais imaginei construir com alguém.

A minha mãe Zilma Fernandes e minhas irmãs Leiliana Gomes e Josy Sousa pelo carinho, apoio, confiança e por terem cuidado da minha pequena quando já não era mais possível levá-la às aulas.

Às interlocutoras da pesquisa, mulheres que aceitaram se mostrar a mim para que esse trabalho pudesse ser construído. Muito obrigada.

RESUMO

O estudo analisa o uso de drogas, notadamente o crack estabelecendo relação entre as categorias gênero, pobreza e violência na busca de identificar as marcas deixadas pelo uso do crack nas vivências das mulheres entrevistadas. A análise parte do entendimento de que o uso de drogas é algo que faz parte da cultura humana e sua abordagem precisa ser realizada levando-se em conta fatores sociais e não somente biomédicos e morais. As interlocutoras da pesquisa foram cinco mulheres usuárias ou ex-usuárias de crack moradoras da Comunidade Jardim Fluminense em Fortaleza. As entrevistas ocorreram nas residências das mulheres, sendo posteriormente submetidas a análise de conteúdo, na modalidade análise temática de Minayo. Os resultados evidenciaram a forte “demonização” do crack sendo ele apontado como responsável por todas as dificuldades vivenciadas pelas mulheres. Os resultados apontam ainda que as mulheres vivenciam sentimentos ambíguos em relação à maternidade em um conflito entre o socialmente esperado, e suas escolhas de vida. Expressam também o sentimento de vergonha pelo uso do crack e nesse sentido, buscam efetivar o uso da droga em ambientes privados, resguardadas do “olhar do outro”. A análise das entrevistas permeada pelas observações construídas em diário de campo permitiu compreender que o uso do crack afeta de forma diferenciada a vivência das mulheres no sentido de que para elas, o meio social impõe um comportamento moral, um padrão de conduta a ser seguido e, ao fugirem desse padrão as mulheres aqui estudadas sofrem de forma ainda mais intensa o preconceito, o estigma e a vergonha por não conseguirem ser como o esperado socialmente.

Palavras-chave: Droga. Gênero. Pobreza. Violência.

ABSTRAC

The study examines the use of drugs, especially crack, establishing the relationship between the categories of gender, poverty and violence in order to identify the marks left by the use of crack in the experiences of the women interviewed. The analysis of the understanding that drug use is something that is part of human culture and your approach needs to be carried out taking into account social factors both biomedical and moral. The interlocutors of the research were five women crack users or former users residents of the Community Jardim Fluminense in Fortaleza. The interviews took place in women's homes, and then were subjected to content analysis in the thematic analysis mode Minayo. The results showed a strong "demonization" of crack and were responsible for all the difficulties experienced by women. The results also indicate that women experience mixed feelings about motherhood in a conflict between the socially expected, and their life choices. There also was a sense of shame for the use of crack and carried out drug use in private environments, away from the "gaze of others". Analysis of the interviews permeated by observations built in diary allowed understand that crack use affects differently the experience of women in the sense that for them, the social environment imposes a moral behavior, a pattern of conduct to be followed and, to escape this pattern women studied suffer even more intense prejudice, stigma and shame because they can not be accepted socially.

Key-words: Crack. Genre. Poverty. Violence.

LISTA DE INLUSTRAÇÕES

Figura 1- Foto da Avenida Cônego de Castro no cruzamento que dá acesso à Comunidade Jardim Fluminense.....	29
Figura 2 – Ponto final da linha de ônibus Jardim Fluminense.....	30
Figura 3 – Rua Luís Gomes de Freitas - Comunidade Jardim Fluminense.....	30
Figura 4 – Rua Treze - Comunidade Jardim Fluminense	44
Figura 5 – Campanha da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul contra o uso do crack	50
Figura 6 – Recorte de material de propaganda de cervejarias	52
Figura 7 – Campanha contra a legalização da maconha	68
Figura 8 – Definição de quantidades para porte de maconha e cocaína em países da Europa.....	72
Figura 9 – Internação compulsória de usuários de drogas	74
Figura 10 – Recolhimento involuntário de usuários de Crack na cidade do Rio de Janeiro.....	75
Figura 11 – A conquista do voto feminino no Brasil.....	78
Figura 12 – Caminhada de mulheres em ato contra o PL 5069 na Avenida Paulista.....	82
Figura 13 – Crianças e mulheres trabalhando em fábricas na Inglaterra Vitoriana.	101
Figura 14 – Fila para receber o benefício do PBF.....	108
Figura 15 – Crack a pedra da morte	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS – AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CEPOD	Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas
CF	Constituição Federal
CONFEN	Conselho Federal de Entorpecentes
COMEN	Conselhos Municipais de Entorpecentes
CMN	Confederação Nacional de Municípios
CONEN	Conselhos Estaduais de Entorpecentes
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LABVIDA	Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética
MS	Ministério da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PEAD – SUS	Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde
PL	Projeto de Lei
RD	Redução de Danos
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEJUS	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
SER	Secretaria Executiva Regional SUS - Sistema Único de Saúde
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
STF	Supremo Tribunal Federal
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UDI	Usuário de Drogas Injetáveis

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CONSTRUINDO O PERCURSO: OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA DA PESQUISA.....	23
2.1	A PESQUISADORA E SEU OBJETO: O DESPERTAR AFETIVO DO OLHAR INVESTIGATIVO.....	23
2.2	O PERCURSO METODOLÓGICO: A AVENTURA DO PENSAR TEÓRICO- EMPÍRICO.....	27
2.3	A VIDA E SUAS PERSONAGENS: ENTRE UMA “PEDRA” E OUTRA A NARRATIVA DO MUNDO DE VIDA DAS MULHERES ENTREVISTADAS..	36
2.3.1	Eliane: “quando eu tô afim de fumar eu dou o tabaco ali e pronto”	39
2.3.2	Nete: “eu uso crack “por esporte””	41
2.3.3	Val: “pra usar o crack eu “vendo as carne””	43
2.3.4	Andréa: “eu parei de usar crack por mim mesma, nunca fiz tratamento”	45
2.3.5	Mônica: “Hoje eu sou uma mulher livre graças a Deus”	46
3	DESVENDANDO CATEGORIAS TEÓRICAS: O USO DO CRACK ENTRE MULHERES EM COTIDIANOS MARCADOS PELA POBREZA E VIOLÊNCIA.....	48
3.1	DA COCAÍNA AO CRACK: O CAMINHO DAS “PEDRAS”	48
3.1.1	Legislação brasileira em relação ao uso de drogas: marco legal e institucional.....	68
3.2	ESPECIFICIDADES DO SUJEITO FEMININO E O USO DO CRACK.....	76
3.2.1	Movimento feminista e o advento da categoria gênero: notas introdutórias.....	76
3.2.2	Mulher, corpo, cidade: construções e significados.....	88
3.3	PERCURSOS DA POBREZA E VIOLÊNCIA NO BRASIL E SUAS MANIFESTAÇÕES LIGADAS AO USO DO CRACK.....	100
4	TRAJETÓRIAS DE VIDA: MARCAS ESTAMPADAS NO CORPO E NA ALMA DE MULHERES USUÁRIAS DO CRACK	112
4.1	A DEMONIZAÇÃO DO CRACK: A “PEDRA DA MORTE” FEITA COM A “RASPA DO CHIFRE DO DIABO”	114

4.2	SER MULHER, SER USUÁRIA DO CRACK: A FUGA DOS PADRÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	119
4.3	“COMO SERÁ O AMANHÃ? RESPONDA QUEM PUDER”.....	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	134
	APÊNDICES.....	142
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	143
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

No meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho. Tinha uma pedra. No meio do caminho tinha uma pedra. Nunca me esquecerei desse acontecimento. Na vida de minhas retinas tão fatigadas. Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho. No meio do caminho tinha uma pedra. (Carlos Drummond de Andrade).

No poema de Carlos Drummond de Andrade *Tinha uma pedra no meio do caminho*, o poeta fala de uma “pedra” encontrada no meio do caminho. Tal “pedra” (ou acontecimento) pode ter diferentes contornos, descrições, significados a depender da situação vivenciada por cada indivíduo. No contexto aqui abordado procuro interligar duas vertentes que justificam o uso do termo “pedra”.

Quando tomo a decisão de trazer no título do estudo a frase: “Tinha uma “pedra” no meio do caminho” busco abordar o termo “pedra” fazendo alusão à pedra de crack. Ao mesmo tempo, procuro trazer ao leitor a percepção subjetiva do termo usada no poema de Drummond e a compreensão de que muitas “pedras” podem e vão atravessar nosso caminho. Aqui não procuro, portanto, colocar o uso do crack como acontecimento determinante na vida dessas mulheres, mas, como algo que atravessa suas vidas e trajetórias.

É importante estabelecer de princípio, que minha abordagem em relação ao uso de drogas em geral e do crack em particular, buscará romper com o viés moralista e biomédico tão comumente utilizado nas abordagens a esse tema. A centralização das abordagens e estudos no caráter negativo do uso destas substâncias propicia uma visão negativa do consumo de drogas e estabelece a substância como a raiz do mal, mal que deve ser combatido e erradicado.

Nos termos de Quinderé (2013), os usuários de crack passam a consumi-lo por meio de um padrão danoso em pouco tempo de uso. Porém, a experiência do uso de substâncias psicoativas não depende somente do efeito da substância em si.

Aspectos relacionados às características individuais, aspectos sociais e culturais são indissociáveis da experiência que o indivíduo terá com o uso da droga.

No Brasil, o uso de crack e a popularização do seu consumo tiveram início a partir de 1989. Culturalmente o uso dessa substância esteve ligado ao universo masculino, ficando as mulheres à margem dos estudos sobre essa temática. Essa sub-representação pode estar ligada ao fato de que as mulheres estiveram por muito tempo recolhidas ao âmbito privado não exteriorizando seus hábitos, mantendo-os resguardados da observação pública.

Dessa forma, as intervenções direcionadas às pessoas usuárias de drogas estão, quase sempre, voltadas às necessidades masculinas, com pouca consideração para quaisquer diferenças entre os sexos, sejam elas fisiológicas, psicológicas ou sociais.

No Ceará, a Confederação Nacional de Municípios (CMN) por meio do programa Observatório do Crack divulgou em 2014 um mapeamento do uso de crack que investigou a situação do consumo em 154 dos 184 municípios do Estado e constatou a circulação do crack em 139 municípios¹.

Outra pesquisa divulgada em 2014, realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), com dados de 2012 colocam Fortaleza como a segunda capital do Brasil em número de estudantes do 9º ano do ensino fundamental que afirmam ter usado o crack dez ou mais vezes, com índice de 3,8% entre alunos das escolas públicas e privadas².

Apesar das estatísticas mostrarem que o número de homens usuários de crack é maior que o de mulheres³, percebe-se um crescimento expressivo de mulheres usuárias e com isso, um crescimento do número de crianças

¹Dados disponíveis em: <https://dialogospoliticos.wordpress.com/2014/06/page/3/>

²Dados disponibilizados em: <http://www.ipece.ce.gov.br/>

³Levantamento feito pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) lançado em setembro de 2013 indicou que a estimativa para o uso de crack/ e ou similares (pasta base, merla e oxi) nas capitais brasileiras e no Distrito Federal no ano de 2012 estaria em torno de 370 mil usuários. Apesar dos homens serem líderes na taxa de uso de crack e cocaína, entre as mulheres usuárias o índice de dependência foi de 54%. Já no sexo masculino, os pesquisadores detectaram que 46% são viciados, diferença de oito pontos percentuais entre os gêneros. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/brasil-realiza-pesquisa-sobre-o-uso-do-crack>. Acesso em 26/04/2015.

institucionalizadas por vivenciarem situações de negligência e/ou abandono em situações familiares em que a mãe é usuária de substâncias psicoativas. Além disso, estas mulheres usuárias de crack estão expostas a contaminação pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) tendo em vista a prática de sexo em troca de dinheiro para compra da droga, ou em troca da própria droga.

Essas questões são percebidas e sentidas, mas, pouco trabalhadas e discutidas no âmbito das instituições de atendimento sócio-assistencial e de saúde. O viés de atenção é quase sempre ligado ao aspecto de saúde/doença. As mulheres são atendidas sem que sejam observadas suas especificidades e os atendimentos, por vezes, estão centrados na normatização e na adequação social buscando que essa mulher retome seu papel social de mãe, esposa, membro da família que a mesma “desestabilizou”.

Nos últimos anos, a questão do uso do crack vem sendo abordada diariamente nos meios de comunicação que trazem relatos assustadores daquilo que se convencionou chamar de “epidemia do crack”. Tais abordagens apresentam indivíduos completamente dominados, homens e mulheres a mercê de uma substância também conhecida como “*droga do amor*”⁴ devido seu alto poder viciante como informam grande parte dos estudos sobre o tema.

A mídia brasileira apresenta em seus programas e noticiários o uso do crack ligado a problemas sociais como a violência e a criminalidade o que acaba por influenciar o imaginário popular contribuindo para a consolidação de estereótipos comuns aos usuários de crack, fortalecidos por uma visão moralista e biomédica da questão.

Quinderé (2013) estabelece ser comum a vinculação, entre o uso de substâncias psicoativas a grupos sociais vistos como perigosos e ameaçadores, construindo na sociedade o imaginário do usuário de drogas como marginal e

⁴ Após o uso do crack, o usuário sente uma sensação de grande prazer, intensa euforia e poder. É tão agradável que logo após o desaparecimento desse efeito (cerca de 05 minutos), ele volta a usar a droga fazendo isso inúmeras vezes. Além desse prazer indescritível, que muitos comparam a um orgasmo, o crack também provoca um quadro de excitação, hiperatividade, perda da sensação de cansaço e falta de apetite. Além disso, o usuário de crack perde de forma muito marcante o interesse sexual. Após o uso intenso e repetitivo, o usuário experimenta sensações muito desagradáveis como cansaço e intensa depressão. (CARLINI, 2001).

violento. Esta concepção foi construída ao longo dos anos pela política proibicionista do uso de drogas.

Baseados nessa concepção, o pânico se instaura e a sociedade pressiona o poder público a solucionar esse problema. Impulsionados pelo apelo popular, políticos em campanha abordam a questão de forma enfática, prometendo atuação rigorosa e soluções “definitivas” que ancoradas em políticas públicas paternalistas⁵ e por vezes repressoras tratam a questão do uso de substâncias psicoativas em uma perspectiva de culpabilizar os indivíduos, desajustados socialmente e que perturbam a ordem pública.

Da mesma forma, a sociedade civil apresenta como “solução” a internação para tratamento em clínicas que se proliferam em todo o País oferecendo tratamento e reabilitação para o convívio social. Essas clínicas surgem como lucrativos negócios oferecidos a altos custos aos consumidores que podem pagar. Aos que não dispõem de recursos financeiros são disponibilizados as Comunidades Terapêuticas⁶ ligadas, a grande maioria, às Igrejas Católica e Evangélica. Esses locais estabelecem a “cura” pela conversão à vida cristã baseada na força de vontade do indivíduo em abandonar o uso da substância.

Diante desse cenário, é importante a análise da questão do uso do crack entre mulheres pobres a partir de um referencial teórico que fuja dos holofotes e da publicidade que trata o tema de forma a culpabilizar o indivíduo, trabalha a

⁵ Delgado *et al* (2007), reforça que historicamente as políticas públicas deixaram de lado a questão das drogas, o que possibilitou uma absorção da temática pelas instituições judiciais, religiosas e de segurança pública. Para Quinderé (2013), a ausência do Estado em relação à questão possibilitou o surgimento de diversos estigmas e ideias pré-concebidas sobre o tema, assim como a atenção aos usuários permaneceu pautada nas práticas eminentemente médicas e psiquiátricas, de caráter fechado, excludente, segregador e marginalizante, ou ainda de cunho religioso onde o principal objetivo era a reformulação moral e a abstinência total do uso das substâncias.

⁶Em 2013 o Jornal Diário do Nordeste apresentou reportagem trazendo dados de um levantamento sobre as Comunidades Terapêuticas no Estado do Ceará. A pesquisa foi realizada pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (CEPOD) em parceria com a SENAD e revelou que existiam há época no Ceará 150 Comunidades Terapêuticas e destas apenas 30% eram credenciadas. Somente no município de Caucaia, eram 45 comunidades para tratamento de dependentes químicos. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/80-das-comunidades-terapeuticas-do-ceara-funcionam-irregularmente-1.824116>. Acesso em 18/02/2014.

perspectiva apenas curativa e sem a observação dos determinantes sociais de saúde⁷ presentes em cada caso.

Esse recorte da pobreza vincula-se ao fato de que essas mulheres, já por sua condição social, estão mais vulneráveis ao enfrentar situações de negligência, violência e desfiliação⁸. A pobreza nesses termos é entendida como marca histórica, socialmente produzida e que se mostra de forma epidêmica no Brasil, materializada, entre outros, nas periferias e favelas das grandes capitais.

Essa pobreza urbana⁹ aqui apresentada possui ares contemporâneos apontando para uma versão individualizada e privatista de seu significado, além da naturalização e culpabilização dos “pobres” por sua condição de precariedade de vida.

Dessa forma, tal discussão precisa ser ampliada e fortalecida no meio acadêmico, pois, a questão do uso do crack precisa ser também discutida no âmbito das ciências sociais tendo em vista que tal questão perpassa todas as políticas públicas (Saúde, Assistência, Educação, Segurança Pública), e interfere de forma importante nas relações sociais dos indivíduos ao passo que mobiliza a sociedade como um todo.

⁷De acordo com a Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde, os Determinantes Sociais da Saúde incluem as condições mais gerais socioeconômicas, culturais e ambientais de uma sociedade, e relacionam-se com as condições de vida e trabalho de seus membros, como habitação, saneamento, ambiente de trabalho, serviços de saúde e educação, incluindo também a trama de redes sociais e comunitárias. http://www.determinantes.fiocruz.br/chamada_home.htm. Acesso em 23/09/2015.

⁸Para Robert Castel, a desfiliação compreende “o desfecho do processo que passa da condição de integração para a de vulnerabilidade, e desta, para a inexistência social”. Advém, assim, da ausência de participação do indivíduo em qualquer atividade produtiva e do isolamento relacional, abalando a coesão social das sociedades complexas onde “(...) alimenta as turbulências que fragilizam as situações conquistadas e desfazem os estatutos assegurados”. (CASTEL, 2010, p. 24; 27).

⁹Vera Telles, em seu livro “A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal”, apresenta importantes discussões quanto a essa questão da pobreza urbana. A autora relata que antes as questões urbanas eram definidas sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e desenvolvimento (anos 1960/70) e, depois, da construção democrática e dos direitos sociais como cifra de uma modernidade pretendida como projeto (anos 1980). Agora, os horizontes estão mais encolhidos, o debate em grande parte é conjugado no presente imediato das urgências do momento, e o problema da pobreza urbana tende a deslizar e, no limite, a se confundir com os problemas da “gestão urbana”. (TELLES, 2010).

Rodrigues *et al* (2012) afirmam que a produção científica dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil não tem acompanhado a preocupação generalizada da sociedade em relação ao uso abusivo do crack¹⁰.

Os autores reforçam ainda que as pesquisas produzidas no País pelos cursos *stricto sensu* apresentam como tema mais constante as alterações orgânicas causadas pelo uso do crack nos indivíduos sem estabelecer uma abordagem social da problemática.

Essas pesquisas, a maioria das vezes inscritas no campo da saúde, se detêm a levantamentos epidemiológicos que dão um panorama geral da situação, mas que não trazem especificidades do consumo. Desta forma, de acordo com Quinderé (2013), os estudos na área da saúde continuam a valorizar as pesquisas epidemiológicas que geralmente privilegiam as prevalências da dependência química na população usando instrumentos de diagnósticos com questões fechadas.

Os estudos também comprovam que as pesquisas acadêmicas em torno do uso de drogas expressam muitas vezes, uma tentativa de comprovar aspectos negativos do consumo de drogas, reforçando dessa forma, a Política Internacional de Combate às Drogas, que busca erradicar as drogas e inibir seus usos.

Em relação às pesquisas sobre o consumo de drogas por mulheres, observa-se que os primeiros estudos são datados do início da década de 1980 e, em sua maioria, estão centradas no álcool e no tabaco, enfatizam aspectos farmacológicos e efeitos negativos sobre o organismo com destaque para as repercussões na saúde reprodutiva além de apresentarem uma abordagem condenatória.

Daí a importância de se estudar o uso de drogas, notadamente o crack através de uma perspectiva ampliada da realidade em que esses usuários estão

¹⁰Em 2012 Rodrigues *et al*, demonstraram resultados de pesquisa que investigava o número de trabalhos no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que abordavam como tema o uso do crack. Em um universo de 455.873 trabalhos, foram encontrados apenas 33 estudos, o que representava 0,007% do total, indicando a necessidade de maiores investimentos e pesquisas na área. (RODRIGUES *et al*, 2012).

inseridos como indivíduos em sua totalidade e como seres que vivem em um espaço social contraditório.

Portanto, faz-se necessário conhecer mais que os efeitos físico-químicos do uso do crack e a descrição de seus componentes. O uso do crack precisa também ser discutido e estudado em uma perspectiva de gênero, compreendendo que o feminino possui suas especificidades que devem ser levadas em consideração.

Em se tratando de uma mulher usuária de crack, observa-se de imediato uma quebra em relação à imagem socialmente construída da mulher cuidadora, restrita ao âmbito privado e ao cuidado aos filhos.

Via de regra, a mulher que faz uso desse tipo de substância subverte todo o ideal de mulher construído historicamente. Ela vai para a rua, ela entra no “espaço do masculino”, ela abandona aquelas características ditas femininas, tomadas como inatas.

A importância desse estudo situa-se em sua própria razão central, qual seja compreender o uso/abuso de substâncias psicoativas, tendo como eixo central o crack, conhecido popularmente como “pedra”, e a maneira como esse uso marca a trajetória de vida dessas mulheres situadas que estão, em um cotidiano marcado pela pobreza e violência, buscando, assim, realizar análises do uso do crack em uma perspectiva de gênero.

Dessa forma, busco contribuir para a sistematização teórica a respeito do tema proposto e uma reflexão aprofundada daquilo que se tornou uma importante expressão da “questão social¹¹” na contemporaneidade, além de um desafio para as políticas públicas de saúde, assistência, educação, segurança pública entre outras.

¹¹Nos termos de Yamamoto (2014, p. 156) a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma *arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais.

O estudo tem a pretensão de ampliar o arcabouço teórico em relação ao uso do crack entre mulheres e contribuir no debate e nos estudos acerca das políticas públicas e não públicas voltadas à saúde e assistência dessas mulheres usuárias de crack e suas famílias.

Para tanto, apresento o resultado final alcançado a partir de ricos diálogos com interlocutores que foram de importância fundamental na construção dessa pesquisa. São eles os autores e atores presentes nesta dissertação. A partir de agora, o diálogo passa a ser com esses outros desconhecidos – os leitores – a quem dirijo um convite especial para que mergulhe comigo nessa busca acadêmica pelo conhecer melhor o objeto do trabalho em tela, nessa aventura, retrato da vida real, recorte teórico-empírico da vivência de mulheres que fazem uso de crack.

O produto do estudo ora apresentado encontra-se organizado nesta dissertação em quatro capítulos, aos quais me proponho a apresentar de forma introdutória aos leitores.

O capítulo 1 – Construindo o percurso: objeto de estudo e metodologia da pesquisa, encontra-se dividido em três tópicos específicos: o primeiro tópico intitulado A pesquisadora e seu objeto: a construção afetiva do olhar investigativo apresenta o recorte do objeto de estudo e a narrativa das aproximações à temática do uso do crack; o segundo tópico intitulado O percurso metodológico: a aventura do pensar teórico-empírico aponta o caminho metodológico escolhido para a compreensão e interpretação do objeto e traz a descrição, em linhas gerais, do locus de realização da pesquisa – a Comunidade Jardim Fluminense – além de apresentar os objetivos da pesquisa; no terceiro tópico intitulado A vida e suas personagens: entre uma “pedra” e outra a narrativa do mundo de vida das mulheres entrevistadas, apresento as interlocutoras da pesquisa, mulheres usuárias de crack moradoras da Comunidade Jardim Fluminense e descrevo como ocorreu a aproximação a essas mulheres e como se deram as entrevistas.

O capítulo 2 - Desvendando categorias teóricas: o uso do crack entre mulheres em um cotidiano permeado pela pobreza está dividido em três tópicos centrais e apresenta o esforço de uma descrição densa do objeto de estudo em seu campo teórico, buscando, quando possível relacionar aos achados empíricos. O

primeiro tópico compreende dois itens, a saber: O item - Da cocaína ao crack: o caminho das “pedras” - busca desvendar o percurso histórico dos usos de drogas até chegar ao crack e suas especificidades na sociedade atual. Já o item - Legislação brasileira em relação ao uso de drogas: marco legal e institucional - aponta o cenário atual das políticas públicas e legislações em relação ao uso de drogas no Brasil. O tópico seguinte - Especificidades do sujeito feminino e o uso de crack - está dividido em três itens. O primeiro - Movimento feminista e advento da categoria gênero: notas introdutórias - apresenta as particularidades do movimento feminista no Brasil e como se deu a construção social da categoria gênero para posteriormente apontar as novas discussões que envolvem esse tema. O segundo item - Mulher, corpo, cidade: construções e significados - apresenta um resgate histórico da condição da mulher resignada aos espaços privados e, posteriormente, sua saída para o espaço da rua o que coincidiu com a liberalização e exposição do corpo. O terceiro tópico do capítulo - Percursos da pobreza e violência no Brasil e suas manifestações ligadas ao uso do crack apresenta um resgate histórico da pobreza no Brasil, apontando também suas marcas contemporâneas além de fazer uma relação com a violência hoje vivenciada no País.

No capítulo 3 – Trajetórias de vida: marcas estampadas no corpo e na alma de mulheres usuárias do crack busco compreender e interpretar os sentidos dos discursos das mulheres entrevistadas. Ao longo de todo o capítulo, procuro construir uma tessitura entre as falas das interlocutoras da pesquisa e os autores norteadores do estudo. Este capítulo também está dividido em tópicos assim nomeados: A demonização do crack: a “pedra da morte” feita com a “raspa do chifre do diabo”; Ser mulher e usuária de crack: a fuga do padrão e as consequências disso; “O que será amanhã? Responda quem puder.”

Na conclusão, retomei o objetivo central da pesquisa e os principais sentidos do uso do crack inscritos em seus discursos e práticas. Como salienta Bezerra, “todo final é, de fato, o recomeço e a abertura à criação de algo inesperado”. (BEZERRA, 2005, p. 20). A conclusão desse trabalho dissertativo também possibilita essa abertura para o surgimento de novos questionamentos, novos “porquês”, novas inquietações capazes de mobilizar a busca por decifrar os

“enigmas” que não estão apresentados nas aparências objetivas das coisas e, portanto, possibilitam o constante aprendizado humano.

Dito isto, reforço o convite para dialogarmos sobre o objeto de estudo aqui apresentado, considerando ser este, um tema capaz de gerar diversas discussões e levar o/a leitor/leitora a repensar seu modo de abordar a questão do uso de drogas, notadamente o crack. É possível que você não encontre aqui tudo aquilo que gostaria de ler/ouvir a respeito do tema. Meu olhar segue por um caminho que escolhi e que me foi possível percorrer neste momento. Eu mesma precisei desconstruir pré-noções e rasgar muitas vezes os véus do senso comum. Aqui apresento com tranquilidade e humildade aquilo que me foi possível tocar, do tanto que ouvi, vi e vivi. Meu desejo é que ao final da leitura possamos ter novas perspectivas, estabelecer diálogos e questionar a realidade posta entendendo que o mundo e suas realidades são construídos a partir do vivido, do real e da concretude do cotidiano.

2 CONSTRUINDO O PERCURSO: OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA DA PESQUISA

A inteligência da sociedade não garante a sua emancipação. O mesmo homem que explica não se emancipa. Debate-se como indivíduo e coletividade, pessoa e personagem, figura e figuração. Pode, principalmente, refazer a esperança, a utopia. Canta e desencanta a inflexão dramática ou épica, impregnando os movimentos da sociedade. (IANNI, 2011, P. 30-31).

2.1 A PESQUISADORA E SEU OBJETO: O DESPERTAR AFETIVO DO OLHAR INVESTIGATIVO

No sentido de encontrar um caminho a seguir, algo que envolva, questione, se sobreponha ao senso comum, que faça querer enxergar além do que está exposto na aparência objetiva das coisas, pesquisar¹², torna-se, portanto, mediação necessária à construção de novas formas de ver e compreender o mundo e seus fenômenos.

Para Osterne, Brasil e Almeida (2013), o campo científico é um espaço permeado por conflitos e contradições e no tocante às Ciências Sociais, desde as últimas décadas do século XX, vem-se observando uma ampliação dos seus questionamentos, suas fontes de reflexão e seus meios de pesquisa.

As autoras destacam, citando Mills (1980), um aspecto fundamental no tocante as Ciências Sociais que é a compreensão de que ela se constitui como experiência artesanal de cultivo da imaginação sociológica, para desenvolver o raciocínio em busca do sentido do conhecimento e da compreensão do mundo.

¹² Adoto com certa flexibilidade a noção de pesquisa social na concepção de Maria Cecília de Souza Minayo para quem, pesquisar se constitui na atividade básica das Ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. O termo Pesquisa Social tem uma carga histórica e reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados. A Pesquisa Social não pode, portanto, ser definida de forma estática ou estanque. Ela só pode ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho. (MINAYO, 2010).

Para as autoras, é possível fazer ciência racional, nestes termos, na medida em que há uma profunda imersão nas experiências da vida articuladas com a elaboração intelectual, o que resulta na interpretação do mundo e das interações sociais em sua diversidade.

É nesse entrelaçamento de ideias, aproximações, recuos e reaproximações, que o objeto de estudo se descortina, toma forma, relacionado que está com o movimento da realidade.

Osterne, Brasil e Almeida (2013) estabelecem que a ideia básica é não esquecer que a teoria não pode ser outra coisa senão a (re)construção em nível do pensamento do próprio movimento da realidade. Dessa forma, toda e qualquer teoria, por maior que tenha sido o rigor do método, será sempre muito mais limitada do que a realidade em si.

Nesse sentido, lanço-me ao desafio de compreender como o uso do crack marca a trajetória de vida de mulheres pobres da Comunidade Jardim Fluminense na cidade de Fortaleza. Nessa incursão busco compreender e interpretar os significados do uso da “pedra¹³” a partir dos discursos das próprias usuárias na busca de perceber como essas mulheres se reconhecem em um cotidiano permeado pela pobreza e pela violência.

A motivação por estudar a questão do uso do crack em uma perspectiva de gênero surgiu a partir das minhas vivências como assistente social da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Sobral (CE), onde atuei por dois anos. Durante esse período, tive a oportunidade de vivenciar a comunidade com a difícil missão de mediar os conflitos familiares e comunitários que se apresentavam, entre outros fatores, ligados ao uso do crack.

¹³Ao tomar por base a referência de Geertz (2000), que trata das categorias nativas como sendo formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros, concebo o termo “pedra” como sendo uma categoria nativa por perceber nas falas das próprias agentes, o uso de tal expressão para designar suas experiências e vivências. Ao longo do trabalho farei uso corrente de categorias nativas que virão sempre em itálico e entre aspas para que sejam melhor percebidas e observadas pelo(a) leitor(a).

Neste local de trabalho foi possível observar que a maioria dos casos de crianças encaminhadas para acolhimento institucional pelo Conselho Tutelar e Promotoria da Infância e Juventude, estavam associados ao uso do crack pela mulher (mãe). As mulheres que culturalmente foram criadas para serem “donas de casa” perfeitas, obedientes, boas mães de família, rompiam tal estereótipo e o crack aparecia como sendo o causador de todo mal.

Essa observação fez surgir algumas reflexões acerca do papel culturalmente posto à mulher dentro da família e, a cobrança social que sofrem em relação à responsabilidade pelo cuidado aos filhos. Em se tratando de uma mulher usuária de crack, essa cobrança ganha um teor ainda mais estigmatizante, ligado a situação de pobreza e exposição à violência. Outra questão que se apresentou fazia relação ao entendimento que se tem quanto ao uso de drogas e, no caso específico, de crack não se observando os determinantes sociais, culturais e humanos que já estavam estabelecidos na vida dessa mulher antes mesmo do contato com o crack.

Ao retornar a Fortaleza em julho de 2012, fui trabalhar como assistente social da Unidade de Pronto Atendimento – UPA do Canindezinho situada no bairro de mesmo nome, mas em uma comunidade denominada Jardim Fluminense. A comunidade ainda pouco conhecida está localizada na periferia da cidade de Fortaleza fazendo divisa com o município de Maracanaú e possui uma população marcada pela pobreza¹⁴, discriminação e violência¹⁵.

Como assistente social, da UPA do Canindezinho, pude ter contato com várias mulheres trazidas a unidade pelo uso abusivo de crack ou por situações conflituosas em que o uso do crack estava diretamente relacionado como tentativa de suicídio, brigas familiares, violência doméstica entre outros.

¹⁴Por estar situada dentro do bairro Canindezinho, não foi possível encontrar dados que retratem especificamente a situação da Comunidade Jardim Fluminense, pois em todas as pesquisas que tive acesso, a comunidade não aparece referenciada e sim o bairro. Em pesquisa realizada pela Prefeitura de Fortaleza em que se pontuou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro em Fortaleza no ano de 2010, o Canindezinho aparece com o terceiro pior índice com IDH de 0,136 atrás apenas dos bairros Conjunto Palmeiras e Parque Presidente Vargas em primeiro e segundo lugar respectivamente. Em 2012, relatório apresentado pelo IPECE divulgou o “Mapa da extrema pobreza em Fortaleza” e nesse estudo o bairro Canindezinho aparece como o sexto bairro com o maior número de pessoas em extrema pobreza, representando 10,92% de sua população.

¹⁵No Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza: perfil da Regional V, publicação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA) em 2011, o bairro Canindezinho aparece como um dos mais violentos principalmente em relação a furtos, roubos e lesão corporal, mas são as relações conflituosas que colocam o bairro em primeiro lugar na estatística.

Apesar de a unidade ter o foco no atendimento emergencial, alguns pacientes acabam permanecendo por um tempo maior em observação e foram esses momentos que me permitiram a aproximação com algumas mulheres e suas histórias.

Uma das mais recentes histórias me tocou de forma marcante. Uma mulher de vinte e seis anos, mãe de dois filhos, criados pela avó e grávida de sete meses. Usuária de crack foi trazida a unidade por quadro de pneumonia, desnutrição e desidratação intensa. Contou que vinha consumindo a “pedra” há oito noites em um lugar conhecido como “pantanal”, localizado na comunidade Jardim Fluminense. Durante o dia retornava para casa onde dormia todo o tempo reiniciando o uso logo ao anoitecer. A paciente apresentava as pernas e os pés mordidos por insetos. Contou ainda que foi para o “pantanal” porque seu companheiro estava com “outra” e somente foi trazida a UPA quando ele foi tirá-la de lá. Seu estado de decadência física causou admiração e preocupação entre a equipe. A barriga de sete meses não tinha o tamanho compatível com a idade gestacional e o bebê não apresentava movimento fetal ou batimentos cardíacos audíveis. Mesmo diante da gravidade do caso, a mulher apresentava-se agressiva, recusava as medicações, chorava, dizia que 'ninguém conhecia seus sofrimentos e dores' tinha mudanças repentinas de humor. Às vezes dizia que era melhor o filho não nascer prevendo um grande sofrimento para a criança, outras, dizia que morreria para salvar a vida do filho. A mulher foi transferida para atendimento obstétrico especializado tendo em vista a gravidade do caso. Não sei o que aconteceu após.

Aos profissionais que fizeram o atendimento à mulher restaram as mais diferentes hipóteses para que ela chegasse àquela situação: é falta de Deus dizia uns; é falta de amor pela vida, rebatia outros; é irresponsabilidade e falta de vergonha; é uma doença grave afirmavam ainda outros. Para mim, o que parecia indiscutível é que em todos os discursos, o uso do crack aparecia como determinante, causa única e gerador da situação apresentada. A mulher naquele momento era identificada apenas pelo uso da droga e, julgada por esse motivo.

A partir dessas vivências foi-se construindo questionamentos e perguntas que nortearam todo o meu estudo acadêmico: Como o crack entrou na vida e na trajetória dessas mulheres? Como elas percebem sua vivência antes e após iniciar o

uso? Houve mudança em suas vivências a partir do uso? Como ela se sente enquanto usuária desse tipo de substância? Qual sua interpretação do uso do crack?

Ao fazer esses questionamentos me reporto à Antropologia Interpretativa de Geertz (2000) quando este autor discorre sobre a importância do entendimento “de como este ou aquele povo, este ou aquele período, esta ou aquela pessoa, fazem sentido para si mesmo”. (p.89)

Para o autor, o importante é tentar identificar como eles se definem como pessoas, ou seja, “como se compõe a ideia que eles têm do que é um “eu” no estilo do grupo estudado”. Descobrir “que diabos eles acham que estão fazendo e, em certo sentido, ninguém sabe isto tão bem quanto eles próprios; daí o desejo de nadar na corrente de suas experiências, e a ilusão posterior de que, de alguma forma, o fizemos” (GEERTZ, 2000, p. 89).

São essas questões que busquei compreender e interpretar ao longo de minha “aventura” investigativa, a fim de apreender como foco analítico central “O uso do crack por mulheres pobres da comunidade Jardim Fluminense na cidade de Fortaleza”.

2.2 O PERCURSO METODOLÓGICO: A AVENTURA DO PENSAR TEÓRICO-EMPÍRICO

O conhecimento é algo fascinante. É fascinante porque nos envolve nos dá possibilidades de imaginar, buscar, compreender e quiçá, transformar a vida social. O conhecimento nos dá “asas”. Permite-nos voar na busca de sondar o insondável, de recriar a existência individual e coletiva.

Na visão do filósofo grego Platão, nunca poderemos chegar a conhecer verdadeiramente algo que se transforma, '[...] sobre as coisas do mundo dos sentidos, coisas tangíveis, portanto, não podemos ter senão opiniões incertas. E só podemos chegar a ter um conhecimento seguro daquilo que reconhecemos com a razão'. (GAARDER, 1995, p. 42).

A busca do conhecimento seria, portanto, o grande desafio da humanidade. E o ser humano nunca está satisfeito. Nós queremos sempre mais e mais conhecer, descobrir, entender. Saber ou, ao menos, termos a ilusória sensação de que sabemos.

Diante desse desafio de buscar o conhecimento, foi necessário traçar uma estratégia metodológica que me permitiu uma aproximação maior com o objeto pesquisado¹⁶ e um aprofundamento das questões constituídas nos eixos de minha análise.

Assim, foi realizada uma pesquisa exploratório/descritiva com abordagem qualitativa. Para Minayo (2010), o método qualitativo que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e recriação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

O lócus de estudo foi a comunidade Jardim Fluminense pertencente ao bairro Canindezinho na periferia da cidade de Fortaleza (CE). O Bairro Canindezinho está inserido na área de abrangência da Secretaria Executiva Regional (SER) V e possui uma população de 41.202 habitantes distribuídos em uma área de 3,38km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no território é de 0,136¹⁷.

A comunidade Jardim Fluminense não possui uma área definida e causa confusão entre os próprios habitantes que não sabem ao certo como identificar o local onde residem. A comunidade é conhecida como Jardim Fluminense, mas também é chamada de Planalto Vitória. Pela proximidade com o bairro Alto Alegre em Maracanaú, há pessoas que também se identificam como moradores desse local.

¹⁶Entendo que o percurso na escolha do objeto pesquisado e, posteriormente, os caminhos para sua construção, devem ser pensados e desenvolvidos mediante a certeza de que cabe ao pesquisador detalhar e remarcar sua importância no contexto social ao qual está inserido. Para BOURDIEU, “o que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar, nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto”. (BOURDIEU, 1998, p. 48).

¹⁷O bairro Canindezinho faz divisa com os bairros Parque São José, Bom Jardim, Siqueira, Presidentes Vargas, Santa Rosa, Conjunto Esperança, Vila Manoel Sátiro e com o município de Maracanaú. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-V>. Acesso em: 15/06/2015.

É também nesse espaço que fica localizada a UPA do Canindezinho. O acesso à comunidade Jardim Fluminense é feito pela Avenida Cônego de Castro, uma avenida com intenso trânsito de veículos e pessoas por concentrar um grande número de pontos comerciais como supermercados, farmácias, lojas, casas lotéricas e postos de gasolina.

Figura 1- Foto da Avenida Cônego de Castro no cruzamento que dá acesso à Comunidade Jardim Fluminense



Fonte: Próprio autor.

Apenas as ruas principais são asfaltadas e é por ali que circula a linha de ônibus Jardim Fluminense vindo do Terminal do Siqueira e tendo como ponto final uma esquina ao lado da UPA. Essa linha de ônibus é conhecida pelos moradores da região como uma das mais propensas a assaltos.

Figura 2 – Ponto final da linha de ônibus Jardim Fluminense



Fonte: Próprio autor.

As demais ruas são de terra batida, muitos buracos, em algumas só é possível chegar a pé. As casas são de tijolos sem revestimento. Não há saneamento básico no local e os resíduos são depositados em fossas sanitárias nos quintais. Apesar do aspecto de pobreza, percebe-se um crescimento constante do local e uma melhoria nas condições habitacionais dos moradores.

Figura 3 – Rua Luís Gomes de Freitas - Comunidade Jardim Fluminense



Fonte: Próprio autor.

Muitas casas estão em construção ou reforma e o comércio é estimulado pela presença de pessoas que vem ao local atraídas pelo atendimento oferecido pela UPA. Em frente à unidade concentra-se uma farmácia, um mercadinho, uma padaria, uma loja de móveis, além de duas lanchonetes e um pequeno restaurante. Outra característica bastante visível do local é a quantidade de Igrejas Evangélicas que se distribuem praticamente em todas as ruas.

A área não tem cobertura de atendimento básico de saúde o que faz com que os moradores procurem a UPA para resolver os mais diferentes problemas de saúde, fazer curativos, renovar receitas de medicamentos de uso contínuo, entre outros. Ao lado da UPA foi construída uma escola de ensino fundamental e uma creche e na avenida próxima uma escola de tempo integral foi inaugurada em 2016. A chegada de tais equipamentos é utilizada por políticos da área como propaganda de campanha imperando no local, ações permeadas pelo clientelismo e pela troca de favores comuns à formação social brasileira.

O cenário apresentado é permeado pela pobreza e violência. O tráfico de drogas e o uso do crack estão naturalizados entre a população que ocupa o espaço. São constantes as disputas entre traficantes que lutam pelo controle do tráfico no local. Crianças e adolescentes visualizam no tráfico uma oportunidade de mudança de vida, ascensão social, acesso a bens de consumo além do status imposto dentro da comunidade.

É nesse espaço que as mulheres usuárias do crack, sujeitos desse estudo, estão inseridas e desenvolvem sua sociabilidade. É nesse local que elas acessam a droga e realizam o consumo.

A partir do trabalho desenvolvido na UPA do Canindezinho e das idas e vindas semanais a comunidade Jardim Fluminense é que se intensificaram as aproximações teóricas com meu objeto.

Os levantamentos bibliográficos cotejaram a relação teoria X empiria a partir da minha entrada em campo e antecederam o trabalho de campo¹⁸. A inserção

¹⁸O trabalho de campo constitui-se, a meu ver, a fase mais densa e rica da pesquisa por permitir ao pesquisador, a inserção no cotidiano do grupo estudado. Compartilho da ideia de Silva (2000) quando este autor se refere ao trabalho de campo como sendo o momento privilegiado para o exercício de

no lócus da pesquisa e o estabelecimento de vínculos se deram por meio da observação sistemática dos espaços em que a vida acontece nos percursos da comunidade Jardim Fluminense.

As interlocutoras da pesquisa foram mulheres moradoras da comunidade Jardim Fluminense que fazem ou fizeram uso do crack e que foram contatadas a partir de uma interlocutora chave¹⁹, que já foi usuária de crack e hoje se diz “limpa”, com quem esta pesquisadora efetivou importante vínculo e estabeleceu as bases de aproximação e confiança com as demais personagens.

Foram entrevistadas cinco mulheres que se enquadravam no perfil estabelecido pela pesquisa: ser mulher, usuária ou ex-usuária de crack, moradora da comunidade Jardim Fluminense e maior de 18 anos. É importante destacar que a pesquisa não se deu na UPA, mas nos espaços em que essas mulheres residem o que garantiu recursos importantes para a realização da pesquisa: a observação²⁰ dos lugares de vida dessas mulheres, a realização de conversas informais e o uso do diário de campo²¹.

um dos objetivos principais da antropologia (pesquisa): promover um alargamento da razão possibilitado pelo conhecimento das várias concepções de mundo presentes nas culturas diversas. É no trabalho de campo que a alteridade, premissa do conhecimento antropológico, se realiza.

¹⁹O relato de como ocorreu minha aproximação a essa interlocutora bem como às demais mulheres poderá ser conferido no tópico seguinte.

²⁰Adoto nessa pesquisa a abordagem de observação participante entendendo que há distinções de abordagens com relação a essa técnica entre os autores associada ao papel do pesquisador de campo. Destaco, assim, o elucidativo trabalho de Teresa Maria Frota Haguette sobre “metodologias qualitativas”, salientando, dentre suas importantes reflexões, as várias abordagens deste método em pesquisa social, e suas variações no trabalho de campo vinculadas à preocupação do pesquisador em definir seu papel no grupo estudado, compreendendo a observação participante na acepção de Schwartz e Schwartz (In: Haguette (2001, p.71) assumida por mim durante o trabalho de campo, a saber: “Para nossos fins, definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integrante da estrutura social ou ser simplesmente periférica com relação a ela”. Partindo da noção acima explicitada, defino meu papel em campo como “participante observador” visto que durante todo o trabalho de campo, minha relação com os sujeitos interlocutores não ultrapassou a fronteira da observação.

²¹No diário de campo foram registradas e descritas observações sobre as situações das entrevistas, as impressões causadas durante os contatos e observações e meus sentimentos em relação àquele momento e àquela vivência. Tais impressões estão detalhadas no próximo tópico quando trato das entrevistadas e do campo em si.

Este estudo não trabalhou com grande quantidade de sujeitos. O interesse foi aprofundar o conhecimento sobre as vivências e trajetórias de mulheres usuárias do crack sendo esse público de difícil acesso levando em consideração também, a complexidade de expor nos textos, vidas e vivências alheias, singulares e privadas.

Na busca pela aproximação ao objeto, procurei como orienta Oliveira, “olhar, ouvir e escrever” (1998, p. 31), a fim de encontrar meu foco interpretativo. E assim, olhando, ouvindo e escrevendo, fui capaz de direcionar minha visão para a questão do uso do crack e os significados desse uso na vida de mulheres moradoras da comunidade Jardim Fluminense.

Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais que buscaram levantar questões importantes à condução da pesquisa através de um guia de perguntas norteadoras, construído apenas para não haver maiores desvios do assunto e para orientar a fala das interlocutoras. Nesse sentido na captação dos relatos, trabalhei mais com a entrevista não diretiva, deixando as interlocutoras livres na condução da fala. Foi utilizado um gravador para garantir a fidedignidade das falas e evitar que pontos importantes do diálogo se perdessem.

A entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2009, p. 109).

Importante pontuar que ao longo dos encontros com as interlocutoras também houve muitas e ricas conversas informais que serviram para ampliar minha percepção em relação ao mundo de vida das mulheres pesquisadas.

Para além das entrevistas e dos diálogos com as interlocutoras, foram realizadas também fotografias das ruas que compõem a Comunidade Jardim Fluminense na perspectiva de que o leitor possa visualizar, ainda que de forma superficial, os cenários de vida dessas mulheres.

Apresento também ao longo do texto imagens catalogadas ao longo da pesquisa e que permitem ao leitor a visualização de como o uso do crack, e de outras drogas, é visto, trabalhado, combatido pela sociedade e pelo poder público. A

intenção é fazer do nosso diálogo algo dinâmico, vivo, tendo a compreensão de que “não é mais aceitável a ideia de se relegar a imagem a segundo plano nas análises dos fenômenos sociais e culturais”. (NOVAES, 1998, p.116).

Para o referido autor, a fotografia, por sua estrutura narrativa e caráter polissêmico, constitui um elemento essencial para que se possa analisar como os significados são construídos, incutidos e veiculados pelos meios sociais.

Todo o estudo foi pautado nos princípios éticos norteadores do processo de pesquisa sendo apresentado às interlocutoras um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²² no qual essa pesquisadora se compromete a resguardar em sigilo seus dados pessoais e se coloca disponível a esclarecer qualquer questão em relação à pesquisa realizada. Além disso, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil para avaliação do comitê de ética e pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE) tendo recebido parecer favorável em 23 de outubro de 2015, sob número 1.294.210.

A análise do conteúdo adquirido nas entrevistas foi realizada através de transcrição integral das falas obtidas sendo, posteriormente, submetidas à análise temática²³ com a categorização dos dados e a posterior elaboração de relatório com o resumo das informações o que possibilitou o agrupamento das ideias e a delimitação das categorias de análise.

De princípio, destaco como categorias centrais de análise: **drogadição (crack), gênero, pobreza e violência** que me permitiram construir um processo de conhecimento, tomando as dimensões da teoria e da prática, em um movimento de “idas” e “vindas”.

²²O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que informa e esclarece o sujeito da pesquisa de maneira que ele possa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos sobre a sua participação em um projeto de pesquisa. É uma proteção legal e moral do pesquisador e do pesquisado, visto ambos estarem assumindo responsabilidades. Maiores informações disponíveis em: <http://www.cep.ufam.edu.br/index.php/tcle>. Acesso em 25/09/2015.

²³Para Minayo (2010), fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. Operacionalmente, a análise temática desdobra-se em três etapas: a primeira é a fase de pré-análise (aqui se determinam a unidade de registro, a unidade de contexto, os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais); a segunda etapa é a exploração do material (busca de categorias, expressões ou palavras significativas); a terceira e última etapa é o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação destes. (MINAYO, 2010, p. 316).

Todas as etapas da pesquisa foram acompanhadas de uma intensa reflexão teórica respaldada nos estudos que tratam das categorias em análise em uma construção analítica que levou em consideração o lido, o observado, o sentido, o ouvido à busca de encontrar respostas e novos questionamentos que se apresentam a partir desse processo.

Elencadas essas formulações, especifico como objetivos do estudo as seguintes intenções:

- Compreender as trajetórias de vida das mulheres pobres, usuárias do crack que residem na Comunidade Jardim Fluminense e as marcas deixadas em suas vivências a partir desse uso;
- Analisar os fatores que influenciam o uso do crack por mulheres pobres da comunidade Jardim Fluminense;
- Compreender e interpretar os significados do uso do crack por mulheres pobres da comunidade Jardim Fluminense a partir dos seus próprios discursos;
- Analisar como as mulheres pobres usuárias do crack da comunidade Jardim Fluminense percebem a relação entre o uso da substância e sua situação de pobreza.

O caminho percorrido me apresentou muitas surpresas e grandes desafios tendo em vista a complexidade do tema e das categorias em análise. Todavia, lancei-me a essa instigante caminhada tendo como norte as palavras de Geertz (2001) que expõem a ciência social como um movimento, troca de relações entre homens, compreendendo que

[o]s métodos e teorias da ciência social não estão sendo produzidos por computadores, mas por homens e mulheres, e sobretudo por homens e mulheres que trabalham não em laboratórios, mas no mesmo meio social a que se aplicam os métodos e se transformam as teorias. É isso que confere à empreitada como um todo o seu caráter especial. A maior parte das pesquisas em ciências sociais envolve contatos diretos, íntimos e mais ou menos perturbadores com os detalhes imediatos da vida contemporânea, contatos de um tipo que dificilmente pode deixar de afetar a sensibilidade das pessoas que os realizam. (p.31).

Em linhas gerais essas foram as escolhas metodológicas que deram corpo ao estudo ora apresentado e orientaram a concretização dessa intenção. Em

seguida trago o relato de como ocorreu minha aproximação com as interlocutoras e um breve “retrato” do que foi visto e vivido durante as entrevistas.

2.3 A VIDA E SUAS PERSONAGENS: ENTRE UMA “PEDRA” E OUTRA A NARRATIVA DO MUNDO DE VIDA DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Como o uso do crack interfere nas trajetórias de vida de mulheres pobres? Como essas mulheres percebem e dão significado a esse uso?

Essas questões estão postas em um tripé que estabelece três dimensões da vida em sociedade: ser mulher, ser pobre, ser usuária de crack. De maneira geral, gênero, pobreza e uso de crack, isoladamente, já se constituem em temáticas bastante amplas e complexas e, ao entrelaçá-las, temos nas mãos diferentes e infinitas direções de conhecimento e análise.

Dar a palavra às interlocutoras me possibilitou ouvir suas narrativas, adentrar em seus modos de pensar e de “ver a vida”, uma experiência complexa e ao mesmo tempo fascinante. Ouvir o outro que me é estranho, perceber as diferenças simbólicas e concretas que me distanciam deste outro.

São mulheres como eu, mas possuem uma vivência tão distinta da minha que parecemos não pertencer à mesma teia social. Nesse ponto penso mesmo que não pertencemos. É nítido a existência de uma separação, um *apartheid* não revelado mas existente que me faz sentir diferente em meio a pessoas iguais. São diferenças que se estabelecem desde a condição social e cultural até o modo de falar, vestir, gesticular, enfrentar.

Essas mulheres me parecem ser mais fortes, feitas de uma fibra diferente da minha. Parecem guerreiras prontas para a luta a qualquer tempo. Parecem não ter medo de nada, inseridas que estão no cotidiano da violência, do “olho por olho, dente por dente”. Eu e meus “achismos” fomos confrontados por essas mulheres e todos caíram por terra.

Expressar o que vi e vivi não me parece fácil, mas tentarei, de forma breve, revelar o meu olhar e minhas impressões ao adentrar a Comunidade Jardim Fluminense e me aproximar das interlocutoras que gentilmente me emprestaram suas vidas e histórias na construção deste estudo.

Adentrar as ruas da Comunidade Jardim Fluminense me pareceu à primeira vista uma missão de fácil execução. Eu já conhecia a comunidade, ou

pensava conhecer pelas idas e vindas semanais a UPA do Canindezinho. No entanto, uma parte desconhecida da comunidade se descortinou quando precisei deixar os muros da UPA e adentrar de fato nas ruelas e becos da comunidade.

Essa “entrada” na comunidade aconteceu no mês de novembro de 2015 quando percorri a pé várias ruas em busca das moradias das mulheres que buscava entrevistar. Essas idas a comunidade foram necessárias para estabelecer proximidade com minha interlocutora-chave não sendo fácil conseguir as entrevistas, como relatarei a seguir.

A primeira entrevista foi realizada com minha interlocutora-chave que aqui irei nomear pelo nome fictício²⁴ de Eliane para preservar sua identidade e assim farei com as demais. Tivemos nosso primeiro contato na UPA do Canindezinho em um atendimento realizado na sala do Serviço Social. Nosso primeiro contato não foi amistoso tendo em vista que naquele momento Eliane acompanhava uma filha menor de idade e desejava deixá-la sozinha na unidade alegando que tinha outros afazeres. Nesse primeiro contato houve certa resistência e Eliane somente aceitou permanecer na unidade após a ameaça de ser acionado o Conselho Tutelar.

Tempos depois Eliane veio novamente a UPA, dessa vez acompanhando “o pai dos seus filhos” com quem mantinha uma união estável. Dessa feita Eliane apareceu mais aberta ao diálogo, queria acompanhá-lo no atendimento e, chegou a narrar fatos de sua vida pessoal com o companheiro. Foi nesse atendimento que Eliane contou ser usuária de crack e que, o companheiro estava fazendo uso da substância quando sentiu-se mal e foi trazido a unidade.

Eliane parecia sentir certo prazer ao afirmar que fazia uso do crack junto com “o pai dos seus filhos” como se aquilo garantisse um status diferenciado a sua condição de usuária. A partir desse encontro, Eliane passou a ser conhecida nominalmente por mim e quando a via nos corredores da unidade ou mesmo pelas ruas da comunidade, sempre a cumprimentava.

Quando decidi pelo tema de interesse da minha pesquisa, logo me veio à lembrança a pessoa de Eliane como alguém que poderia me ajudar na aproximação com outras mulheres usuárias de crack. Eu sabia onde encontrá-la, pois Eliane passa os dias fazendo “bico” em uma banca de venda de cd’s e dvd’s “piratas” que

²⁴Os nomes fictícios foram escolhidos de forma aleatória e foram usados para preservar a identidade das mulheres entrevistadas. Dessa forma temos Eliane, Nete, Val, Andréa e Mônica.

fica localizado em uma das ruas principais da comunidade e eu sempre a via naquele local.

Procurei Eliane nesse local e expliquei minha intenção de pesquisa, solicitando ainda que me apresentasse amigas/conhecidas suas que também fizessem uso do crack. De princípio Eliane informou que já não fazia uso do crack e que por esse motivo não poderia me ajudar. Percebi também que ela ficou um tanto apreensiva em ouvir minha solicitação para uma entrevista com gravador. Nesse primeiro momento apenas fiz a proposta a Eliane e deixei que pensasse sobre o assunto e a partir daí, sempre que a via na banca parava para conversar com ela e reforçar meu convite.

Em um desses encontros contei com a ajuda de uma moradora da comunidade, uma senhora que conheci no bairro e que morava ao lado da banca de cd's. Essa senhora reforçou junto a Eliane a importância de que ela me ajudasse com as entrevistas e que eu não a exporia de nenhuma maneira. Essa senhora também reforçou que eu era uma pessoa conhecida por elas e que a entrevista seria algo simples.

Dessa forma Eliane aceitou ser entrevistada e logo depois me informou que já havia conversado com algumas amigas que também aceitaram fazer parte da pesquisa. Nesse momento Eliane quis saber se eu daria "alguma coisa a elas", ou seja, se eu pagaria pelas entrevistas, pois segundo ela, algumas mulheres avisaram que somente concederiam a entrevista se fossem de alguma forma remuneradas. Expliquei a Eliane que não poderia pagar pela coleta de dados e que as entrevistas deveriam ser dadas de forma voluntária. Ela compreendeu e se comprometeu a me ajudar na aproximação às demais mulheres.

Ao todo foram realizadas cinco entrevistas com três mulheres usuárias de crack e duas que informaram ser ex-usuárias. No momento das entrevistas pude perceber que todas elas tinham vínculos de amizade com Eliane, pareciam íntimas o que talvez tenha facilitado a concessão das entrevistas. Eliane me informou que conversou com várias mulheres que faziam uso do crack, mas, a maioria não se interessou pela pesquisa, ou, como dito anteriormente, solicitaram dinheiro em troca das entrevistas.

As cinco entrevistas coletadas estão expostas abaixo de forma introdutória, bem como o relato do meu encontro com cada uma das mulheres além das minhas impressões no momento das entrevistas.

2.3.1 Eliane: 'quando eu tô a fim de fumar eu dou o tabaco ali e pronto'

Eliane é uma mulher de 35 anos que estudou até a sexta série²⁵ do ensino fundamental. Morena, alta, magra, dentes amarelos, cabelo preso, tatuagens nos braços e perna. No dia da entrevista apresentava um aspecto cansado, olhos fundos, olheiras visíveis denunciando privação de sono, carteira de cigarros no bolso do *short jeans* manchado.

Eliane mora com a mãe e três filhos, teve outros dois filhos, mas entregou para adoção. Não possui trabalho formal, vive de “bicos” e do dinheiro que ganha “ajudando” em uma banca de cd’s e dvd’s “piratas”. Diz já ter trabalhado com reciclagem quando estava com seu terceiro marido e que, quando precisa de dinheiro a saída é a prostituição.

[...] Eu me viro pra arranjar dinheiro, não roubo não, mas dou meu jeito. Eu me reboło pra dar as coisas aos meus menino. Eu me reboło, trabalho, fico de acompanhante em hospital, quanto eu tô a fim de fumar eu dou o “tabaco” ali e pronto [...]

Apesar da pouca idade, Eliane já tem uma história de vida bastante intensa, recortada por grandes tragédias que nossa personagem parece naturalizar. Teve três “maridos”, nenhum deles com vínculo legal, ambos morreram e no momento, Eliane tem um namorado, com quem estava brigada no dia da entrevista.

[...] Agora eu tô com um rapaz aí que diz que não me quer mais...ele tem dois dias que não me vê..mas não me vê porque? Porque ele não quis me dar dinheiro e eu fui atrás de dinheiro pra dá pros meus menino... eu não quero ver os meus filho pegando (roubando) [...]

Mesmo tendo uma aproximação maior a essa mulher, não foi fácil conseguir a entrevista tendo em vista que a mesma dizia estar sem fazer uso de drogas ilícitas (fazia uso de álcool), mas, cerca de dez dias antes da entrevista, diz ter recommçado o uso de maconha e cocaína.

Disse de princípio não estar mais usando crack (o que foi contradito ao longo de nossa conversa) devido seus efeitos negativos a sua saúde fazendo referência a quadros de vômito quando fazia uso da substância. Não foi fácil

²⁵Com a mudança na duração obrigatória do ensino fundamental que passou de oito para nove anos, a sexta série é equivalente atualmente ao sétimo ano.

encontrar Eliane, pois em casa ela já não era vista há alguns dias e seus familiares diziam não saber onde encontrá-la.

Em uma quarta-feira dia 18/11/2015 consegui falar com Eliane por telefone e marcamos a entrevista para o domingo próximo. Combinamos de nos falar por telefone mais uma vez confirmando nosso encontro no domingo e minha ida a sua residência. Os telefones que Eliane me passou eram o de sua mãe e o do seu namorado pois ela não possui telefone próprio.

No domingo marcado, dia 22/11/2015 tentei contato telefônico pelo número de sua mãe, mas sem sucesso. Ao ligar para o telefone do namorado de Eliane fui informada que ele não a via há dois dias. Mesmo diante da possibilidade de não encontrá-la, decidi ir ao Jardim Fluminense até a casa de Eliane. Coincidentemente, antes de chegar a sua casa, em uma das ruas da comunidade a avistei. Ela vinha andando a pé e quando me viu logo avisou que não poderia falar comigo naquele momento, pois estava “cheirada”.

Disse estar vindo da casa de uma amiga e estava a caminho da casa da mãe onde iria tomar banho, trocar as roupas e retornar a casa da amiga. Antes, no entanto, iria passar na banca de cd's para “dar satisfação” ao dono da banca de sua ausência. Ofereci então uma carona até a banca de cd's, mas ela recusou.

Decidi então caminhar com ela até o local e pedi ao amigo que me acompanhava que nos aguardasse na banca. Enquanto caminhávamos fomos conversando sobre a retomada do uso de cocaína por Eliane e tentei convencê-la a conceder a entrevista naquele dia.

Ao chegarmos na banca de cd's deixei que Eliane falasse a sós com o dono da banca e pouco depois ela me chamou para que me aproximasse e então conversamos. Sentadas ao lado da banca de cd's, em bancos de madeira, conversamos abertamente sob os olhares curiosos e as interrupções de quem chegava ao local para comprar algo ou simplesmente “jogar conversa fora”.

Antes de iniciarmos a entrevista Eliane expressou que seria melhor conversarmos naquele momento, pois estava “cheirada” o que a deixava mais solta e desinibida permitindo que me falasse “tudo” sem reservas.

Quanto ao uso do crack Eliane diz que consegue parar quando quiser que já passou longos períodos sem fazer uso e que tem efeitos físicos negativos quando usa crack ou cocaína. Para Eliane, a decisão de parar o uso de drogas parece simples dependendo apenas de sua vontade.

[...] Se eu quiser parar com certeza eu paro (de usar crack). Eu passo de anos sem fumar, eu passo de anos. Eu tinha deixado, através do Dr. João aqui do posto que me deu uns remédio pra acabar com minha ansiedade, eu era ansiosa, tinha ansiedade ele me deu uns comprimidos pra eu parar. Eu não posso nem fumar que quando eu caio na “pedra” eu vomito. Eu não podia nem cheirar pó, hoje eu cheirei pó e tô dormente [...]

Durante nossa conversa houve risos, choro, emoção, sentimentos ambíguos, confusos, tudo dentro de uma mesma fala, de uma mesma vida, de uma mesma trajetória. Os recortes dessa conversa serão expostos ao longo do texto e assim o leitor poderá conhecer melhor essa mulher.

2.3.2 Nete: 'eu uso crack “por esporte”'

Após o contato anterior com minha interlocutora-chave, ficamos nos falando por telefone na tentativa de conseguir aproximação com as demais mulheres. Esse foi um momento de muita apreensão, pois a cada contato Eliane me informava que ainda estava procurando amigas que aceitassem me conceder as entrevistas. Devido à problemática do tema, eu sabia não ser possível adentrar na comunidade em busca de mulheres a serem entrevistadas sem a presença de alguém que me desse a credencial social para estar naquele local.

Resolvi procurar Eliane novamente na banca onde vende cd's e lá marcamos um encontro para o sábado dia 05/12/2015. Nesse dia Eliane se comprometeu a me levar até as residências de mulheres usuárias de crack para entrevistá-las. Avisou, no entanto que eu deveria ir sozinha (pois nessa ocasião estava acompanhada por um amigo também pesquisador).

No dia combinado, às 15hrs cheguei à banca de cd's e fiquei decepcionada ao ver que Eliane não estava. Perguntei por Eliane ao rapaz dono da banca e ele informou que Eliane estava pela manhã fazendo uso de álcool e ele não sabia para onde ela teria ido. No entanto, poucos segundos após Eliane apareceu. Com um sorriso no rosto disse está me esperando e alertou que iríamos entrar a pé.

A palavra “entrar” queria dizer que entraríamos em uma parte diferenciada dentro da comunidade. Lá não se entra sozinho. Se for de carro a ordem (dada segundo Eliane pelo “homem” chefe do tráfico na região) é manter vidros abaixados, mas Eliane logo avisou que iríamos a pé. Em um sol escaldante saímos nós duas pelas ruas da comunidade. Procurei nessa ocasião estar vestida da forma mais

discreta possível, buscando a descrição que, pela abordagem do tema, se fazia necessária.

Várias pessoas nas calçadas, homens e mulheres em bares, música alta e a cada grupo de pessoas que cruzávamos Eliane cumprimentava, dando a entender que conhecia a todos. Muitas foram às vezes em que ouvimos a pergunta: quem é essa Eliane? É sua irmã? E ela respondia sem maiores explicações que era uma amiga. Andamos alguns quarteirões comunidade adentro até chegarmos em uma viela estreita (beco como é conhecido pelos moradores).

Ali residia a segunda das entrevistadas que nomearei aqui de Nete. Dentro do beco havia várias casas que se espremiavam umas às outras, separadas na vertical por uma estreita calçada e um esgoto correndo a céu aberto. Sentados na calçada vários moradores conversavam aproveitando a sombra e o vento. Em meio a essas pessoas encontramos Nete.

Ao nos avistar levantou-se rapidamente e veio nos cumprimentar nos levando imediatamente para dentro de sua casa. Essa cena chamou atenção aos olhos curiosos de vizinhos que insistiam em perguntar se eu e Eliane éramos irmãs (mesmo não existindo qualquer traço de semelhança física entre nós).

Nete não se enquadrava no estereótipo cunhado a mulheres usuárias de crack. É uma mulher negra, baixa, gorda, em nada lembra o aspecto de magreza tão comum a quem faz uso desse tipo de substância. Aos 46 anos diz ser solteira e ter seis filhos. Adentramos a casa e fecharam-se as portas. Dentro da casa observei a simplicidade da pouca mobília, apenas uma cama na sala/quarto onde duas crianças brincavam e uma cozinha com alguns utensílios domésticos onde estava um rapaz que desapareceu logo que chegamos.

O que mais me chamou a atenção na casa estreita, de paredes inacabadas e piso de chão batido foi a falta de ventilação, nenhuma janela, somente a porta de entrada que foi fechada logo que adentramos a casa. Ao fechar a porta um calor insuportável tomou conta do lugar o que tornou difícil a permanência.

Nete como boa anfitriã, ofereceu-me a única cadeira que observei na casa e permaneceu em pé escorada na porta se abanando com uma camisa. Eliane havia estava na cozinha e ascendeu um cigarro recebendo a reprovação da dona da casa que reclamou da fumaça que vinha para a visita.

E assim, entre suor escorrendo, pouca claridade e fumaça de cigarro é que iniciamos nossa entrevista. Expliquei de início do que se tratava a pesquisa,

reforcei que seus dados seriam mantidos em sigilo e repassei o termo de consentimento. Percebi certo desconforto de Nete ao falar sobre sua vida e antes de iniciar a entrevista ela disse não gostar de se expor.

A entrevista com Nete foi rápida, de fato ela não se apresentava confortável em falar e foi necessário que eu fizesse perguntas bem objetivas para que ela respondesse algo. Mesmo assim, achei as respostas um tanto vagas, ela não estava aberta para falar de sua intimidade e ao perceber isso respeitei.

O que me pareceu recorrente em sua fala foi a tentativa de se colocar como usuária esporádica de crack, evitando se enquadrar como dependente da substância.

[...] Eu faço uso de crack às vezes. O crack pra mim é uma coisa simples, eu uso por esporte, nós não somos viciada [...] Eu compro as coisas dos meninos aí tiro dez reais compro duas (pedras) pronto..só isso [...]

Nete mora com os filhos, seis no total morando três ainda com ela, nunca foi casada e diz tirar sua renda de bicos, do Programa Bolsa Família e da ajuda de um dos filhos já maior de idade.

Como não se considera dependente do crack, Nete diz que a qualquer momento, desde que deseje, pode abandonar o uso, visto que não é “viciada”:

[...] Eu consigo parar de usar crack a qualquer hora eu passo é tempo. Nunca fiz tratamento, eu não preciso não. O crack não me prejudica em nada, por enquanto não. Eu acho assim uma coisa muito normal. É mais ou menos natural porque é uma coisa que não tá me afetando em nada né [...]

Ao final da entrevista saí caminhando com Eliane indo à casa da próxima entrevistada. No caminho Eliane contou que é na casa de Nete que ela, e outras mulheres se encontram para usar crack. Disse ainda que Nete também faz “programas” e é com esse dinheiro que sustenta os filhos e consome o crack. Além disso, Eliane explicou que a casa não tem janelas devido a constante troca de tiros que ocorre no local. Eliane contou que praticamente todo final de semana acontecem disputas entre traficantes e os moradores precisam se proteger como podem. Na casa de Nete, quando ocorrem os tiroteios, todos vão para debaixo da cama, principalmente as duas crianças que ali residem. Ainda segundo Eliane, a situação é naturalizada na comunidade e já se tornou rotina do local.

2.3.3 Val: 'pra usar o crack eu “vendo as carne”'

Ao sairmos da casa de Nete seguimos percorrendo ruas da comunidade. As ruas são parecidas, todas de chão batido, sem asfalto ou calçamento, muito entulho e lixo jogado. Muitas são ruas sem saída o que dificulta a entrada e o percurso de carros. Outro fator que também impede o fluxo de automóveis é a quantidade de lixo, entulhos e buracos no meio das ruas. Esses buracos por vezes estão repletos de lama e se tornam foco de doenças e acúmulo de ainda mais lixo.

Figura 4 – Rua Treze - Comunidade Jardim Fluminense



Fonte: Próprio autor.

As casas são bem simples e naquele dia, talvez por se tratar de um final de semana (sábado) havia muita gente nas calçadas em frente às casas.

A residência da terceira entrevistada identificada aqui como Val fica há alguns quarteirões da casa de Nete. É uma casa de andar, entramos por um pequeno portão e subimos alguns degraus em uma escada estreita e sem corrimão. Na porta da casa algumas mulheres e um homem conversavam, mas ao chegarmos se retiraram do local.

Val é uma mulher de 32 anos, baixa, cabelos longos e loiros, olhos claros, dentes amarelados, lábios queimados, pele manchada e enrugada. Estudou até a quinta série, nunca trabalhou formalmente e teve oito filhos estando na nona gestação. A barriga é aparentemente pequena para a idade gestacional (05 meses), mas Val ao confirmar a gravidez logo se apressa em afirmar: '*dessa vez parei de usar*'.

Sentamos em um sofá rasgado e praticamente sem espuma que fica na sala e tivemos como companhia o som de uma televisão ligada. Val foi bastante simpática e conversou de forma tranquila.

Val nunca se casou e esse ponto da sua vida me pareceu bastante importante dentro de sua narrativa, pois voltou a essa questão algumas vezes. 'Eu nunca fui "junta", nunca me casei. Eu moro aqui com a minha mãe. As minhas duas filhas que ficaram comigo tem tudo que elas precisam'.

Val consegue dinheiro para manter o uso de crack através da prostituição, diz que sua mãe a aceita em casa, mas não sustenta o seu "vício". Para acessar o crack 'a gente tem que se prostituir, "vender as carne". Com o dinheiro que eu "vendo as carne" eu uso a droga'.

Em relação a parar o uso do crack Val conta que já fez algumas tentativas que não deram certo, tendo inclusive ficando internada durante algum tempo em uma clínica para dependentes químicos.

[...] Eu fico com o sistema nervoso quando eu passo assim um mês ou dois mês sem usar eu fico com o sistema nervoso, fico violenta dentro de casa, porque o meu organismo fica sentindo falta da química já muitos anos acostumada[...]

A casa em que Val mora é movimentada, a cada momento alguém entra na porta da sala para ver o que está acontecendo e foi uma dessas pessoas que adentrou a sala que me concedeu também a entrevista. Segue o relato do meu encontro com Andréa.

2.3.4 Andréa: 'eu parei de usar crack por mim mesma, nunca fiz tratamento'

Andréa entrou na sala da casa de Val quando já tínhamos concluído a entrevista e estávamos apenas conversando. Ao saber quem eu era e qual o motivo que me trazia a casa de Val, Andréa passou a falar de forma bem espontânea e descontraída que já havia feito uso de crack. Assim, convidei-a a fazer parte da pesquisa, expliquei os objetivos e ela aceitou imediatamente e seguimos na sala da casa de Val.

Andréa tem 30 anos e o segundo grau incompleto. Uma mulher bonita, alta, cabelos longos, pretos, boa aparência. Diz ser solteira, mas vive em um relacionamento homoafetivo.

[...] Quando eu comecei a usar (crack) eu morava com essa mulher que eu gosto dela, doze anos que eu convivo com ela, ela usa ainda de vez em

quando, quando a gente tá brigada, separada, de vez em quando ela usa [...]

Tem um filho de treze anos que mora com uma prima, mas a quem Andréa sustenta financeiramente. Sua renda provém da prostituição, ela e sua companheira exercem essa atividade afirmando que “os programas” são com homens e que elas não se importam com isso: “*é apenas dinheiro*”.

Andréa já não usa mais crack, diz que parou sem a necessidade de realizar qualquer tratamento:

[...] Nessa arrumação de se drogar demais já tive três paradas cardiorrespiratórias né e sou proibida pelos médico de usar qualquer tipo de droga, de fumar principalmente por causa do meu problema que eu sou asmática né [...]

2.3.5 Mônica: 'Hoje eu sou uma mulher livre graças a Deus'

Saímos da casa de Val o sol já dava uma trégua. Meus pés doíam (pela longa caminhada a pé) a sede também já incomodava, pois havia me esquecido de levar água e não quis parar em nenhum dos pequenos comércios que visualizei pelas ruas. De certa forma me sentia intimidada em está naquele espaço desconhecido, sob os olhares de todos.

A próxima casa que visitamos foi de uma informante conhecida como Pituca, mas ao chegarmos soubemos por uma vizinha que ela não estava em casa. Ficamos ainda aguardando por um tempo, mas decidimos ir embora e retornar outro dia (esse encontro com Pituca não aconteceu, pois, segundo Eliane, a mesma “sumiu no mundo”).

Quando já fazíamos o caminho de volta para a rua onde fica a banca de cd's, Eliane lembrou-se de outra conhecida e resolvemos tentar falar com ela. No entanto, fui advertida que essa mulher era ex-usuária de crack e que ela era “besta, se achava rica por ter sido casada com um homem que tinha dinheiro”.

Disse ainda que havia possibilidade de que Mônica não aceitasse falar comigo. Chegamos a casa, simples, mas em melhor condição do que as visitadas anteriormente. Mônica estava em casa e me apresentei informando o motivo da minha abordagem, minha pesquisa e solicitei a entrevista. Mônica disse me reconhecer da UPA e foi bastante receptiva aceitando ser entrevistada, mas pediu que aguardássemos até que 'tirasse a sopa do fogo'.

Assim aguardamos sentadas na varanda da casa por cerca de 20 minutos quando Mônica retornou e iniciamos nossa conversa.

Mônica tem 42 anos estudou até a sexta série e é viúva (no entanto, nunca foi casada legalmente). Uma mulher de estatura mediana, morena, magra. Tem a voz rouca e o hálito característico de quem é fumante há anos. O rosto e lábios com manchas escuras, tatuagem no braço que tenta esconder sob a blusa de mangas longas.

Mônica é doméstica e tem um filho de 26 anos. Ela já não usa mais crack e atribui a “cura” à religião e ajuda do “marido” já falecido.

[...] Eu consegui parar (de usar crack) primeiro de tudo porque eu vi que eu não tinha mais o que perder e Deus colocou uma pessoa na minha vida que essa pessoa assim como um anjo que vem me fazer bem foi essa pessoa, o meu marido. Ele me conheceu e ele sabia tudo o que eu fazia sabe e ele disse que no dia que eu quisesse ajuda eu pedisse a ele [...]

No entanto, Mônica contou que esse processo não foi fácil e houve várias recaídas que a colocaram novamente no caminho do crack:

[...] Ai essa pessoa veio ele me colocou numa clínica onde eu passei seis meses, mas tive recaída entendeu. A recaída é pior do que quando você tá usando normal, tive a recaída...ai teve um dia que eu disse ou eu paro ou eu não vou fazer nada na minha vida e eu fui buscar Deus e foi através da religião que eu me libertei. A clínica em que eu fiquei internada é católica, mas hoje eu sou evangélica [...]

Mônica falou comigo abertamente e, apresentava um vocabulário diferente das demais entrevistadas, sem uso de gírias, falava de forma pausada e bem compreensiva. Nossa conversa foi muita rica e os leitores poderão se aprofundar nas vivências dessa mulher ao longo do texto.

O próximo capítulo será dedicado a uma exploração da base teórica e conceitual a ser trabalhada a partir das categorias acima delimitadas em um importante diálogo com a teoria que dá base aos estudos e as movimentações concretas da realidade analisada.

3 DESVENDANDO CATEGORIAS TEÓRICAS: O USO DO CRACK ENTRE MULHERES EM COTIDIANOS MARCADOS PELA POBREZA E VIOLÊNCIA

3.1. DA COCAÍNA AO CRACK: O CAMINHO DAS “PEDRAS”

Acendo mais uma “pedra” e a cada trago sinto um efeito estimulante rápido e intenso. Meu utensílio de uso é uma lata tirada do lixo. Meus lábios, língua, rosto e dedos estão feridos e com bolhas denunciando o consumo repetido. Alguém me pede para compartilhar a lata e em meio ao “barato” entrego sem nem pensar nos perigos que espreitam esse ato “solidário”. Ao compartilhar a lata não penso na possibilidade de contrair doenças infectocontagiosas, eu não me preocupo com isso. A sensação é tão intensa, mas, muito rápida. Preciso de mais, preciso sentir aquele prazer, mas já não tenho dinheiro para nada. O jeito é oferecer a única coisa que me resta e que ainda posso vender: meu corpo. Tive sorte dessa vez, consegui alguém que me presenteou com duas pedras em troca de sexo oral. Faço tudo muito rápido, não me preocupa o fato de não usar camisinha ou de estar em um canto da rua. Meu único desejo é ter de volta aquele prazer indescritível, aquela sensação de liberdade, aqueles momentos em que consigo me desligar do mundo e dos problemas que me rodeiam. Infelizmente esse momento logo se esvai como fumaça e novamente estou jogada em uma sensação de angústia intensa. Tenho sentimentos paranoicos, delírios, penso ser perseguida. Tenho medo de morrer. Quero usar novamente. Ainda tenho uma pedra. Já é madrugada, mas a compulsão pela droga persiste. Recomeço o uso e uma sensação intensamente prazerosa toma conta de mim. Sou invisível, intocável diante do mundo. Mas pouco a pouco esse sentimento se esvai e novamente me vejo descontrolada, com medo do mundo e das pessoas. Não quero ninguém por perto, não sinto fome nem sono, mas, meu corpo parece sucumbir e minha mente não encontra calma. Na compulsão eu só penso em mais e mais. Fugir da realidade, experienciar o prazer...mesmo que seja rápido, não sou capaz de

fazer outra escolha. A “pedra” é para mim o meu deleite, minha libertadora e ao mesmo tempo minha algoz²⁶.

No texto acima tenho a pretensão de expressar em palavras, aquilo que foi sentido, percebido, compreendido em relação ao uso do crack, não somente através do aporte teórico, mas, também a partir dos discursos das interlocutoras. Neste capítulo, pretendo esboçar o cenário atual do uso de substâncias psicoativas no Brasil tendo como foco o uso do crack e seus diferentes entrelaçamentos e significados sociais. Tais esclarecimentos são importantes em razão do uso do crack está estabelecido e naturalizado em praticamente todos os municípios do País, sendo sua abordagem realizada de forma preconceituosa, violenta e controversa.

Figura 5 – Campanha da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul contra o uso de crack



Fonte: Rede contra o crack (15 out. 2015)

A imagem exposta na figura acima traduz de forma bastante contundente como o uso do crack é encarado pela sociedade de uma forma geral. A rigor, o tema tem suscitado várias abordagens e movido ampla gama de recursos financeiros,

²⁶Narrativa de minha autoria.

humanos e sociais em seu entorno, transpassadas por influências ideológicas, religiosas e morais.

Sem dúvida, já faz parte do senso comum acadêmico o reconhecimento do uso do crack como problema de saúde pública, mas é necessária também uma abordagem que venha desmistificar esse uso, entendendo que, de modo geral, o uso de substâncias psicoativas acompanha o desenvolvimento da humanidade.

De acordo com Prata e Santos (2009), os hábitos e costumes de cada sociedade é que direcionavam o uso de drogas em cerimônias coletivas, rituais e festas, sendo que, geralmente, esse consumo estava restrito a pequenos grupos, fato esse que apresentou grande alteração no momento atual, pois hoje se verifica o uso dessas substâncias em qualquer circunstância e por pessoas de diferentes grupos e realidades.

Carneiro (2002) salienta que o uso milenar de drogas em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias. Não apenas o álcool, como quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos da sociabilidade, da cura, da devoção, do consolo e do prazer, sendo por esse motivo, divinizadas em inúmeras sociedades.

Utilizadas como forma de alcançar, segundo o escritor inglês Aldous Huxley, uma autotranscendência²⁷, o uso de substâncias psicoativas preenche expectativas e necessidades de um dado momento na cultura, na economia e nas condições sociais da vida de um povo. (BRASIL, 2014).

Em que momento, e porque razões, essas substâncias passaram a ser proibidas e seu uso condenado socialmente? Seriam essas substâncias potencialmente perigosas, geradoras de agravos à saúde e capazes de desestabilizar indivíduos para a vida em sociedade?

Numa perspectiva histórica, pode-se dizer que o uso de substâncias psicoativas tornou-se um problema de saúde pública a partir da metade do século

²⁷ O escritor inglês Aldous Huxley, afirma parecer “improvável que a humanidade em geral seja algum dia capaz de dispensar os “paraísos artificiais”, isto é [...] a busca de autotranscendência através das drogas ou, [...] umas férias químicas de si mesmo. A maioria dos homens e mulheres levam vidas tão dolorosas, ou tão monótonas, pobres e limitadas, que a tentação de transcender a si mesmo, ainda que por alguns momentos, é e sempre foi um dos principais apetites da alma.” (BRASIL, 2014, p. 12).

XIX e que o progresso da química industrial, da farmacologia e da medicina deram-lhe dimensão moderna. (SILVA, 2002, p.11).

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, no início da colonização, descobriram o costume indígena de produzir e beber uma bebida forte, fermentada a partir da mandioca, denominada *cauim*. Ela era utilizada em rituais, em festas, dentro de uma pauta cultural bem definida. Os índios usavam também o tabaco, que era desconhecido dos portugueses e de outros europeus. (BRASIL, 2014). No entanto, os portugueses conheciam o vinho e a cerveja e, logo, aprenderam a fazer a cachaça.

Socialmente aceito, o álcool é considerado hoje uma droga lícita, e seus produtos (cerveja, cachaça, vinho, uísque, entre outros), tem seu consumo estimulado pela mídia e estão diretamente associados ao sucesso, a beleza, a juventude e a diversão.

Figura 6 – Recorte de material de propaganda de cervejarias



Fonte: Confraria da cerveja (16 fev. 2016)

As propagandas de cerveja são um exemplo típico desse tipo de associação entre o álcool, a beleza, o sexo, o poder, o consumo. No entanto, de modo geral, o álcool não é visto por seus usuários como uma droga e, seu uso é totalmente naturalizado. .

[...] Minha vida era muito boa antes, como agora tá sendo porque eu não sou mais aviciada em nenhuma droga né, de vez em quando eu bebo, fumo um cigarro mas isso aí eu acho que é normal [...] (Andrea)

[...] Eu nunca usei maconha, só usava bebida mesmo aí eu mesma decidi usar crack [...] (Nete)

[...] Ai eu conheci o meu primeiro marido e saí da casa da minha mãe. Ele não usava droga não, só cachaça e eu bebia com ele. Os meus filho nem sabe que eu uso (crack). Eles pensa que eu tô bêba [...] (Eliane)

Paduani *et al* (2008) expressam que nas sociedades ocidentais, o álcool é o único agente farmacológico potente cuja auto-intoxicação é socialmente aceita. “É fato que o problema do alcoolismo é muito maior do que todas as outras formas combinadas do abuso de substâncias”. (p. 67).

Daí se fortalece a perspectiva de que o critério de legalidade ou ilegalidade de determinada substância não está relacionada a seus riscos potenciais a saúde humana e a gravidade de seus efeitos. Tais critérios se estabelecem relacionados a fatores econômicos e políticos e os usuários, na maioria das vezes, não conseguem perceber tais distinções.

No tocante a maconha, seu uso com propósitos medicinais data de 2.700 a.C. Largamente utilizada na Europa com esse propósito, durante os séculos XVIII e XIX, ela foi introduzida no Brasil pelos escravos africanos e difundida também entre os indígenas, sendo inicialmente usada com propósitos medicinais e nas atividades recreativas, como a pesca, e nas rodas de conversa. Nos Estados Unidos, ela já era conhecida pelos índios quando os mexicanos a levaram para aquele país. (BRASIL, 2014).

De acordo com Carlini (2006), a demonização da maconha no Brasil iniciou-se na década de 1920. Apesar das tentativas anteriores no século XIX e início do século XX, a perseguição policial aos usuários de maconha somente se fez constante e enérgica a partir da decisão da II Conferência Internacional do Ópio ocorrida em 1924 na cidade de Genebra.

Esta postura repressiva permanece no Brasil, tendo para isso o apoio da Convenção Única de Entorpecentes, da Organização das Nações Unidas (ONU),

que ainda considera a maconha uma droga extremamente prejudicial à saúde e à coletividade, comparando-a a heroína e colocando-a em suas listas condenatórias²⁸.

Nos discursos das entrevistadas, é possível perceber a referência da entrada no “mundo das drogas” a partir do uso da maconha e da cocaína até chegarem ao crack. Esse dado corrobora com diversos estudos que já apontam essa questão. Eliane, por exemplo, revela que começou o uso de drogas pelo “bagulho”, aí do “bagulho” passou a “fumar o mesclado”.

Outra interlocutora faz referência ao uso da maconha como “porta de entrada” para o consumo do crack: ‘[...] Eu comecei pela maconha e da maconha eu fui pro crack. Até hoje eu uso, mas agora eu tô manerando mais’. (Val).

Essa “iniciação” pelos usuários no uso de drogas ilícitas a partir principalmente da maconha é utilizada pela política de “guerra às drogas” para justificar o combate e a continuidade da proibição legal ao consumo dessa substância.

Autores como Mansur e Carline-Cotrin ainda em 1987 já tratavam do fato da maconha ser considerada “porta de entrada” para o uso de outras drogas. No estudo os autores contrapõem hipóteses alternativas a essa questão dentre as quais: a maconha é uma droga popular e de baixo custo; sua aquisição demanda contato com pessoas que possuem e muitas vezes usam outras drogas, o que facilita o acesso do usuário da maconha a outros psicotrópicos; como o uso da maconha é ilegal e estigmatizante, seu usuário já se enquadra entre os desviantes e transgressores da sociedade, e experimentar outras drogas é apenas reafirmar esta condição; eventuais experiências positivas com a maconha, no sentido de perceber que as alterações de consciência que ela produz podem não ser tão perigosas como se é levado a crer, encorajam experiências com outras drogas.

No Brasil o uso de maconha sempre esteve envolto por uma atmosfera de preconceito e discriminação que cria no imaginário popular a associação “pobre – preto – maconheiro – marginal – bandido”. (BRASIL, 2014, p. 19).

²⁸ Atualmente no Brasil e no mundo ocorre uma importante discussão em que setores se posicionam a favor de mudanças nas leis relacionadas ao uso da maconha com a legalização de seu uso, plantio e comércio. Desde 1994, sempre no mês de maio, ocorrem em vários países do mundo, manifestações populares conhecidas como “Marcha da Maconha” em uma tentativa de pressionar os legisladores a modificarem a lei proibitiva hoje em vigor.

Tal associação remonta a chegada dessa substância ao País a partir do seu “descobrimento” pelos portugueses sendo a planta trazida pelos escravos africanos o que justifica que a planta seja conhecida também como fumo de Angola.

De acordo com Souza (2012) historicamente, autoridades nacionais e locais de combate aos entorpecentes apontavam o uso da maconha como “causa da criminalidade tanto contra a pessoa como contra a propriedade”. Em suas conclusões o “maconhismo” era uma “psico-sociedade heterotóxica deselegante”, opondo-se aos “vícios elegantes”, inspirados no cosmopolitismo parisiense, da “boa mocidade”, das elites econômicas e intelectuais. Seria coisa para um “conhecido em rodas de malandragem”.

O autor reforça que médicos, botânicos, agrônomos e juristas, de maneira geral, percebiam na droga um poder soberano capaz de impelir o indivíduo, que seria uma vítima passiva da sua farmacodinâmica, à prática de toda sorte de desatinos, sobretudo, cometer assassinatos “na ausência absoluta de motivo”.

A acusação de “maconheiro” no Brasil era, portanto, aplicada a um grupo de pessoas inseridas nas classes subalternas, e pertencentes aos mais baixos meios sociais. Vejamos a seguir o que reporta Souza (2012) a esse respeito.

A alcunha de “maconheiro” era aplicada a um vasto conjunto de personagens sociais identificadas entre as “populações nortistas pobres”. Seus “afeiçoados” seriam, sobretudo, naturais da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Pará e Maranhão e, predominantemente, “negros e pardos”; poderiam ser os “canoeiros, pescadores” e todos os tipos de embarcações, acusados de serem os maiores responsáveis pela propagação do vício; poderiam ser os sertanejos, bem como os adeptos dos catimbós, xangôs e candomblés; estariam também entre o vasto e heterogêneo conjunto dos trabalhadores urbanos; e sem dúvidas a maconha seria encontrada em posse de “gatunos”, malandros, boêmios, “larápios”, “mundanas” e “decaídas”. (SOUZA, 2012, p. 77).

Hoje não podemos negar que o uso de maconha está disseminado em todas as classes sociais estando presente de forma bastante expressiva entre grandes setores da classe média. Para MacRae e Simões (2003), nos anos 1980 o uso recreativo e discreto da *canabis* tornou-se mais aceito. O meio acadêmico não constituiu exceção e, atualmente, uma considerável parcela dos alunos, pesquisadores e professores das universidades fazem uso da maconha. Porém, a maior parte da pesquisa e da discussão oficial sobre o assunto continua a se concentrar nos usuários “problemáticos” ou em adolescentes, geralmente adotando abordagens patologizantes ou penais. Raramente se trata do uso feito por adultos socialmente bem integrados.

Importante perceber, no entanto, que nos setores médios, os usuários de maconha não costumam ser chamados ou reconhecidos como “maconheiros” essa denominação persiste carregada de preconceito e recai amplamente sobre a população usuária pobre, das periferias e favelas.

Quanto à cocaína, ela é consumida pela humanidade há pelo menos cinco mil anos. (ESCOHOTADO, 1996). A folha de coca tem sido usada há milênios pelos povos andinos para reduzir a fadiga e o cansaço das longas jornadas de trabalho tendo sido inclusive comercializada livremente pelo laboratório *Bayer* e enaltecida por suas qualidades medicinais. (BRASIL, 2014).

O uso de cocaína se estabelece a partir das grandes civilizações pré-colombianas dos Andes que, há mais de 4500 anos, já conheciam e utilizavam a folha extraída da planta *Erythroxylon coca* ou coca boliviana. (FERREIRA E MARTINI, 2001).

Segundo os autores, a planta de coca cresce na forma de arbusto ou em árvores ao leste dos Andes e acima da Bacia Amazônica. Cultivada em clima tropical e altitudes que variam entre 450m e 1.800m acima do nível do mar, continua sendo usada pelos nativos da região que a mascam. Numerosas lendas se referem a ela em associação aos mistérios sagrados da fertilidade, da sobrevivência e da morte, assim como de práticas curativas.

O valor cultural e mitológico da coca explica o costume de aplicar a folha no cordão umbilical do recém-nascido e após a mumificação desse cordão, processo que era acelerado pelas folhas, fosse enterrado juntamente com elas, como um talismã para dar sorte àquele indivíduo por toda a vida. (MUAKAD, 2009 *apud* BARRETO, 2013, p. 630). Além disso, os feiticeiros de Machu Picchu mastigavam coca durante os preparativos dos rituais de união das virgens e do inca que encarnava o Sol sobre a terra. (WAISBARD, 1974 *apud* BARRETO, 2013, p. 630).

De acordo com Ferreira e Martini (2001), o nome coca deriva de uma palavra *aimará*, “*khoka*”, cujo significado seria “a árvore”. Para os incas, a planta era

sagrada, um presente do Deus Sol (*Inti*), relacionada à lenda de Manco Capac²⁹. Até a chegada dos espanhóis à América, seu uso era privilégio da nobreza Inca. No período colonial, porém, o consumo entre os índios se popularizou, apesar da oposição da igreja católica.

Os autores comentam ainda que no Norte do Brasil, a coca também é chamada de *epadu*. Muitas tribos da Bacia Amazônica, na região fronteira entre Venezuela, Colômbia e Brasil, mantêm o hábito de mascar o “*epadu*” ou “*ipadu*” como forma de preparo das folhas torradas de coca misturadas com elementos alcalinos, transformadas em pó e agrupadas em pequenas bolinhas.

A primeira notícia sobre a folha de coca deve-se a Cristóvão Colombo que, em 15 de outubro de 1492, referia-se, em seu diário, a ‘umas folhas secas muito apreciadas pelos nativos e que trouxeram a ele já no São Salvador’. (GARCIA, 2006, p.83 *apud* BARRETO, 2013, p. 630).

Na Europa, os primeiros relatos sobre o uso desse vegetal foram publicados por Américo Vespúcio em 1507. Nesses relatos ele descreve o uso de coca sendo mastigada com cinzas. Segundo Ferreira e Martini (2001) o uso concomitante, no ato da mastigação de cinza ou bicarbonato de sódio, utilizado até hoje, deve-se ao fato de sua absorção pela mucosa da cavidade oral apenas se realizar em PH alcalino. Sua ação farmacológica, quando mascada, é semelhante ao estímulo provocado pela ingestão de doses elevadas de cafeína, não sendo, no entanto, acompanhada de euforia.

Na Espanha em 1551 o Conselho Eclesiástico de Lima declarou ser a coca “uma planta enviada pelo demônio para destruir os nativos”; ela seria um obstáculo para a difusão do cristianismo, explicando o insucesso de muitas campanhas de conversão. A proibição não durou muito tempo, pois os espanhóis constataram que os índios não conseguiam fazer o trabalho pesado sem o uso de coca. Em 1569, o Rei Felipe II da Espanha declarou o ato de mascar a coca como um hábito essencial à saúde do índio. (FERREIRA E MARTINI, 2001).

²⁹Manco Capac foi o primeiro Inca ou o filho do sol que desceu do céu sobre as águas do lago Titicaca para ensinar aos homens as artes e a agricultura, e para presentear-los com as primeiras sementes. (BARRETO, 2013, p. 629).

A partir do final do século XVI, a coca foi introduzida na Espanha pelos conquistadores para fins medicinais e como suposto afrodisíaco, porém seu uso não se difundiu nessa época. Na medicina, a cocaína foi considerada inicialmente como um fármaco milagroso. Segundo Ferreira e Martini (2001) os americanos começaram a prescrevê-la para enfermidades particularmente difíceis de tratar. Tentaram empregar a cocaína no tratamento como um antídoto radical da morfina e alguns pesquisadores da área médica passaram a utilizá-la como anestésico inicialmente no campo da oftalmologia.

Sigmund Freud contribuiu de maneira decisiva para a divulgação da cocaína para fins terapêuticos. Freud “considerava seis campos terapêuticos para o uso da cocaína: como estimulante, para transtornos gástricos, para a perda de forças, para curar os dependentes de morfina e álcool, para o tratamento da asma e em aplicações locais” (ESCOHOTADO, 1998, p. 334, tradução nossa). Em 1884, Freud publicou um livro chamado “*Uber coca*” (sobre a cocaína), no qual defende seu uso terapêutico³⁰.

De acordo com os estudos de Ferreira e Martini (2001), ainda no século XIX, mais precisamente no ano de 1863, um químico da Córsega, Ângelo Mariani, inventou uma mistura de folhas de coca com vinho, denominando-a de “Vinho Mariani”. Essa bebida foi experimentada e apreciada por pessoas famosas à época como Thomas Edson, H. G. Wells, Jules Verne e o Papa Leão XVIII, que premiou o químico com uma medalha de ouro. Em média, um litro de vinho continha entre 150mg e não mais que 300mg de cocaína. Assim, dois copos de vinho Mariani continham menos de 50mg de cocaína, quantidade insuficiente para causar qualquer efeito nocivo em humanos.

Ainda segundo os autores, em 1886, John Styth Pemberton criou um “*soft drink*” isento de álcool, para estar de acordo com os princípios religiosos da sociedade americana do século XIX, mas com cocaína (60mg por garrafa de oito

³⁰ Após quatro anos de sua publicação original, Freud voltou atrás, rendendo-se às evidências de que a “droga milagrosa” tinha uma série de inconvenientes, começando pelo seu potencial de criar dependência – “cocainomania” – que, em muitos casos, substituiu a “morfomania” ou mesmo se combinava a ela. Em 1892, Freud publicou uma continuação de “*Uber coca*”, modificando seu ponto de vista, originalmente favorável à cocaína. (FERREIRA E MARTINI, 2001).

onças, aproximadamente 240ml) e com extrato de noz de cola, que era usado como tônico para o cérebro e os nervos e assim nasceu a Coca-Cola³¹.

Até 1885, as folhas da coca eram levadas da América do Sul para outros Países, onde eram transformadas em produtos, mas perdia-se muito da concentração de cocaína nas longas viagens. Em 1885, um químico, trabalhando para a indústria farmacêutica *Parke Davis*, revolucionou a produção ao descobrir uma maneira de produzir cocaína semi-refinada nos próprios Países onde estavam instaladas as fábricas.

Viagens e armazenamento das folhas de coca foram simplificados, os preços caíram, e o consumo de cocaína semi-refinada aumentou substancialmente. Dessa forma, houve uma rápida explosão de fábricas de medicações utilizando a cocaína em diversos produtos. Operando na ausência de leis ou regulamentos que limitassem a venda ou o consumo, a cocaína tornou-se presente em farmácias, mercearias e bares. “Uma única fábrica, em 1885, oferecia cocaína em 15 diferentes formas, incluindo cigarros, charutos, inalantes, cristais, licores e soluções”. (FERREIRA E MARTINI, 2001, p. 98).

O ano de 1906 pode ser considerado como marco para que o proibicionismo ascendesse de um movimento doméstico e puritano para um movimento político de caráter internacional, visando à restrição de substâncias psicoativas. Em 1906, foi criado o *Food and Drug Act*, que seria a primeira lei federal destinada a regular o mercado de drogas nos Estados Unidos da América (EUA). A lei, não tinha caráter criminal, tratava-se basicamente de três coisas:

A criação da Food and Drug Administration, que deveria aprovar todos os alimentos e drogas para consumo humano antes de sua introdução no mercado; a necessidade de apresentação de prescrição médica para a aquisição de algumas “drogas”; e a necessidade de que as “drogas” vendidas fossem rotuladas de tal modo que as substâncias que entravam em sua composição fossem conhecidas. (VARGAS, 2001, p. 200 *apud* CARVALHO, 2014, p. 154).

³¹ Atualmente, a cocaína presente na Coca-Cola foi substituída por cafeína, sendo o alcaloide retirado da fórmula em 1906, ainda que folhas de coca “descocainizadas” continuem sendo empregadas no seu preparo. (FERREIRA E MARTINI, 2001).

O surgimento de regulamentações e leis restritivas, como o tratado de Haia em 1912³² e a *Harrison Narcotics Tax Act*³³ em 1914, nos EUA, tornaram a cocaína menos disponível para a população em geral.

De acordo com Carvalho (2014), em 1919 o senador republicano Andrew Volstead, aprovou seu projeto de emenda (18ª) à constituição americana, visando ao fim do comércio e consumo de bebidas alcoólicas. A *Volstead Act*, chamada pelos seus defensores de *The Noble Experiment*, uma atribuição à vitória da moral pública, ficou popularmente conhecida como Lei Seca³⁴.

Ainda segundo Carvalho (2014), todos esses fatores, isto é, a Lei Harrison, a Lei Seca e a ratificação da Convenção de Haia via Tratado de Versalhes, abriram caminho para que os EUA solicitassem uma nova conferência, desta vez sobre os auspícios da Liga das Nações. O objetivo inicial era estender suas experiências domésticas aos níveis internacionais. Assim em novembro de 1924, na nova sede do novo organismo multilateral em Genebra, houve iniciadas as conferências que resultariam na II Convenção Internacional do Ópio.

Têm-se, portanto, após a Primeira Guerra Mundial, a emergência da hegemonia médica e moral americana. Para Carvalho (2014) citando Vargas (2001), o marco dessa hegemonia estaria localizado na incorporação feita pela Liga das Nações aos “princípios americanos” de penalização sobre os usos de opiáceos e de

³²Em Haia no ano de 1912 ocorreu a Convenção Internacional do Ópio durante a Primeira Conferência Internacional do Ópio e esse foi o primeiro tratado internacional de controle de drogas. Tal evento foi proposto pelos EUA para “ajudar a China em sua batalha contra o ópio” (ESCOHOTADO, 1992, p.611). Antes, uma primeira conferência já havia ocorrido em Xangai em 1909. A pressão para inserir outras substâncias na Conferência de Haia se deu por parte da Grã-Bretanha, que teria sido o principal alvo em Xangai. Os ingleses adotaram a estratégia de estabelecer pré-condições para participar da Conferência de Haia: incluir no debate a regulação de alcaloides industrializados como a morfina e a cocaína (CARVALHO, 2014, p. 155/156).

³³Esse projeto foi proposto por Francis Burton Harrison que renunciou ao senado para tornar-se governador das Filipinas entre 1913-1921. A nova lei condicionava o consumo de ópio, morfina e cocaína apenas para fins medicinais. (CARVALHO, 2014, p.156).

³⁴Lei seca é uma denominação popular dada à proibição oficial de fabricação, varejo/comercialização, transporte, importação ou exportação de bebidas alcoólicas. No início do século XX a experiência da Lei Seca, de 1920 a 1934, nos Estados Unidos, fez surgir as poderosas máfias e o imenso aparelho policial unidos na mesma exploração comum dos lucros aumentados de um comércio proibido. No Brasil, apesar da designação comum, não existe a lei seca, mas dispositivos legais que visam coibir o consumo de bebidas alcoólicas em determinadas situações ou períodos, ou associar o consumo de bebidas a atividades específicas, como conduzir veículos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_seca. Acesso em 30/11/2014.

cocaína fora da esfera médica e científica, princípios estes que regeriam a política mundial de drogas.

No Brasil, de acordo com Bahls e Bahls (2002) no início do século XX a imprensa e a sociedade, sob influência das questões norte-americanas, passaram também a focar o uso de cocaína com preocupação. Dizem as autoras citando Carlini (1996) que em torno de 1914, a cocaína passou por uma mudança de lugar no imaginário social brasileiro e começou a ser vista como um comércio perigoso, que ameaçava a integridade e a vida das pessoas.

Acreditam as autoras que devido aos clamores da imprensa e da sociedade em geral, o Congresso Nacional aprovou o Decreto-lei 4.292, em 06/07/1921 que, entre outras coisas, estabeleceu penalidades (multa e prisão) para as contravenções na venda de cocaína e outras drogas e a criação de estabelecimento especial para tratamento de dependentes com duas seções, uma para internados judiciários e outra para internados voluntários.

Atualmente, o mundo depara-se com o ressurgimento da cocaína como uma droga de largo consumo e com o advento do crack, inicia-se uma nova fase da história da cocaína, pelo menos com relação ao potencial de toxicidade. Sobre o uso do crack exponho a fala a seguir:

[...] Nem “pedra” existia ainda, era o pó. Foi o pai dos meus filho quem me ensinou a usar crack. A gente comprava o pó e a gente tirava na vela pra fazer o crack. Nós tirava o crack da cocaína, nós tirava na vela [...] (Eliane)

O crack, como uma forma de cocaína de uso relativamente recente, teve os primeiros registros científicos no início da década de 1980. Nos termos de Nappo, Galduróz e Noto (1994), o aparecimento do crack e a popularização do consumo teve início no Brasil a partir de 1989 sendo mais comum o uso por homens, menores de 30 anos, desempregados, com baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo.

Seguindo os achados de Oliveira e Nappo (2008), temos que na cidade de São Paulo, o primeiro relato do uso do crack faz referência ao ano de 1989. Dois anos depois, em 1991, houve a primeira apreensão policial da droga, momento a partir do qual o número de apreensões só veio a aumentar, progredindo de 204 registros em 1993 para 1.906 casos em 1995, apontando à rápida popularização do

crack em território brasileiro. Os traficantes e suas habilidosas estratégias de mercado contribuíram significativamente a esse processo.

A princípio, como ainda era desconhecido, para facilitar a apresentação do crack e a adesão por parte do usuário, os traficantes esgotaram as reservas de outras drogas nos pontos de distribuição, disponibilizando apenas crack. Logo, diante da falta de alternativas, os usuários viram-se obrigados a optar e aderir ao seu uso.

O crack é fumado pelos usuários brasileiros com o auxílio de latas de alumínio furadas e com o auxílio de cinzas de cigarro, que aumentam a combustão. A sensação de prazer adquirida com o uso é intensa e rápida fazendo com que o usuário estabeleça um movimento interminável por novas “pedras”. Esse ponto é abordado por uma das entrevistas como exposto a seguir:

[...] A dependência do crack é tão grande que ela causa muito pouco efeito na sua mente aí você usa e quer mais, quer sempre mais. É por isso que essa droga é tão destrutiva de uma forma que o delírio que ela causa na mente do usuário é muito rápido [...] (Mônica)

Para Silva (2002), o potencial de dependência do crack e o baixo custo³⁵ favoreceram o aumento do seu consumo. No Brasil esse consumo apresenta níveis considerados epidêmicos. Quanto à questão do baixo custo, que alguns autores apontam ao uso do crack, uma das mulheres entrevistadas vai de encontro a essa perspectiva como pode ser conferido abaixo:

[...] A gente mudou da cocaína pro crack porque o crack é pior, é mais forte. Não é questão de preço. A cocaína é mais cara, mas ela se torna mais barata porque é “mó paia”. O crack é mais caro porque você não quer comprar só uma “pedra”, você vai querer de 05, de 10, de 20, de 50. O pó não, você cheira o pó aí você bebe uma cervejinha e fica naquela. O crack não, o crack quanto mais você usa mais você quer [...] (Eliane)

³⁵A ideia de que o Crack seria uma droga de menor custo já está sendo repensada, pois levando-se em consideração a necessidade que o usuário tem de consumir cada vez mais, acaba por gerar um grande custo ao usuário. O menor custo na verdade fica para o traficante que gasta muito pouco na produção das “pedras”. Nos Estados Unidos, estudos apontam que as pedras de crack têm sido adulteradas com substâncias inertes ou estimulantes de baixo custo, o que têm diminuído sua pureza em termos da concentração de cocaína. No Brasil, em função dos inúmeros pontos de distribuição e venda de crack (cada qual com suas próprias “leis”), sua composição química ainda é desconhecida, de tal forma que interações imprevisíveis podem colocar a vida do usuário em risco, o que o torna um problema de saúde pública relevante. (OLIVEIRA E NAPPO, 2008).

Nos termos de Duailibi (2010), o crack diferentemente da cocaína, disseminou-se especialmente em locais socialmente excluídos, tendo os meninos em situação de rua e os usuários de drogas injetáveis (UDIs) como seus principais adeptos. No entanto, o crack está hoje distribuído por todas as regiões do Brasil, com um crescimento forte não somente nas capitais, mas, também nos municípios de menor porte.

A partir desse crescimento são apontadas associações entre o uso de drogas e o empobrecimento, o isolamento social, a falta de moradia, a situação de rua, a violência doméstica, os comportamentos autodestrutivos, a multiparidade e as comorbidades obstétricas e psiquiátricas. (MARANGONI E OLIVEIRA, 2012).

Mais detalhadamente, Carneiro (2002) apresenta que os diversos aspectos da degeneração da situação social dos usuários de crack relacionam-se direta ou indiretamente ao estatuto do comércio de drogas na sociedade contemporânea: aumento da violência urbana, do número de encarcerados e das forças militares envolvidas com as drogas.

Nos mesmos termos, Nappo *et al* (2001) afirmam que em função da sensação de urgência pela droga (fissura) e pela falta de condições financeiras, o usuário muitas vezes busca participar de atividades ilícitas (tráfico, roubos e assaltos). Esse aspecto é apontado por Andréa, umas das mulheres entrevistadas: '[...] Depois dessa arrumação de tá viciada eu comecei a vender (droga) e fui presa e passei seis meses [...]'].

Entre mulheres essa situação apresenta um agravante tendo em vista a troca de sexo pela droga ou dinheiro, submetendo-se ao risco de infecção por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis. As falas corroboram esse aspecto:

[...] Minha profissão é se prostituir, eu uso camisinha..mas é porque tem umas pessoas que eu gosto ai eu acabo...às vezes até deslize eu acabo engravidando [...] (Val)

[...] Agora quando a mulher não tem dinheiro a mulher vai se virar nos 30, se vira ó..se vira mesmo...posso dizer? Posso? (risos)...nós se vira nos 30..entende..nós "dá o tabaco" por 30 conto e se a gente pega um "gado", um abestado a gente pede 50 real e o que tiver na carteira nós leva [...] (Eliane)

Esse risco de contaminação pelo HIV associado ao uso do crack é estudado por Ribeiro, Sanchez e Nappo (2010). Os autores ressaltam ser esta a segunda causa mais prevalente de morte entre usuários da droga. Entende-se essa constatação ao compilar alguns fatores relacionados ao estilo de vida do usuário,

como por exemplo, o comportamento sexual de risco, as atividades sexuais para obtenção de dinheiro ou droga.

Embora não se observem estudos que façam relação direta entre o uso do crack e o índice de mortalidade entre os usuários, é um fato que o índice de mortalidade entre eles é grande. No entanto, para Kessler e Pechansky (2008), os óbitos estão mais relacionados a elementos do tráfico, à disputa entre pontos de venda/uso ou enfrentamentos com a polícia do que aos problemas decorrentes do uso da substância em si.

A atenção dispensada à questão do uso do crack no Brasil segue uma tradição de repressão e culpabilização do indivíduo, em detrimento das ações de prevenção de caráter abrangente e de planejamento adequado.

Na concepção de Ramiro, Padovani e Tucci (2014), a tendência atual da mídia nacional em conotar a discriminação do usuário de crack e de culpabilizar esse indivíduo tem direcionado a atenção da sociedade para esse “problema social” como algo distante, impossibilitando um olhar mais cuidadoso sobre a dimensão estrutural, que inclui os aspectos socioeconômicos, políticos, jurídicos, clínicos e culturais associados ao consumo dessa substância.

Como já abordado, o uso de substâncias psicoativas acompanha o desenvolvimento da humanidade, mas, com o caminhar da história foram-se criando restrições ao uso de determinadas substâncias fomentando uma grande estrutura de tráfico ilegal e um aparato policial de repressão comandado pelo Estado.

A dimensão territorial assumida pelo narcotráfico emerge como questão central vinculada ao aumento da violência urbana, da produção, da comercialização e do consumo dessas substâncias.

Para Garcia, Leal e Abreu (2008), o poderio quase irresistível dos recursos oriundos do tráfico de drogas, por sua natureza ilícita, só pode atuar em oposição a todos os mecanismos reguladores da economia mundial. Como uma mercadoria, o consumo de drogas é estimulado como produto, com mercado e marketing estabelecidos, e com lucros que chegam à casa de 500 bilhões de dólares/ano. Vários autores que estudam o tema têm demonstrado como a posição de ilegalidade, atribuída a um conjunto de drogas, incrementou outras atividades criminosas, tais como o tráfico de armas, o contrabando, o terrorismo, as guerras e guerrilhas, os golpes de Estado e também as atividades ilícitas.

Mesquita (2005) esclarece que, em nenhum outro momento histórico o consumo de substâncias psicoativas foi tão estimulado como produto, com mercado e marketing estabelecidos. Estão em jogo interesses comerciais que envolvem a poderosa indústria armamentista e o mercado financeiro, sem perder de vista setores menos relevantes.

Para Martins (2013), em se tratando do uso e do abuso de drogas lícitas, considerando que estão inseridas no processo produtivo e lucrativo, do chamado “mercado legal”, movimentos condenatórios existem, mas os conflitos daí decorrentes podem ser resolvidos na esfera legal.

A autora afirma que em relação às drogas ilícitas, colocadas na ilegalidade, a sua condenação responde a determinados interesses que servem para a imposição de uma política de “tolerância zero”, cuja liderança, que se pretende hegemônica para todos os países, tem sido encampada pelos EUA, no sentido da universalização de um discurso proibicionista e condenatório de todo e qualquer tipo de drogas consideradas ilícitas.

A regulamentação das formas de usos de drogas é o que as diferenciam e no século XX, de acordo com Carneiro (2002), encontramos o estatuto de uma proibição formal de certas substâncias e a aceitação de outras. A discriminação das substâncias obedece a injunções culturais e econômicas, pois,

[...] embora o álcool tenha sido vítima da primeira lei seca norte-americana, ele em geral é tolerado nas sociedades ocidentais, assim como o tabaco, enquanto substâncias reconhecidamente mais inócuas como os derivados da *canábis* mantêm-se sob interdição. O julgamento da legitimidade ou não destas necessidades é arbitrariamente estabelecido. O uso de uma justificativa médica e de saúde pública para se proibir certas drogas é contraditório com o fato de que algumas das substâncias mais perigosas são permitidas devido ao seu uso ser tradicional no Ocidente cristão. O cigarro, por exemplo, desde a guerra da Criméia incorporou-se à ração dos exércitos e aos hábitos populares, o chá e o ópio à dieta da Inglaterra vitoriana, e o álcool na forma do vinho, da cerveja e dos destilados continua sendo a bebida nacional de muitas nações. (CARNEIRO, 2002, p. 04).

Nesse tocante, observa-se que os fatores proibicionistas que tornam uma droga lícita ou ilícita são construídos socialmente. A malignidade de determinadas drogas não está associada somente a sua toxicologia, nos seus efeitos prejudiciais ao organismo humano, mas, sim na sua ilicitude. Ser ilícita por si só já torna a droga inaceitável socialmente e inaceitáveis também, seus consumidores.

A violência associada ao consumo de drogas também sofre dessa deturpação. O viciado que rouba e, muitas vezes, lesiona e até mata o familiar, para conseguir dinheiro para comprar droga, age de tal forma por culpa da droga e não

porque depende de uma única e poderosa rede de distribuição – a do tráfico. Logo, culpa-se a droga pela tragédia familiar, pela violência, e não a forma como a droga é distribuída e a forma como a sociedade não encara – porque foge – o abuso de drogas, cuja gênese está na compulsão consumista³⁶. (FORTE, 2007, p. 194).

Coggiola (1997) reforça essa afirmação ao expor que na base do fenômeno do tráfico de drogas encontra-se a explosão do consumo e a popularização da droga, especialmente nos países capitalistas desenvolvidos. O tráfico de drogas foi sempre um negócio capitalista, por ser organizado como uma empresa, estimulada pelo lucro.

É importante estabelecer nesse ponto, o debate quanto ao papel do Estado na questão do uso de drogas. Seria o Estado responsável pela proibição, combate, controle do uso de drogas em detrimento da liberdade de cada indivíduo em fazer suas escolhas pessoais?

Nos termos de Carneiro (2002), a “guerra contra as drogas”, nascida do ventre da Lei Seca, além de servir para o enriquecimento direto das máfias, das polícias e dos bancos, serve para o controle dos cidadãos até mesmo no íntimo de seus corpos vigiados com testes de urina e batidas policiais.

Para o autor, a noção de um Estado investido do poder de polícia mental e comportamental legislando e punindo sobre os meios botânicos e químicos que os cidadãos utilizam para interferir em seus estados de humor e de consciência é um pressuposto necessário para a hipertrofia do lucro obtido no tráfico, ou seja, a proibição gera o superlucro.

É perceptível, portanto, que a proibição ao uso de substâncias psicoativas ilícitas está mais relacionada a aspectos morais, políticos, econômicos e religiosos do que com argumentos científicos ou iminentes à saúde pública.

Para Vieira (2012), toda a sofisticação de procedimentos e técnicas governamentais no âmbito das políticas sobre drogas, devem ser compreendidas

³⁶Zygmunt Bauman em seu livro “Vida Líquida” traz no capítulo 05 uma narrativa sobre os consumidores na sociedade atual que ele denomina de líquido-moderna. Para o autor, “a sociedade de consumo tem por premissa satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pode realizar ou sonhar. A sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação [...] depreciando e desvalorizando os produtos de consumo logo depois de terem sido alçados ao universo dos desejos do consumidor”. Outro método que segundo o autor é capaz de gerar essa permanência da insatisfação seria “o método de satisfazer toda necessidade/desejo/vontade de uma forma que não pode deixar de provocar novas necessidades/desejos/vontades. O que começa por necessidade deve terminar como compulsão ou vício”. (BAUMAN, 2009, p. 105/106).

para além das drogas em si. Trata-se, antes, da governamentalização³⁷ do Estado e da estatização da vida, nos liames do biopoder³⁸.

Tais práticas regulatórias, formuladas a partir de um tipo específico de racionalidade, procuravam engendrar, no corpo social, sujeitos dóceis e produtivos. Rodrigues (2004), a partir das reflexões de Foucault, propõe que tal expansão da capacidade de governamentalização do Estado para gerir as condutas das populações canalizavam uma série de estratégias, dentre elas a

[e]xtrapolação da autoridade médica do estrito campo de combate às doenças para ampla intervenção saneadora da sociedade, que disciplinariza o regime urbanístico, os espaços de trabalho, os hábitos de higiene e os costumes sociais referentes aos cuidados de si. A ingerência sobre a prática de se intoxicar abria um flanco importante nos termos de governamentalidade: o rastreamento de desejos de tal maneira difundidos possibilitava a disciplinarização de relações íntimas, impondo aos indivíduos, também neste campo, padrões de normalidade. (RODRIGUES, 2004, p.34).

O Estado, dessa forma, assumi o controle dos corpos, dos prazeres e das necessidades individuais em uma clara intenção de tutela conforme expresso em Foucault (2013). Nos termos do autor, durante a época clássica houve a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. É um corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam.

Foucault (2013, p. 136) estabelece que a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito.

É nesses termos que as drogas e seus usuários se encontram, em um patamar de “guerra” com o Estado proibitivo. Nesse sentido, Foucault (2013) estabelece ser possível que a guerra como estratégia, seja a continuação da política.

³⁷Por *governamentalidade*, Foucault se refere às técnicas de governo que surgem a partir do século XIII como política de investimento na produção de corpos e regulação da vida. Essa gestão de condutas no âmbito do biopoder pode parecer difusa, mas é permanente e atua em todo o tempo e em todo lugar. Articula-se a saberes sobre indivíduos e coletividades, produz efeitos de subjetividades, constitui sujeitos na medida em que envolve técnicas de governo de si mesmo. (FOUCAULT, 2008, p. 137-146; 474-476).

³⁸Para Foucault o conceito de *biopoder* se refere a uma série de fenômenos importantes a saber: o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. (FOUCAULT, 2008, p. 03).

A “política” foi concebida como a continuação senão exata e diretamente da guerra, pelo menos do modelo militar como meio fundamental para prevenir o distúrbio civil. A política como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil. (FOUCAULT, 2013, p.162).

Essa lógica da normatização, do controle, da disciplina esbarra na crescente expansão do uso de drogas e da resistência de usuários que, aquém às proibições e normatizações sociais e penais, persistem na utilização das substâncias.

Diante disso, alguns Países principalmente na Europa, já realizam ações que caminham para a legalização do uso de algumas substâncias tendo em vista a percepção da não efetividade da política de “tolerância zero”, de condenação das drogas.

Jelsma (2008) aponta que países-membros da União Europeia (UE) passaram a caminhar em direção a um maior equilíbrio entre repressão e proteção, cujo sentido é manter o controle sobre o tráfico de drogas, mas descriminalizar as drogas e os seus usuários. O objetivo passa a ser a dissuasão do consumidor, com ênfase na proteção de sua saúde e no “bem-estar” da sociedade.

No Brasil, como já esboçado acima, tem-se também uma discussão em pauta que traz a questão da descriminalização do usuário de drogas e, em outro patamar, a discussão quanto à liberalização do uso de maconha. No entanto, tais discussões esbarram em uma forte oposição de parte da sociedade que segue internalizando apenas os aspectos negativos com relação ao uso de drogas sem a observância dos demais fatores que envolvem a questão.

Figura 7 – Campanha contra a legalização da maconha



Fonte: Brasil Sem Drogas (12 fev.2016)

O teor da campanha exposta acima deixa claro como o uso de drogas, e nesse caso, da maconha, é encarado pela sociedade e o quanto sofre resistência a ideia de legalização de seu uso.

Enquanto tais discussões estão em pauta, no Brasil percebe-se um importante avanço na legislação em relação ao uso de drogas e a abordagem a seus usuários, como poderemos observar no tópico seguinte.

3.1.1 Legislação brasileira em relação ao uso de drogas: marco legal e institucional

No âmbito da Constituição Federal (CF) e do Sistema Único de Saúde (SUS), é garantido aos usuários dos serviços de saúde mental e, conseqüentemente, aos que sofrem por causa de transtornos decorrentes do consumo de álcool e outras substâncias psicoativas, a universalidade de acesso e direito à assistência. A descentralização do modelo de atendimento também é uma das diretrizes, quando se determina a estruturação de serviços mais próximos do convívio social de seus usuários, devendo-se configurar redes de cuidado mais atentas às desigualdades existentes, ajustando as ações às necessidades da população de forma equânime e democrática. (BRASIL, 2004).

Para tanto cabe a observação de como o Estado brasileiro vem se organizando para garantir esse atendimento adequado a partir de leis e diretrizes que fundamentam e dão direcionamento legal ao exposto acima.

Em relação especificamente a questão das drogas, temos que a primeira lei que trata desse uso data de 1938, o Decreto-Lei de Fiscalização de Entorpecentes nº891/1938, que foi incorporado ao Código Penal de 1941.

Segundo Garcia, Leal e Abreu (2008), já nestes primeiros documentos o usuário é criminalizado e as ações de atendimento eram desenvolvidas essencialmente por instituições religiosas que se baseavam na concepção de temperança. Ao Estado cabia a repressão ao uso e a criminalização do usuário o que dificultava a oferta de serviços aos dependentes químicos.

Os primeiros órgãos para tratar da questão das drogas no País na esfera federal, estadual e municipal foram criados em 1980. Atendendo a Lei 6368/76, surgiu o Decreto nº 85.110 de 02 de setembro de 1980, que estabeleceu a criação do Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes (CONENS) e dos Conselhos Municipais de Entorpecentes (COMENS). (SILVA, 2002).

Nos anos 1990, têm-se a criação da Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD), que irá coordenar a Política Nacional Antidrogas elaborada em 2002.

Ainda em 2001, temos a Lei nº. 10.216, de 06 de abril que se enquadra como marco legal da Reforma Psiquiátrica brasileira. Tal lei segundo Correia (2010) reafirmou os princípios e diretrizes do SUS, prevendo a garantia aos usuários de serviços de saúde mental, incluindo as pessoas que sofrem por transtornos decorrentes do consumo de álcool e outras substâncias psicoativas, a universalidade do direito a assistência, bem como a sua integralidade. Nesta lei, observa-se a opção pela descentralização do modelo de atendimento, a partir da estruturação de serviços mais próximos do convívio social das pessoas.

No ano seguinte à promulgação da Lei de Reforma Psiquiátrica, é publicada a Portaria GM nº. 816/2002, que institui, no âmbito do SUS, o “Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e Outras Drogas”. É a partir desta portaria que começaram a ganhar mais consistência as propostas de atenção e cuidado a pessoas que consomem álcool e outras substâncias psicoativas não mais focadas na abstinência. Este programa propõe a articulação de uma rede

assistencial para tratamento e o desenvolvimento de ações nas áreas de capacitação, prevenção de agravos e promoção à saúde. (BRASIL, 2002).

Em 2003, foi lançado o documento intitulado “A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas”, no qual se observa a importância da superação do atraso da responsabilidade do SUS nesse campo, com o compromisso de prevenir, tratar e reabilitar os usuários de álcool e outras substâncias psicoativas. (BRASIL, 2003).

Através de diversas discussões em torno do tema e da pressão da sociedade civil organizada, houve uma mudança de foco na luta contra as drogas tendo o usuário adquirido uma abordagem cidadã, algo que foi debatido oficialmente em 2004, nos fóruns estaduais e no Fórum Nacional Sobre Drogas. (BRASIL, 2006). Tais discussões culminaram na mudança da nomenclatura da SENAD que passou a se chamar a partir de 2008, Secretaria Nacional Sobre Drogas, traduzindo uma mudança na perspectiva de trabalho com os sujeitos que usam drogas.

Ainda em 2004 foi implantada pelo Ministério da Saúde (MS) a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. Para esta política, é preciso buscar a estruturação e o fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária associada à rede de serviços de saúde e sociais, que tenha ênfase na reabilitação e reinserção social dos seus usuários, sempre considerando que a oferta de cuidados a pessoas que apresentem problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas deve ser baseada em dispositivos extra-hospitalares de atenção psicossocial especializada (CAPS – AD) e devidamente articulados à rede assistencial em saúde mental e ao restante da rede de saúde. (BRASIL, 2004).

As políticas públicas brasileiras que abordam a questão das drogas se dividem em três estratégias: a de redução da oferta, a de redução da demanda e a de redução de danos. (BRASIL, 2001). As políticas de redução da oferta estão ligadas à Segurança e Justiça e buscam a destruição das drogas, a repressão da produção, o combate ao tráfico de drogas e o controle da produção e comércio. As políticas de redução da demanda visam escassear o consumo e desestimular a busca por drogas e vinculam-se a questões de Educação, Saúde, Cultura e Assistência Social, entre outros. A estratégia de redução de danos³⁹ está no âmbito

³⁹A Redução de Danos (RD) representa um novo paradigma ético, clínico e político para a política pública brasileira de saúde de álcool e outras drogas e implicou um processo de enfrentamento e embates com as políticas antidrogas que tiveram suas bases fundadas no período ditatorial. De

das políticas de saúde e se caracteriza por buscar abrandar as consequências prejudiciais ao sujeito que faz uso de drogas.

Em 2006, a partir da Lei nº. 11.343, de 23 de agosto, foi instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Tal instrumento prescreve medidas para a prevenção do uso indevido, a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, além de estabelecer normas para a repressão a produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

A partir dessa lei houve uma mudança no tratamento penal dispensado ao usuário de substâncias psicoativas não sendo mais passível de prisão às pessoas que se enquadram como usuárias. A punição para a pessoa que usa drogas foi atenuada, tendo em vista que foram estabelecidas outras medidas, como: advertência, prestação de serviços à comunidade e comparecimento a programa ou a curso educativo.

No entanto, a Lei vem sofrendo diversas críticas por não estabelecer em suas diretrizes, critérios específicos para distinguir traficantes e usuários. Não se estabelece na Lei, por exemplo, quantidade máxima de porte que caracterize a pessoa como usuária. Além disso, a definição de quem é traficante ou usuário fica a cargo, em uma primeira instância, do policial que realiza a prisão e em segunda e terceira instâncias aos promotores e juízes que avaliam o caso. Essa definição entre usuário e traficante deve ser feita levando-se em consideração as circunstâncias da apreensão, local da apreensão, dentre outros fatores.

Em países da Europa como Alemanha, Áustria, Dinamarca, é definida legalmente a quantidade máxima permitida para o porte de maconha e cocaína possibilitando, portanto, a intervenção baseada em critérios legais.

Figura 8 – Definição de quantidades para porte de maconha e cocaína em países da Europa

País	Quantidade considerada para consumo	
	Maconha	Cocaína
Alemanha	De 6 a 30 g*	50 mg
Áustria	2 g	1,5 g
Bélgica	3 g	Não Disponível
Dinamarca	10 g	Não Disponível
Estônia	50 g	1 g
Finlândia	15 g	1,5 g

*A quantidade estabelecida pela legislação alemã varia em cada unidade federativa.

Fonte: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. - SEJUS – Infografia: Gazeta do Povo

No Brasil, a indefinição legal de critérios claros para diferenciar usuários e traficantes acaba por gerar o fenômeno do encarceramento em massa, hoje tão em foco. Além disso, existe a observação e uma espécie de “conduta” na polícia que estabelece que “preto e pobre é traficante e branco de classe média é usuário⁴⁰”.

De acordo com Karan (2008), apesar das mudanças apresentadas a partir do SISNAD, ainda observa-se a expansão do poder punitivo, que vem superpovoando prisões e suprimindo direitos fundamentais, privilegiando a intervenção do sistema penal em detrimento da atuação de outros atores.

Mais recentemente, o MS lançou a Portaria nº 1.190, de 04 de junho de 2009, que institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde (PEAD-SUS). (BRASIL, 2009). Como uma das ações previstas pelo PEAD-SUS, o MS abriu seleção para projetos de “Consultórios de Rua e Redução de Danos”, buscando alcançar usuários que não conseguem chegar aos serviços, trabalhando com a promoção de saúde in loco.

⁴⁰No ano de 2015 a discussão sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio ganhou nova versão visto que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), ação impetrada por Francisco Benedito da Silva que foi flagrado em 2009 com 03g de maconha para consumo próprio. Na ocasião o usuário foi condenado à prestação de serviços comunitários e seu caso chegou ao STF com a alegação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo de que a atitude do uso não pode gerar punição tendo em vista que o uso em si não causa danos a terceiros. Até o momento três ministros votaram a favor da descriminalização do uso faltando os votos de outros oito ministros.

Em 2010 a Presidência da República publicou o Decreto nº 7.179, instituindo o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e a reinserção social dos usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas. Em dezembro de 2011 em continuidade as ações do Governo Federal, foi lançado o programa “Crack é possível vencer”, com medidas de integração de ações em três eixos: Prevenção, Cuidado e Autoridade. (BRASIL, 2010). No entanto, tais ações ainda estão pouco visíveis e não conseguem se efetivar diante do problema social posto pelo uso do crack no País.

Apesar de todo aparato legal e do estabelecimento de que é papel do Estado o fornecimento de recursos necessários para a prevenção e o tratamento do uso abusivo de substâncias psicoativas, assiste-se no Brasil a um rápido crescimento do consumo destas, o que mostra a insuficiência da atuação do Estado e o despreparo dos profissionais para lidarem com esse público específico.

Para Kessler e Pechansky (2008), o crack é uma droga de difícil tratamento, particularmente se levado em consideração os modelos atualmente propostos para atendimento de drogas no Brasil. A abordagem deve ser multidisciplinar e dividida em diversas etapas através de um modelo complexo de característica biopsicossocial, enfocando especialmente as estratégias de prevenção de recaída.

O uso de psicofármacos costuma auxiliar no tratamento, apesar de ainda não haver uma medicação considerada eficaz para o uso de crack. Na maioria das vezes, essa abordagem inclui aspectos individuais, familiares e sociais, dirigidos aos problemas mais graves associados aos dependentes, como problemas psiquiátricos, legais e de emprego. (KESSLER, PECHANESKY, 2008, p.97).

No Brasil, o aumento progressivo de usuários do crack coincidiu com a política de fechamento de leitos psiquiátricos, e a rede pública não tem tido capacidade de absorver toda a demanda. Para Kessler e Pechansky (2008), o grande desafio é instituir políticas preventivas para a população sob maior risco de contato com essa substância, que deveriam incluir programas sociais e alternativas ocupacionais recompensadoras.

Dentre as mulheres entrevistadas, duas delas já não fazem uso do crack e uma terceira afirmou já ter sido internada em clínica/casa de recuperação, apesar de ter retomado o uso.

[...] quando Deus quer fazer uma coisa na vida da gente ele usa até o inimigo pra te abençoar, sabe? Ele colocou essa pessoa e ao mesmo tempo eu vi uma propaganda de uma clínica de dependentes químicos, pode falar o nome? Que se chama Vila Serena que ela é no Euzébio e na época eu

tava desesperada, meu filho tinha uns 09 anos e eu tinha nesse dia passado a noite toda usando crack sabe ai eu cheguei em casa deu uma depressão tão grande, uma tristeza e eu me lembrei dessa pessoa ai eu fui e liguei pra ele. Naquele dia eu tava decidida a parar de usar e naquele dia ele veio na minha casa e naquele dia ele me levou pra clínica [...] ai essa pessoa veio ele me colocou nessa clínica onde eu passei seis meses mas tive recaída entendeu [...] (Mônica)

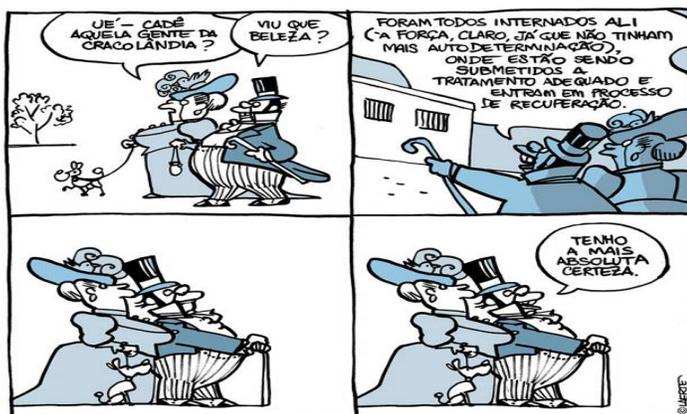
[...] Eu já fui internada numa clínica lá no Silas Munguba lá no José Walter que uma vereadora conseguiu pra mim. Passei quatro mês. O tratamento lá era seis mês mas eu aguentei só quatro mês e assim que eu sai usei de novo [...] (Val)

Essas clínicas de reabilitação e comunidades terapêuticas vêm se proliferando em todo o Brasil como alternativa ao tratamento de pessoas em uso de álcool e outras drogas. O MS e os governos estaduais e municipais já realizam parcerias com essas instituições através de subvenções sociais garantindo recursos financeiros para que usuários possam ser recebidos. No entanto, como expressa Vasconcelos (2011), esses estabelecimentos nem sempre estão aptos a receber essa população.

Em muitos casos, é preciso identificar e reconhecer um exagero significativo dos grandes veículos de comunicação do País, que têm se curvado aos interesses e ao *lobby* da área federal de segurança e dos setores organizados da psiquiatria biomédica, criando espaço para a reivindicação de serviços tradicionais de internação. Além da internação especializada em unidades psiquiátricas, a modalidade principal de serviços reivindicada é a institucionalização em comunidades terapêuticas, geralmente implantadas por igrejas cristãs, a maioria delas evangélicas, cuja intervenção pode durar vários meses, em regime fechado. (VASCONCELOS, 2012, p. 174).

O autor relata ainda que muitas comunidades terapêuticas, com pouquíssimas exceções, têm sido objeto de inúmeras denúncias por ausência de condições hoteleiras e sanitárias adequadas, maus tratos, isolamento e uso de celas, violência, proselitismo religioso e prática obrigatória de seus rituais, etc.

Figura 9 – Internação compulsória de usuários de drogas



Fonte: Drogas e Psicanálise (14 fev. 2016).

Assim no País, segundo Nonticuri (2010), a condenação do usuário de drogas é mais rápida que o tratamento. Os recursos de tratamento são insuficientes, pouco divulgados, burocratizados, sem falar na própria característica da dependência química, que é lenta, progressiva e incurável, o que por si só acarreta um tempo longo para apresentar resultados. Uma das usuárias parece compreender esse aspecto quanto ao uso de drogas como se pode constatar no depoimento abaixo.

[...] Me fizeram entender que a dependência química é uma doença, que ela é uma doença como a diabetes que ela não tem cura e sim controle. Depois que eu voltei pra casa eu tive uma vida social normal até um ano e meio ai infelizmente eu levo um irmão meu pra minha casa e ele usava e eu fui simplesmente ajeitar assim pra ele e provei ai toma de novo. Uma vez só... você entendeu? [...] (Mônica)

Desde 2011, preocupados com a “aparência” das cidades brasileiras que receberam os jogos da Copa do Mundo e, em 2016 com a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, lançou-se uma política principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo retirando das ruas os usuários de crack em uma clara ação de limpeza urbana de caráter higienista das áreas mais valorizadas e de maior circulação turística. As ações giram em torno da prisão de traficantes, recolhimento involuntário temporário, registro e posterior dispersão dos usuários adultos, e recolhimento compulsório de crianças e adolescentes em abrigos da rede de assistência social.

Figura 10 – Recolhimento involuntário de usuários de Crack na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Veja.com (23 mar. 2016)

Apesar do aparato policial e técnico na condução dessas ações, fica claro pela imagem apresentada acima que tais abordagens não apresentam resultados significativos em relação ao uso do crack ou a ocupação de espaços públicos pelos usuários de crack, ao contrário, são medidas pontuais e pouco representativas que não apontam meios consistentes de atuação junto a esse público.

Mediante o exposto, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas políticas sobre drogas no Brasil, sem ignorar as conquistas já realizadas, mas é fundamental a continuidade dos debates e das ações com vistas a garantir uma abordagem adequada quanto ao uso de drogas, focada na educação da população e na contramão das políticas de repressão. Além disso, é imprescindível a oferta de tratamento adequado, humano e dentro da realidade vivenciada pelos usuários.

3.2 ESPECIFICIDADES DO SUJEITO FEMININO E O USO DO CRACK

Apontar a questão feminina e trazer o pano de fundo para a construção da sociedade que vivemos hoje em relação às mulheres, é algo de extrema relevância e, dessa maneira, tomo a decisão de abordar nesse percurso, de forma breve, o relato do movimento feminista brasileiro e as discussões que hoje se operam em relação à categoria gênero, trazendo um compêndio de autores que tratam o tema em uma mesma linha interpretativa.

Tal recorte se faz necessário para que se compreenda a relação que as mulheres desenvolvem com a questão do público/privado e, nesse ponto, as nuances e especificidades do uso do crack pelas mulheres que, vivendo um momento de liberação sexual, profissional, corporal, convivem com um lastro moral, social, médico que as impõem comportamentos, modos de ser e de viver e tais nuances precisam ser compreendidas, tocadas, decifradas.

3.2.1 Movimento feminista e o advento da categoria gênero: notas introdutórias

Desde tempos remotos, mas fortalecidos em fins do século XIX, observa-se nos meios médicos, jurídicos e policiais, uma postura empenhada em provar a inferioridade feminina.

Soihet (1989) aponta que às mulheres eram atribuídas características de extrema perfídia e dissimulação, além de serem consideradas infantis e menos propensas ao ato de pensar. Nesse sentido, “a mulher sendo fraca como uma criança, teria necessidade instintiva de ser protegida”. (SOIHET, 1989, p. 89).

No Brasil, com a instauração da ordem burguesa acompanhada de intenso processo de urbanização e a introdução de imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX ocorreu uma reformulação no âmbito da família deixando bem claro a divisão de esferas em que o “homem pertencia à órbita pública e a mulher à privada”. (SOIHET, 1989, p.113).

Foi buscando mudar essa realidade e colocar a mulher em um patamar social diferente que se iniciaram as lutas do movimento feminista e de mulheres que no Brasil seguiram a linha do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos em que o movimento sufragista se espalhou e construiu a primeira vaga de feminismo organizado no mundo.

Ainda no século XIX e se estendendo pelas três primeiras décadas do século XX, se observa a primeira fase do feminismo no Brasil que teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras.

Dentro desse movimento, Pinto (2003) identifica diferentes vertentes sendo três as mais claras. A primeira delas, a mais forte e organizada, é liderada por Bertha Lutz⁴¹ e tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, é a face bem-comportada⁴² do feminismo brasileiro do período.

A segunda vertente é a que Pinto (2003) chama de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista⁴³ e, posteriormente, no Partido Comunista, esse seria o menos comportado⁴⁴ dos feminismos do período.

⁴¹Bertha Lutz era filha de uma enfermeira inglesa e de um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo, Adolfo Lutz, teve uma condição muito específica que definiu sua trajetória: a de pertencer a duas elites ao mesmo tempo, a econômica e a intelectual. Estudou em Paris onde entrou em contato com as sufragistas, formando-se em biologia na Sorbonne. (PINTO, 2003, p. 21).

⁴²O feminismo era tido como bem comportado na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais. (PINTO, 2003, p. 26).

⁴³O anarquismo, como mais tarde o ideário comunista, tinha uma posição muito ambígua em relação às questões específicas da condição da mulher. Por um lado, diferentemente do pensamento dominante a época, incorporava a mulher ao espaço público como companheira revolucionária. Por

As lutas do movimento feminista pelo voto ultrapassaram intensas barreiras e, em 1932, após algumas notícias de mulheres pioneiras votando e concorrendo a pleitos eleitorais na Região Nordeste, o governo de Getúlio Vargas concedeu o direito de voto às mulheres casadas, autorizadas pelos maridos a exercer o voto, e às viúvas e solteiras cuja renda fosse oriunda de seus próprios esforços. Em 1934 essas limitações foram também superadas e o voto passou a ser direito de todas as mulheres que desejassem exercê-lo.

Figura 11 – A conquista do voto feminino no Brasil



Fonte: Senado Federal (30 de abril 2016)

Já nos anos de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e Europa eclodem fortes expressões de uma nova geração, nascida durante, ou mesmo após, a Segunda Guerra Mundial, que buscava espaço no mundo público, combatendo os cânones tanto da defesa do capitalismo norte-americano como do sonho socialista europeu. O movimento jovem da década de 1960 foi, segundo Pinto (2003), um movimento revolucionário na medida em que colocou em xeque os valores conservadores da organização social: “eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiadas”. (PINTO, 2003, p.42).

outro, entretanto, tinha muita dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente do da dominação de classe. (PINTO, 2003, p. 34).

⁴⁴ Nessa vertente existia a clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. (PINTO, 2003, p.34).

É nesse contexto que se discute o livro *O segundo Sexo* de Simone de Beauvoir⁴⁵ e que nasce o novo feminismo no mundo ocidental. Para Scavoni (2008), esse livro abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. Nesses termos,

Beauvoir contesta todo determinismo biológico ou desígnio divino e retoma a perspectiva hegeliana que resultou em sua célebre ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar “gênero”. (SCAVONI, 2008, p.175).

O cenário no Brasil era completamente outro, e em 1964 o golpe militar inaugurou os longos anos de um regime marcado por cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos, exílio.

Mesmo com a presença de todos esses fatores contrários, na virada para a década de 1970, mas primordialmente ao longo desse período, surgiu e se desenvolveu um novo movimento feminista.

Para Pinto (2003), o novo feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: “ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês”. (p. 45).

Da mesma forma, Santos (2009) expressa que no Brasil, de 1970 em diante, os movimentos feministas chamaram atenção para a complexidade das relações sociais, visto que, além da exploração que a classe trabalhadora estava submetida, existiam outras formas de opressão que mereciam respostas do Estado e atenção dos sujeitos coletivos no campo da esquerda.

A ideia de que “a classe operária tem dois sexos” abria naquele contexto sócio histórico o debate em torno da diversidade e da “política de identidade”, entendida como o conjunto de questões socioculturais relacionadas, entre outras, às relações sociais de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual que incidem na formação da individualidade. (SANTOS, 2009, p. 65).

Nesses termos, Pinto (2003) entende o movimento feminista brasileiro como um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente

⁴⁵Para Scavoni (2008), ainda em relação à obra de Simone de Beauvoir, ao criticar a função da maternidade no período do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, as teses do livro sobre liberdade sexual e liberação da prática da contracepção e do aborto podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista, no molde sufragista, para a fase do feminismo centrado na mulher sujeito, criando os elementos necessários para a politização das questões privadas.

marcado pelo político, defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população e no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados.

O ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro. Até então o movimento estava restrito a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados, chegando mesmo a se configurar mais como uma atividade privada, que acontecia na casa de algumas pessoas⁴⁶. Em 1975, o general Geisel assumiu o governo brasileiro com a promessa de uma distensão política gradual e controlada. Nesse movimento, a ONU definiu esse ano como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto no México.

No Brasil, muitos foram os eventos⁴⁷ que, de naturezas e abrangências diferenciadas, marcaram definitivamente a entrada das mulheres e de suas questões na esfera pública. De acordo com Pinto (2003), essa formalização é particularmente interessante, pois aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava a institucionalização.

Para Pinto (2003), de 1975, marco do movimento feminista no mundo e no Brasil, até 1979, quando o País dá os primeiros passos firmes em direção à democratização, o movimento feminista esteve associado muito de perto à luta pelo fim da ditadura militar.

O encontro do feminismo à moda do Primeiro Mundo com a realidade brasileira daquela década promoveu situações tão complicadas quanto criativas: as mulheres de classe média, intelectualizadas, que estiveram nos Estados Unidos ou na Europa como exiladas, estudantes ou simples viajantes em busca de novas experiências, voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa não mais servia. Essas mulheres haviam descoberto seus direitos e, mais do que isso, talvez a mais desafiadora das descobertas, haviam descoberto seus corpos, com suas mazelas e seus prazeres. (PINTO, 2003, p. 65).

⁴⁶Era o caso das reuniões e grupos de mulheres formados inicialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que segundo Pinto (2003) eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas; a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites.

⁴⁷O primeiro deles e o mais abrangente foi um evento com o propósito de comemorar o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, realizado no Rio de Janeiro com o título de "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Neste evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

Seguindo esse curso, o ano de 1979 é marcado por dois acontecimentos que, mesmo não estando diretamente ligados ao movimento feminista, tiveram grande influência em seu desenvolvimento durante a década de 1980: a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária. Tais acontecimentos acabaram por possibilitar a criação de espaços para as múltiplas manifestações político-ideológicas das oposições ao regime militar e, nesses termos, o movimento feminista definitivamente tomou novos rumos.

Nesse momento histórico, a questão política parecia dominar o feminismo e juntamente com o avanço do processo de redemocratização uma nova divisão entre as feministas se consolidava: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.

De acordo com Pinto (2003), ao longo da década de 1980, fortes grupos feministas temáticos surgiram. Nesse período também se observa o crescimento do chamado feminismo acadêmico nas maiores Universidades do País oportunizando o surgimento de Núcleos de Pesquisas em Estudos da Mulher.

Já na década de 1990 tem-se como marcos do movimento feminista a realização em 1995 da IV Conferência Mundial da Mulher na China. De acordo com Bandeira (2000), outras conferências ocorridas na década também se constituíram espaços de mediação e de parceria com o pensamento feminista como a Eco 1992 no Rio de Janeiro.

De modo concreto a autora aponta que o período se fez acompanhar pelo ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho e pela centralidade dos estudos na perspectiva de gênero pelas ciências sociais brasileiras.

Outro ponto importante a se considerar é a chamada “profissionalização do movimento feminista” (PINTO, 2003, p. 91) por meio do aparecimento de um grande número de Organizações Não Governamentais (ONG) voltadas para a questão das mulheres.

Com a virada do século XX para o século XXI, observa-se uma espécie de esmaecimento do movimento feminista e o aparecimento, com mais ou menos força de manifestações antifeministas ou pós-feministas, como algumas se autodefinem.

Surge dessa forma a pergunta: o feminismo acabou? Pinto (2003) considera equivocado o decreto de que o feminismo tenha acabado e chama a

atenção para as novas formas que o pensamento e que o próprio movimento tomaram com a presença de um feminismo difuso na sociedade, fruto de anos de militância do movimento organizado.

Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas mas que no cotidiano não aceitam o tratamento inferior às mulheres, além de exigir a efetivação de direitos já conquistados e lutar por sua manutenção.

Exemplo disso foi a atual mobilização feminina em torno da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 5069/13 de autoria do Deputado Federal Eduardo Cunha que visa a alteração na Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. De modo geral, o PL torna crime a indução ou o auxílio ao aborto estipulando penas específicas, além de dificultar a realização de aborto em caso de estupro devido a exigência de que a vítima apresente exame de corpo de delito e boletim de ocorrência que comprovem a violência sexual.

A partir da aprovação do PL pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, grupos feministas e mulheres comuns de todo o Brasil foram às ruas em protesto contra tal retrocesso.

Figura 12 – Caminhada de mulheres em ato contra o PL 5069 na Avenida Paulista



Fonte: G1.globo (24 abril de 2016)

Arelado ao feminismo, outro aspecto que necessita ser estudado é a categoria gênero. É inegável que a categoria gênero possui um caráter histórico dinâmico e plural decorrente de sua construção social.

Como enfatiza Louro (2004), o conceito de gênero está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. “Ele é constituinte desse movimento, ele está implicado linguística e politicamente em suas lutas”. (p. 14).

Como visto acima, ao longo do tempo, diferentes propostas feministas vêm sendo abordadas e o polêmico fenômeno do feminismo vem construindo suas bases. No início, havia o interesse de compreender as causas da opressão feminina, tendo os estudos uma inclinação a teorias essencialistas que enfocavam as diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Como contraponto, as feministas antropólogas, nos anos 1970, entenderam ser importante considerar as diferentes influências culturais bem como propuseram a separação das esferas doméstico/público.

Já no final da década de 1970 e início da década de 1980, o enfoque passou a ser as condições de trabalho da mulher, sua sexualidade e as responsabilidades femininas quanto à criação dos filhos além da importância do status das mulheres e suas diferenças para com os homens.

Após uma observação mais apurada sobre a presença da mulher na complexidade social, passou-se ao uso da categoria gênero,⁴⁸ trazendo uma mudança de patamar analítico.

Dentro do movimento feminista a categoria gênero foi criada na chamada “segunda onda” do feminismo⁴⁹ nos Estados Unidos da América, tendo maior visibilidade a partir da década de 1960. No início da “segunda onda” do movimento

⁴⁸A categoria gênero, segundo Heilborn (1992, p. 40) foi tomada de empréstimo da gramática. Trata-se em sua acepção primeira, “do emprego de designações diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas”.

⁴⁹Nos estudos feministas delimitam-se três etapas históricas que contribuíram para a emergência de temáticas dos estudos feministas e de gênero: a fase universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada pós-moderna, derivada do desconstrucionismo que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades. (SCAVONE, 2008, p.177). Em relação à segunda onda do feminismo, Nancy Fraser (2007) esboça que sua trajetória também está dividida em três fases: Em uma primeira fase, o feminismo estava estritamente relacionado a vários “novos movimentos sociais” que emergiram do fermento dos anos 1960. Na segunda fase, foi atraído para a órbita da política de identidades. E, finalmente, em uma terceira fase, o feminismo é cada vez mais praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes.

feminista ainda se fazia uso da categoria “Mulher” em contraposição à palavra “Homem” considerada universal.

De acordo com Pedro (2005), por não se sentirem contempladas em suas diferenças dentro da categoria “mulher”, negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença.

A categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. A partir disso a categoria “Mulher” passou a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. Além disso, a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. (PEDRO, 2005, p.82).

Assim, a categoria gênero surgiu no movimento feminista do interior da categoria “mulheres” e teve sua utilização demarcada pelas historiadoras que escreviam sobre a história das mulheres, inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica⁵⁰”, publicado no Brasil em 1990.

Para Matos (2006), a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. Enquanto nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema.

As diversas teorias que deram origem a esse conceito indicam a multiplicidade das reflexões feministas como também a incidência de influências teóricas distintas e conflitantes. O aprofundamento desse conceito e sua diversificação nos possibilitam atualmente falar em teorias de gênero.

Para Scavone (2008), o conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista. Em um de seus primeiros textos sobre a questão que se tornaram clássicos na área, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a

⁵⁰Neste artigo, Joan Scott retoma a diferença entre sexo e gênero, já empregada na década de 1960 por Robert Stoller; entretanto, ela o articula com a noção de poder.

psicanálise freudiana e com o marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero.

Para Joan Scott (1991, p.75) a definição de gênero está informada no seguinte trecho: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Na língua francesa Scavone (2008) expõe que a socióloga e uma das mais reputadas expoentes do feminismo materialista francês, Christine Delphy, utiliza o conceito de gênero. Para ela, entretanto, “é o gênero que produz o sexo biológico e dá pertinência à diferença anatômica – a qual considera sem sentido – e divide a humanidade em duas categorias de gênero. E diferentemente de outras conotações do conceito, ela considera que o gênero existe como divisão social graças ao patriarcado, o qual define como um sistema total” (p.180).

Outro desdobramento do conceito de gênero segundo Scavone (2008) foi dado a partir dos anos 1990 pela “teoria *queer*”⁵¹, que ‘ultrapassa os gêneros’ (*transgendering*), conforme a filósofa feminista Judith Butler ao questionar a normatividade heterossexual e ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade (gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais).

Nos termos de Louro (2001), Judith Butler, ao mesmo tempo em que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade, gênero. Butler afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias”

⁵¹*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2004 p. 546).

precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize.

Louro ainda aponta a reflexão feita por Butler ao estabelecer que 'os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta'. De acordo com Louro (2001, p. 548), essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual.

Segundo Louro (2001, p. 548), Judith Butler toma emprestado da linguística o conceito de performatividade, para afirmar que a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, “faz aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos. Esse é um processo constrangido e limitado desde seu início, pois o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa”.

Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” – aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem “o exterior” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente “importam”. (LOURO, 2001, p. 549)

Butler, como outros teóricos *queer*, volta sua crítica e sua argumentação para a oposição binária heterossexual/homossexual. Esses teóricos e teóricas afirmam que a oposição preside não apenas nos discursos homofóbicos, mas continua presente, também, nos discursos favoráveis à homossexualidade.

Butler busca, dentre outras posturas, romper com a distinção dicotômica sexo (biológico) /gênero (social):

[...] se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos. [...]. Isto sugere ‘que os corpos sexuados podem dar

ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais'. (BUTLER, 2003, p. 163).

A autora reforça ainda que por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados.

Nos estudos de Butler é perceptível a ideia de que gênero não é um problema do campo da sexualidade, é um problema político e um problema ontológico. Nesse sentido a filósofa americana aparece repensando, discutindo ou desconstruindo várias teorias feministas sobre gênero.

De uma forma geral, segundo Louro (1997), a característica fundamentalmente social e relacional do conceito de gênero não deve levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis⁵² masculinos e femininos. A pretensão é, segundo a autora, entender o gênero como constituinte da identidade⁵³ dos sujeitos.

Por fim, mediante todas as abordagens e críticas em relação às formas de conceber e interpretar a categoria gênero, Louro (1997) pontua que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente.

As relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas, com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução, estão construindo gênero. (LOURO, 1997, p. 35).

As marcas de gênero e sexualidade, significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são, portanto, cambiantes e provisórias, e estão sem sombra de dúvidas, envolvidas em relações de poder.

Louro (2004) pontua que as formas como nos apresentamos como sujeitos de gênero e de sexualidade são, sempre, formas inventadas e sancionadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos. Os corpos considerados “normais” e “comuns” são, também, produzidos através de uma série de artefatos, acessórios,

⁵²Papéis nos termos de Louro (1997, p. 24) seriam, basicamente padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar.

⁵³Para conceituar identidade, Louro (1997, p.24) se aproxima das formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais compreendendo os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias.

gestos e atitudes que uma sociedade arbitrariamente estabeleceu como adequados e legítimos.

É justamente por perceber essa relação entre corpo manipulado, construído tido como “normal” e a cidade levando em consideração o feminino, que tratamos sobre o tópico seguinte.

3.2.2 Mulher, corpo, cidade: construções e significados

Convencionalmente, à mulher é resguardado o espaço privado, dentro da casa, sob a supervisão e proteção do homem. À mulher cabe cuidar dos filhos, da casa, do marido e tais atividades devem ser desenvolvidas aliadas a todas as características “inatas” às mulheres: recato, submissão, docilidade, temperança, cordialidade, paciência, amorosidade, etc.

Mesmo observando hoje certa mudança na ótica acima apresentada, com a mulher ocupando cada vez mais espaços públicos, estabelecendo carreiras profissionais, etc, ainda se estabelece de forma marcante a sua relação como cuidadora da família, da casa e permanece sobre ela os estereótipos de “como uma mulher deve ser” e “como a mulher deve agir” dentro da casa e fora dela.

Risério (2015) tenciona que a redução da mulher ao espaço doméstico, durante séculos e nas mais variadas culturas, fez com que, de modo geral ou quase geral, a cidade aparecesse como uma espécie de distância, algo enevoadada ou nebulosa, como coisa sem concretude e dinamismo intenso.

Segue o autor afirmando que por determinações histórico-culturais, a cidade se impôs, no amplo arco da criação textual da humanidade, como matéria decidida ou preferencialmente masculina. As mulheres ficaram mais (não exclusivamente, mas *mais*) com a intimidade doméstica, as conexões interpessoais, as palhetas multicoloridas da subjetividade e do subjetivismo.

Nos primórdios da civilização, ainda na época pré-histórica, a mulher, antes de ser eleita “rainha do lar”, teria sido, de acordo com arqueólogos, rainha da socialização. Risério (2015) afirma que a mulher nesse período estava envolvida em atividades que não bloqueavam ou mesmo exigiam a fala, como a coleta e a educação dos filhos.

No entanto, frisa o autor, que mesmo nos grupos paleolíticos quanto nos neolíticos, a mulher sempre ocupou um lugar subordinado, secundário e não raro foi

encarada como mercadoria, moeda de troca em transações intergrupais. Na Grécia Antiga, tem-se uma grande exaltação do homem (quente⁵⁴) e a exclusão da mulher (fria) dos espaços públicos. “A Atenas de Péricles, por exemplo, era uma cidade de homens públicos e de mulheres confinadas. De homens luzentes e plásticos na ágora e de mulheres sombrias e recolhidas em suas casas. De homens nus e mulheres vestidas”. (RISÉRIO, 2015, p 46).

A nudez pública masculina em Atenas simbolizava nos termos do autor, um povo inteiramente à vontade na cidade, na qual a mulher se movia discreta, submissa e coberta.

Em Roma as mulheres viviam uma situação menos opressiva. Frequentavam inclusive as casas de banhos coletivos. Risério (2015) afirma que também no âmbito doméstico, a desigualdade entre os sexos, embora existisse, não era tão gritante.

Sennet (2003) reforça esse aspecto e apresenta dados interessantes a saber:

“[a]s famílias, em Roma, tinham pelo menos uma notável diferença em relação às gregas, pois existia muito mais igualdade entre os sexos. Não era negado às esposas o direito de ter propriedades, desde que estivessem casadas sob o sistema *sinemanu*, isto é, não submetidas à autoridade *manu*— total do marido. Além disso, as filhas poderiam dividir com os filhos alguns tipos de herança. Homens e mulheres comiam juntos; nos tempos mais antigos, eles se reclinavam nos divãs, enquanto elas permaneciam de pé, mas na época de Adriano os casais já se recostavam juntos — algo inconcebível no tempo de Péricles. O grupo familiar, entretanto, era

⁵⁴“O valor que os gregos atribuíam à nudez decorria, em parte, de como eles imaginavam o interior do corpo humano. Na época de Péricles, o calor do corpo era a chave da fisiologia humana. Os seres capazes de absorver o calor e manter o seu próprio equilíbrio térmico não precisavam de roupas. Segundo os gregos, o corpo quente era mais forte, reativo e ágil do que um corpo frio e inerte. Esses preceitos fisiológicos estendiam-se ao uso da linguagem. Quando as pessoas ouviam, falavam ou liam, a temperatura de seus corpos supostamente se elevava, junto com seu desejo de agir — uma crença sobre o corpo que confirma a convicção de Péricles sobre a unicidade das palavras e ações. Tal entendimento fisiológico tornou a idealização da nudez ainda mais complexa do que sugeria Tucídides ao assinalar o antagonismo entre um grego, orgulhoso do seu corpo e de sua cidade, e o bárbaro, que se vestia com peles remendadas e habitava as florestas ou pântanos. A fisiologia grega justificava direitos desiguais e espaços urbanos distintos para corpos que contivessem graus de calor diferentes, o que se acentuava na fronteira entre os sexos, pois as mulheres eram tidas como versões mais frias dos homens. Elas não se mostravam nuas na cidade. Mais: permaneciam confinadas na penumbra do interior das moradias, como se isso fosse mais adequado a seus corpos do que os espaços à luz do sol. Em casa, elas vestiam túnicas leves que as cobriam até os joelhos, ou linhos rústicos e opacos, até os tornozelos, quando saíam à rua. Similarmente, o tratamento dado aos escravos vinculava-se ao “fato incontestável” de que as duras condições da servidão reduziam-lhes a temperatura, mesmo que se tratasse de um cativo do sexo masculino e de origem nobre; escravo, ele se tornava cada vez mais lento de raciocínio, incapaz de se expressar, apto apenas e tão somente para as tarefas impostas por seus amos. Só os cidadãos homens tinham uma “natureza” adequada ao debate e à argumentação. Os gregos usavam a ciência do calor corporal para ditar regras de dominação e subordinação”. (SENNET, 2003, p.31/32).

fortemente hierárquico e patriarcal, dominado pelo homem mais idoso. A casa romana, o *domus*, espelhava a vida urbana exterior nas relações mais complexas entre os sexos. Sua geometria evidenciava as classes, a clientela, as idades e a propriedade dos moradores. (SENNET, 2003, p. 105).

Em seu estudo Risério (2015) aborda que nessas civilizações antigas, no período medieval e já na época renascentista, as cidades, as ruas foram construídas por homens. Mulheres não tinham nada a ver com grandes construções medievais.

Abordando o caso brasileiro, o autor expressa que esta realidade também foi observada por aqui. Cidades como Salvador e São Paulo foram projetadas e construídas por homens. As mulheres, no máximo, ajudavam cozinhando para o batalhão de trabalhadores, quiçá realizando alguma pequena intervenção pontual.

Esse fato talvez explique o já esboçado acima, que a mulher tem seu espaço reduzido na cidade, praticamente confinada ao âmbito da casa e da vizinhança, durante longo período histórico.

No tocante às mulheres medievais, pouco se distinguia daquelas dos períodos anteriores. Elas se casavam muito cedo, “num arranjo conjugal que não raro passava ao largo da opinião ou do desejo delas, antes selando tréguas ou alianças entre famílias”. Deviam obediência irrestrita ao marido, perdendo inclusive, o direito de dispor sobre os bens que levavam para a vida do casal. Elas pariam sem parar e isto era exatamente o que se esperava delas. “Na visão medieval, a mulher era um corpo e, sobretudo, um ventre”. (RISÉRIO, 2015, p. 72/73).

O autor afirma, no entanto, que houve um momento, na história medieval, em que a condição da mulher, desde que pertencente ao segmento social dominante, foi bem outra. Eram as mulheres da Provença⁵⁵ que alcançaram projeção nessa nova cultura e uma igualdade jurídica que garantia a posse sob seus bens podendo, depois de casada, usufruir deles sem a necessidade do consentimento do marido.

O autor aponta que o padrão que se fixou no mundo ocidental-europeu, de Atenas até pelo menos o início do século XX foi este: a cidade, espaço

⁵⁵A Provença era uma nação da França meridional, vulgarmente chamada nação provençal que atingiu na Idade Média, não só um desenvolvimento precioso, mas encontrava-se, até a frente do desenvolvimento europeu. E, entre as nações recentemente aparecidas, a Provença possuía, acima de tudo, uma língua culta. A sua arte poética servia, então, de modelo inacessível a todos os povos românicos e mesmo aos alemães e ingleses. Quanto a perfeição e requinte dos costumes cavaleirescos, rivalizava com os castelhanos, os franceses do norte e os normandos ingleses. (RISÉRIO, 2015, p. 77).

masculino; a casa, espaço feminino. “Plantada no espaço doméstico, a mulher se fez a grande e principal responsável pela invenção da domesticidade moderna”. (p.67).

De acordo com o relato de Soihet (2006) no final do século XIX e início do século XX, os comportamentos das mulheres eram normatizados sendo considerado pelos juristas da época, ato impróprio que a mulher saísse à rua sozinha.

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas. Às mulheres mais ricas, no entanto, eram estimuladas a frequentar as ruas em determinadas ocasiões, nos teatros, casas de chás, ou mesmo passeando nas avenidas, mas deveriam estar sempre acompanhadas. (SOIHET 2006, p.365).

Tais ditames sociais contribuíram para que as mulheres brasileiras durante séculos, vivessem isoladas, encerradas nos recintos de suas casas sob pena de serem confundidas com prostitutas caso saíssem a rua sozinhas.

Risério (2015) citando Gilberto Freyre em seu clássico Casa Grande e Senzala aponta o “isolamento árabe” em que viviam as sinhás (principalmente nos engenhos) e de sua “submissão mulçumana” aos maridos, “a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de Senhor”. (p. 216).

O autor reforça que ao passar do engenho para a cidade, da casa-grande para o sobrado, a realidade permanece praticamente inalterada, durante muitos anos. Certa alteração comenta Risério, somente é observada no Rio de Janeiro no tempo da Corte.

Mas, se essa regra prevalecia para as mulheres brancas e ricas que com raríssimas exceções, viviam praticamente enclausuradas, para as mulheres do povo a realidade era completamente outra.

No tocante às mulheres pobres, percebe-se certa diferenciação em relação àquelas pertencentes às classes médias e de segmentos elevados. Apesar das tentativas de enquadramento das mulheres pobres dentro de normas e regras jurídicas e médicas com vistas a moralização e higienização dos espaços públicos, essas mulheres encontravam nas ruas, nas praças, seu espaço de lazer e, além disso, tinham necessidade de trabalhar e dessa forma saiam às ruas a procura de possibilidades de sobrevivência.

Para Soihet (2006) as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino. Eram

mulheres que trabalhavam muito⁵⁶, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo em grande escala aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*.

Nesse contexto, acentuou-se a repressão contra mulheres e homens pobres que insistiam em frequentar determinados espaços públicos que segundo Soihet (2006) eram de desfrute das camadas mais elevadas da população na tentativa de “*afrancesar*” as cidades e demonstrar civilidade⁵⁷ aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair.

Às mulheres acrescentavam-se “os preconceitos relativos ao seu comportamento, sua condição de classe e de gênero que acentuavam a incidência da violência”. (SOIHET 2006, p.366).

No entanto, segundo a autora, esse processo não se desenrolou sem que houvesse forte resistência das classes populares, inclusive da parcela feminina que em muitos casos tinha a rua como “lar” onde comiam, dormiam e tiravam seu sustento.

Uma faceta interessante dessa questão é que essas mulheres, mesmo se apresentando de forma menos inibida, com vocabulário mais solto, com maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões, persistia a ideologia dominante da inferioridade feminina sendo a mulher incapaz de competir em situação de igualdade com o homem.

Nesse tocante, Soihet (2006) reforça que essas questões se agravavam, pois muitas das ideias das mulheres dos segmentos dominantes se apresentavam fortemente as mulheres populares.

Elas mantinham a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam; embora muitas vezes reagissem, aceitavam o predomínio masculino; acreditavam ser de sua total responsabilidade as tarefas domésticas ainda que tivessem que dividir com o homem o ganho cotidiano [...] assumiam também a responsabilidade integral pelos filhos, pois “maternidade era assunto de mulher”. (SOIHET, 2006, p.267).

⁵⁶Risério (2015) fala das “negras regateiras”, negras do ganho ou ganhadeiras que eram as vendedoras ambulantes. Estas vendiam na cidade da Bahia, caruru, vatapá, feijão de coco e acarajé. Outras chamadas aguadeiras, trabalhavam carregando água das fontes, dos chafarizes. (2015, p. 220).

⁵⁷Risério (2015) apresenta uma interessante fala de Luiz Vilhena ao escrever sobre a *Bahia no Século XVIII*. Vilhena de forma bastante preconceituosa relata que “nas ruas e terreiros da cidade são feitas multidões de negros, de um e outro sexo, com seus batuques bárbaros, a toque de muitos e horrorosos atabaques, dançando desonestamente e cantando canções gentílicas”. (p.220).

Vê-se, portanto, que mesmo assumindo responsabilidades com a manutenção do lar, mesmo não se curvando aos ditames sociais da época, essas mulheres persistiam enquadradas em uma cultura dominante e patriarcal que as rotulavam e as colocavam em um patamar de inferioridade em relação às mulheres abastadas.

São justamente as mulheres menos abastadas e mesmo as pobres, quase sempre pretas e mulatas que no Brasil, estarão engajadas em iniciativas e movimentos de relevo, em dimensões políticas e culturais, pelo menos até a entrada do século XX quando as mulheres de classe média e alta passam a lutar por condições de igualdade perante os homens, como já visto anteriormente.

Toda essa introdução é para adentrar em um aspecto crucial e muito significativo desse estudo que é a questão da mulher, do corpo e da cidade, o entrelaçamento desse tripé que se intercruza e se configura mutualmente. Seria interessante então considerar que, “além dos corpos ficarem inscritos nas cidades, as cidades também ficam inscritas e configuram os nossos corpos” o que é chamado por Britto e Jacques (2008) de corpografia urbana⁵⁸.

A cidade historicamente não era tida como um espaço da mulher. Como visto acima, as mulheres não participaram de suas construções e somente há pouco tempo saíram da penumbra do espaço privado da casa para circular livremente pelas ruas das cidades.

Já o corpo, advém de uma tradição de suspeita que percorre o mundo ocidental desde os pré-socráticos. Nos termos de Le Breton (2013), o corpo humano era considerado por Platão como o túmulo da alma, imperfeição radical de uma humanidade cujas raízes não estão mais no Céu, mas na Terra.

⁵⁸Este tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, as diferentes memórias urbanas inscritas no corpo, o registro de experiências corporais da cidade, uma espécie de grafia da cidade vivida que fica inscrita, mas ao mesmo tempo configura o corpo de quem a experimenta. A cidade experimentada é percebida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo, em sua corporalidade, corpografias urbanas. (JACQUES, 2009, p. 186). Nos mesmos termos Jacques e Britto (2008, p 182) definem a corpografia como uma espécie de cartografia corporal, que parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta e, dessa forma, também o define, mesmo involuntariamente. A ideia de corpografia propõe articular os aspectos processuais e configurativos implicados no relacionamento do corpo com a cidade que tanto registra quanto reorganiza a síntese desse relacionamento e, assim, estabelece as novas condições para continuidade desta complexa relação. Em resumo: além dos corpos ficarem inscritos e contribuírem na formulação do traçado das ruas, as memórias destas ruas também ficam inscritas e contribuem na configuração de nossos corpos.

Ainda segundo o autor, as diversas doutrinas gnósticas radicalizam a aversão ao corpo tornando-o uma indignidade sem remédio. “A carne do homem é a parte maldita sujeita ao envelhecimento, à morte, à doença. É o cadáver em decomposição”. (LE BRETON, 2013, p. 14).

Já no discurso científico contemporâneo, o corpo é pensado como uma matéria indiferente, simples suporte da pessoa. “Ontologicamente distinto do sujeito, torna-se um objeto à disposição sobre o qual agir a fim de melhorá-lo, uma matéria-prima na qual se dilui a identidade do homem”. (LE BRETON, 2013, p.15).

Para Le Breton (2013) houve um momento inaugural da ruptura do homem com seu corpo e isolado do homem, o corpo humano torna-se objeto de uma curiosidade que mais nada desarma.

O autor sustenta que contemporaneamente, nas sociedades ocidentais, os homens utilizam muito pouco os seus corpos, suas mobilidades e suas resistências.

O consumo nervoso (estresse) substituiu o consumo físico. Os recursos musculares caem em desuso, a não ser nas academias de ginástica, e toma seu lugar a energia inesgotável fornecida pelas máquinas. Até as técnicas corporais mais elementares como caminhar, correr, etc, recuam consideravelmente e só são solicitadas raramente na vida cotidiana como atividades de compensação ou de manutenção da saúde. (LE BRETON, 2013, p. 20).

No entanto, de forma cada vez mais dominante, o corpo aparece como um acessório da pessoa, artefato da presença, implicando em uma “encenação de si que alimenta uma vontade de se reapropriar de sua existência, de criar uma identidade provisória mais favorável”. (p.22).

Às pessoas são levadas a achar que ao mudar o corpo, seu *design*, estarão mudando suas vidas gerando uma manipulação de si mesmo. Nesses termos a medicina deixa de se preocupar apenas com o cuidar, justificando-se dos “sofrimentos” possíveis; “ela intervém para dominar a vida, controlar os dados genéticos” (LE BRETON, 2013, p. 23), transformando-se em uma instância normativa, controladora, poderosa, um biopoder.

Para Le Breton (2013), os psicotrópicos cinzelam o humor, a cirurgia estética ou plástica modifica as formas corporais ou o sexo, os hormônios ou a dietética aumentam a massa muscular, os regimes alimentares mantêm a silhueta, os *piercings* ou as tatuagens dispensam os sinais de identidade sobre a pele ou dentro dela, a *bodyart* leva ao auge essa lógica que transforma o corpo abertamente

no material de um indivíduo que reivindica remanejá-lo à vontade e revelar modos inéditos de criação.

Nesse sentido, conforme Guacira Lopes Louro, o corpo é capaz de determinar lugares sociais ou posições dos sujeitos no interior de um grupo. “Ao longo do tempo os sujeitos vem sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura⁵⁹”. (LOURO, 2004, p. 75).

O movimento de busca por melhor compreensão analítica acerca da interrelação entre corpo e mundo social demorou a surgir como tema para as ciências sociais em um País como o Brasil com tantas temáticas mais fundamentais como violência, pobreza, etc. No entanto, no início do século XXI parece ter ocorrido uma explosão de trabalhos científicos, nas mais diversas áreas do conhecimento que buscam dar conta da singularidade da *cidade-corpo*⁶⁰ na nossa cultura.

Para Hissa e Nogueira (2013) o corpo é o lugar de onde vemos o mundo, que faz o mundo vibrar e nos faz ver o universo de determinada forma: o modo como vivemos o corpo. O corpo é o território de onde dizemos o mundo. No mínimo, o corpo é um instrumento de ação. O corpo olha, é, sente; o corpo pensa. É o corpo que sente, pensa e diz a cidade e, ao dizê-la, transforma-se nela. O inverso: a cidade marca a sua existência por meio do corpo dos sujeitos do mundo que, nos lugares-territórios, experimentam a vida.

Essa cidade acaba por estabelecer uma importante relação com a rua, espaço da coletividade, do público, em contraponto com a casa, ambiente privado.

[...] temos a imagem do corpo virtuoso: disciplinado (forte, magro, liso), saudável; a cidade virtuosa: lisa, disciplinada (segura, limpa, ordenada) competitiva, saudável (sustentável). Há uma seleção de imagens e promoção de sonhos “de consumo” que sintoniza a cidade gentrificada, higienizada, controlada e o corpo saudável, virtuoso, disciplinado. Sonha-se,

⁵⁹Louro (2004) estabelece que a cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marcas de raça, de gênero, de etnia, ate mesmo de classe e de nacionalidade. (LOURO, 2004, p. 75).

⁶⁰A cidade-corpo não se trata da cidade dos mapas, ou aquela percebida do alto, ou mesmo das cidades fotografadas ou imaginárias – ainda que todas elas se refiram à cidade-terreno. É a cidade-corpo, cidade-terreno, que diz o significado dos territórios da vida. Na cidade-corpo, território de existência, lugar da construção de subjetividades, a mobilidade veloz é, contraditoriamente, na modernidade, produtora de imobilismos. É a velocidade que, ao desequilibrar, no terreno próprio da cidade, obstrui o corpo em sua condição de ser e em sua capacidade de experimentar. O caminhar pela rua – que faz com que o corpo do sujeito se deixe atravessar pelo corpo da cidade; e se transforme nela – já se torna transgressão, diante do movimento prevalente que nos retira do chão. É este corpo do sujeito que concede existência à cidade-terreno; e, com o seu vagar, passo a passo, desafia a velocidade que rouba lugares. (HISSA E NOGUEIRA, 2013, p.55).

no corpo e na cidade, a ausência do risco. Para isso, respectivamente, a prevenção e o planejamento emergem como panaceia a todos os possíveis males que podem acometer corpo e cidade. (HISSA E NOGUEIRA, 2013, p. 62).

Retomando a questão da mulher e sua interação com o corpo e a cidade, temos que as lutas e transformações conquistadas pelas mulheres ao longo do tempo também acabaram por gerar profundas transformações quanto a subjetividade de seu corpo.

Para Boris e Cesídio (2007) é importante perceber as mudanças do modelo de subjetividade e de corpo feminino em relação aos períodos culturais do patriarcado e do século XX, pois de um lado tínhamos uma mulher pura e recatada, virgem quando solteira, e, quando casada, devotada e dependente financeiramente do esposo; e, de outro, uma mulher sensual e provocante, estável profissional e financeiramente, mas submetida às imposições da mídia. O corpo feminino, que sofreu os limites impostos pela cultura e pela sociedade patriarcal em sua busca de prazer, deu lugar ao corpo que produz força de trabalho e parece se adequar aos interesses capitalistas.

Para os autores o corpo, nos dias atuais, é pouco dotado de espontaneidade, de naturalidade e de erotismo, pois foi condicionado, ou seja, regulado pelos interesses da sociedade capitalista, que somente visa ao consumo e ao lucro. Neste sentido, o corpo da mulher passou a atrair interesses econômicos de grandes empresas, que investem na moda e nas propagandas publicitárias, passando a ser exigido como uma marca de feminilidade.

Existem na sociedade atual, padrões de beleza a serem seguidos, signos corporais a serem alcançados, ditames médicos sobre o que é saudável o que faz bem e o que deve ser buscado a qualquer custo. As mulheres tomam o espaço da rua, do público, mas se encontram na fragilidade dos ditames sociais que insistem em rotular o que é belo, feio, normal, anormal.

Diante de tudo que foi dito, diante das questões aqui pontuadas, seguimos com uma questão que para esse estudo toma um papel central: e as mulheres que fogem à regra? Aquelas que não estão inseridas no circuito da moda? Aquelas que não tem acesso aos bens de consumo “capazes de fazê-las felizes”? Como entender aquelas mulheres que em meio a uma sociedade “corpocêntrica” estão à margem, desempenhando papéis socialmente não aceitos?

As mulheres usuárias de crack podem ser inseridas dentro desse perfil. Em uma sociedade de culto ao corpo elas se encontram na marginalidade. São exemplo de tudo que não se deve ser, usar, seguir. São socialmente discriminadas por seu aspecto físico, modos de ser de uma “crakeira”.

A imagem mais instantânea que se tem de uma usuária de crack é aquela em que os aspectos corporais são depreciados e escapam às noções civilizadas de higiene, de asseio corporal, de cuidado com a saúde e com a estética.

As mulheres entrevistadas introjetam esse estereótipo e falam das mudanças na aparência atribuídas ao uso do crack:

[...] A pessoa que é usuária não pode ter vida normal não, só faz vegetar, só vegeta, não tem vida normal não. Eu tô toda suja, tá com dois dias que eu não vou em casa [...] (Eliane)

[...] o usuário de crack ele fica tão dependente daquela droga que você não quer mais saber de nada, você não se cuida nem de banho você lembra de tomar. Teve uma época que eu não tinha nem uma calcinha pra usar sabe..assim é desesperador [...] (Mônica)

Os usuários de crack parecem a uma primeira observação desenvolver com a substância uma relação extrema e radical que as impõem uma desvinculação com os parâmetros sociais da civilidade como é o caso da higiene, notadamente a corporal. Tornam-se pessoas abjetas às quais dá-se a necessidade da intervenção sanitária, médica, religiosa e moral.

Para Val, uma das entrevistadas, o uso do crack determina essa condição corporal, pois 'no crack a pessoa não se liga, a pessoa fica suja, fedorenta, mendigando, pedindo dinheiro aos outros pra inteirar uma pedra de crack'.

Rui (2012) aponta que o despojamento corporal, o consumo contínuo da droga, a falta de asseio diário e a ausência de proteção noturna, juntos, denotam com mais evidência a situação a que chegaram (os usuários de crack). Do modo como os usuários a observam, esse uso materializa as escolhas realizadas ao longo da vida, o envolvimento com a substância, a estada nas ruas; materializa, ainda, uma falha moral. “Longe de configurar apenas um constructo analítico, olhar para esses corpos “nessa situação” é condição *sine qua non* para o entendimento desses atores sociais”. (p. 263).

As mulheres aqui apresentadas possuem certa distinção em relação àqueles atores sociais que vivem em situação de rua e que, nesses casos, sofrem ainda mais preconceito sendo a rua local em que 'a sujeira é o atributo corporal mais destacável, mais até que a cor da pele' (FRANGELLA 2009 *apud* RUI 2012). Essa

distinção que a princípio não é notada, precisa ser pontuada, pois existem diferenças entre os usuários de crack que vivem em situação de rua, e aqueles que estão inseridos em uma comunidade (mesmo que de forma vulnerável), têm uma casa “para onde voltar” em que podem acessar estruturas sanitárias (por precárias que sejam) que garantem o banho e o asseio, como é o caso das mulheres aqui entrevistadas.

A “sujeira” a qual as interlocutoras se referem parece estar mais ligada a um padrão compulsivo de uso do crack que as coloca por dias em uso seguido e, para além disso, uma espécie de desânimo e desinteresse pela vida que toma conta do cotidiano e das vivências dessas mulheres, colocando no uso do crack toda sua força vital.

No relato de Val esse aspecto é apontado com bastante clareza ao afirmar: ‘[...] quando eu tiro pra curtir eu passo de três, quatro dias sem dormir só usando crack [...]’.

Em suma, como um primeiro processo, a construção de uma corporalidade ignóbil ocorre gradualmente, por meio da perda de vínculos com as instâncias sociais e familiares que proporcionam as condições de limpeza, asseio e saúde, bem como da consequente exposição às intempéries do clima, à aspereza da rua, aos conflitos corporais, ao uso crescente de drogas e, por fim, à adesão à rua. Como efeito dessas condições define-se a imagem degradada, repulsiva e amedrontadora, frequentemente associada a esse segmento. (FRANGELLA, 2009 *apud* RUI 2012).

Existem, no entanto, marcas corporais que podem ser apontadas como consequências diferenciadas do uso contínuo do crack. Nas mulheres entrevistadas não pude deixar de observar a presença dessas características na pele, nos dentes, na voz. Rui (2012) aponta tais consequências com maior propriedade:

[...] dentes e dedos das mãos marcados, lábios machucados e perda de peso. Com menos ênfase, a voz rouca. Tais marcas, como se verá, ao se aliam a um determinado grau de sujeira, são capazes de criar minúsculas, mas importantes, variações nos modos de engajamento com a droga [...] são marcas que se concentram na superfície, ou seja, na pele, na boca, nas mãos, naquilo, em suma, que indica uma fronteira visível, aparente e exposta a outrem, logo, difícil de camuflar. (RUI, 2012, p. 272).

Dentre as marcas físicas acima descritas, a magreza aparece na fala das entrevistadas como algo mais marcante.

[...] A droga acabou comigo fisicamente, eu pesava 48kg hoje em dia eu peso 65kg eu não queria saber de tomar banho, não queria saber de comer, não queria saber de nada [...] (Andréa)

Este tipo de magreza não tem nada em comum com aquela estampada em revistas e comerciais televisivos que padronizam o corpo magro como o ideal de beleza a ser perseguido e, quase nunca alcançado, por mulheres e também homens. Ao contrário, nos termos de Rui (2012) a magreza para os usuários de crack, é o símbolo máximo de que o consumo há muito ultrapassou qualquer nível que eles entendem como razoável. Prova incontestável de que já não se pode mais disfarçá-lo.

De acordo com a autora, o emagrecimento contínuo não é, para os usuários, decorrente do consumo diário de crack e sim do tipo de uso que eles apreendem como mais destrutivo: aquele que atíça e retroalimenta o movimento que chamam de hibernação⁶¹.

Esse padrão de uso, até a exaustão corporal e mental é diferente daquele padrão de uso em que se consome o crack todos os dias, mas, o usuário consegue aliar outras atividades, afazeres tendo um uso de certa forma moderado. Nete, uma das entrevistadas faz o relato desse tipo de uso e, de fato, como já registrado em capítulo anterior, Nete em nada lembra o aspecto físico comum ao usuário de crack.

[...] O crack não me prejudica em nada, por enquanto não. Eu acho assim uma coisa muito normal. É mais ou menos natural porque é uma coisa que não tá me afetando em nada né. Eu não sou uma pessoa que fique internada só naquilo [...] A minha vida não mudou de antes que eu usava pra agora, é a mesma coisa, normal. Eu acho que piora quando a pessoa vevi direto ali sem fazer nada né, só aquilo né, botar aquilo em primeiro lugar acho que aí altera [...] (Nete)

Para Rui (2012) a perspectiva dos usuários e os cenários de uso possibilitam a existência de níveis distintos de engajamento com o crack. Cada um deles é produto e produtor de diferentes atributos físicos e morais, que, por sua vez, demarcam fronteiras internas bastante miúdas. Com suas práticas, corpos e discursos, os usuários de crack vão tentando se posicionar em meio a seus atributos físicos e reinventando sua própria existência.

É importante perceber, no entanto, que existe entre as usuárias de crack a percepção de quão negativa é essa imagem sobreposta aos usuários de crack e não se pode pensar que elas não se preocupam com sua aparência e com a degradação de seus corpos percebida por si e pelo outro. Para Rui (2012), “é no

⁶¹A hibernação, de acordo com Rui (2012) é a alternância entre períodos de consumo intenso de crack com períodos de resguardo. Durante o “turno” do consumo, os usuários relatam passar de dois a três dias (alguns dizem cinco dias) consumindo a droga ininterruptamente. Não bebem, não comem e não dormem. Usam o crack até o corpo se exaurir.

processo mesmo de notarem que seus corpos chocam quem os vê que também criam e experimentam ambíguas sensações de vergonha e embaraço, mas também de poder. É nesse processo que tentam, mesmo fracassando muitas vezes, refazerem a si mesmos". (p. 283).

3.3 PERCURSOS DA POBREZA E VIOLÊNCIA NO BRASIL E SUAS MANIFESTAÇÕES LIGADAS AO USO DO CRACK

A pobreza é marcada, ao longo dos séculos, pela intensidade e extensão em que emerge. É algo atual, cotidiano, que nos salta aos olhos em um fenômeno de expansão que chega a quase todos os países e atinge, de maneira mais marcante, àqueles situados na periferia capitalista.

Para Santos (2012), o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista⁶², sob o formato da grande indústria, aprofunda a vigência e a capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo⁶³.

Nos termos de Santos (2012), a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas.

No período da Primeira Revolução Industrial já se observa um processo acentuado de pauperização na Inglaterra e fora dela com relatos do emprego de crianças e mulheres nas fábricas em condições de trabalho degradantes e com extensas jornadas de trabalho⁶⁴.

⁶² O capitalismo chega ao século XIX com sua forma histórica baseada na grande indústria que opera o trânsito da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. O tear e a máquina a vapor constituem a base técnica da Primeira Revolução Industrial que se estende até meados do século XIX. (SANTOS, 2012, p. 35).

⁶³ Netto (2001, p. 42/43) denomina de pauperismo a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX que aparecia nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução, e, no limite, da sua supressão. Não era um fenômeno inédito de desigualdade entre as várias camadas sociais tendo em vista que vinha muito de longe a polarização entre os ricos e os pobres, era também antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era, no entanto radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

⁶⁴ Santos (2012) expõe que as máquinas funcionavam diuturnamente, impondo uma jornada média de 16 horas aos operários, em diferentes turnos de trabalho. A consequência aponta a autora, é que a vida desses trabalhadores se tornava muito curta, pois tinham sua energia vital rapidamente "consumida" pelas fábricas.

Figura 13 – Crianças e mulheres trabalhando em fábricas na Inglaterra**Vitoriana**

Fonte: Café Musain (10 de maio de 2016)

A moradia desses trabalhadores também apresentava péssimas condições não havendo investimentos em infraestrutura urbana, sendo as habitações construídas em locais insalubres em um total desprezo pelas condições de vida operária o que gerava nos termos de Santos (2012) significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, doenças, fome. Um recorte desse período pode ser observado na citação abaixo.

As cidades e as áreas industriais cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida da cidade fracassavam na tentativa de manter o mesmo passo: a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários, para não mencionarmos as condições habitacionais da classe trabalhadora [...] cortiços onde se misturavam o frio e a imundice, ou os extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala [...] O desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios, e das novas áreas residenciais da burguesia. A consequência mais patente dessa deterioração urbana foi o reaparecimento das grandes epidemias de doenças contagiosas (principalmente transmitidas pela água) notadamente a cólera. [...] Só depois de 1848 quando as novas epidemias nascidas nos cortiços começaram a matar também os ricos, e as massas desesperadas que aí cresciam tinham assustado os poderosos com a revolução social, foram tomadas providências para um aperfeiçoamento e uma reconstrução urbana sistemática. (HOBSBAWM, 2005, p. 282-284 *apud* SANTOS, 2012, p. 37-38).

Toda essa situação acima apresentada fez com que surgissem entre a classe operária os movimentos contestatórios e de luta contra a barbarização da vida social além de uma genuína consciência de classe. Esses aspectos culminaram, segundo Santos (2012), no movimento revolucionário de 1848⁶⁵.

Essa breve introdução trazendo aspectos do pauperismo na Europa serve de pano de fundo para apresentar esse processo no Brasil levando-se em consideração as diferenças econômicas, sociais e políticas do País que traz em si as marcas da colonização portuguesa. Uma colonização que visava a exploração de artigos de exportação, na forma de matéria-prima, “não estando o povoamento da Colônia no horizonte das preocupações portuguesas”. (SANTOS, 2012, p. 55).

De acordo com Santos (2012), até 1530 a exploração do pau-brasil deu conta de satisfazer os interesses da metrópole, mas a partir do seu esgotamento no litoral fez-se necessário abrir caminho litoral à dentro, tanto para explorar recursos, quanto para defender e ampliar as fronteiras do território, então em disputa com os espanhóis e depois com os holandeses e franceses. Havia também a necessidade de criar as bases para abastecimento e manutenção das feitorias criadas e fiscalizar a costa. Foi assim que em 1549, instalou-se o Governo Geral com vistas a ocupar o território.

A autora menciona ainda que no Brasil os colonos vieram para ser dirigentes, empresários comerciais, mas não trabalhadores e essa escassez de força de trabalho acaba por mover Portugal na direção do revigoramento da escravidão⁶⁶ na era moderna.

Nesses termos a colonização brasileira é considerada predatória com base na ocupação de territórios e exploração econômica de suas potencialidades até o esgotamento entrando as atividades em colapso por falta de investimentos e melhoramentos técnicos.

⁶⁵Os acontecimentos dos seis primeiros meses de 1848 tiveram lugar na França e foram precedidos pela fundação da “Liga dos Comunistas” em 1847. Tratava-se de uma associação internacional de trabalhadores cujo programa redigido por Marx e Engels – o Manifesto do Partido Comunista - expressava, além de uma lúcida análise dos acontecimentos sociopolíticos nos principais centros do capitalismo, também uma clara direção ao movimento que se materializou em 1948. (SANTOS, 2012, p. 41).

⁶⁶Santos (2012, p. 57) deixa claro que a escravidão no Brasil nada tem a ver com o modo de produção escravista e foi utilizada já no contexto do capitalismo de natureza comercial e para Portugal, além de solucionar o problema da mão de obra, foi um dos negócios lusitanos mais rendosos.

O período colonial brasileiro chega ao fim devido, principalmente à configuração do contexto econômico mundial que já não comportava o colonialismo naqueles moldes e é marcada historicamente, pela vinda da família real para o Brasil, em 1808.

Nesse período, de acordo com Santos (2012), o País mudou substantivamente a forma de sua inserção no sistema econômico mundial e, um dos fatores de maior relevância nesse aspecto foi a pressão inglesa pela abolição do tráfico de escravos o que ocorreu em 1850 quando tal abolição foi determinada e feito cumprir através de fiscalização.

Santos (2012) apresenta ainda que a partir de 1870-1880, observa-se crescentes investimentos em vias de transporte, bancos, comércio e, fundamentalmente, o início da criação de um mercado de trabalho assalariado. Em decorrência disso houve um relativo crescimento das manufaturas facilitado com o fim do tráfico escravo e a elevada disponibilidade de mão de obra barata nos centros urbanos. Nas palavras de Prado Junior (2004, p. 198 *apud* SANTOS 2012, p. 65),

a população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontra lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio “senhor e escravo”. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do País. Isto que já vinha dos tempos remotos de colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa⁶⁷ e a prostituição. [...] E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará no futuro, muito de suas características e evolução.

Dentro desse aspecto convém observar a situação da população negra que, com a abolição da escravatura encontrou-se substituída pela mão de obra imigrante e assalariada.

Fausto (1997, p. 221) aponta que a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A eles foram oferecidas escassas oportunidades o que

⁶⁷No livro “As metamorfoses da questão social”, Robert Castel (2010) traz um estudo quando ao que ele denomina de franja marginal que seriam os vagabundos. Segundo o autor, em uma estrutura social em que o estatuto de um indivíduo depende de seu encastramento numa rede cerrada de interdependências, o vagabundo representa uma mancha. Completamente visível porque totalmente desterritorializado, sobre ele vai abater um arsenal sempre renovado de medidas cruéis. É que seria necessário erradicar o paradigma de a-socialidade que ele representa ao acumular a desvantagem de estar fora da ordem do trabalho, mesmo sendo válido, e fora da ordem da sociabilidade [...] Carente de qualquer recurso, não pode ser autossuficiente. [...] “Inútil para o mundo”, seu destino é o exemplo do drama do desfiliado por excelência, aquele que, não tendo nenhum “estado” não usufrui de nenhuma proteção. (p.119).

resultou em uma profunda desigualdade social da população negra. “Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mas útil quando subserviente”.

A luta abolicionista e os atritos da monarquia com o exército e com a burguesia do café paulista assinala neste ponto o fim da monarquia e a proclamação da República que apresenta em sua Constituição (1891) uma estrutura de divisão dos poderes comandados pelo presidencialismo e uma atitude laica de separação entre Estado e Igreja. (SANTOS, 2012).

Nesse período tem-se a consolidação do capitalismo no Brasil com a instituição efetiva do trabalho assalariado como regime de trabalho no País e o crescimento substantivo dos investimentos de capital financeiro internacional em todos os setores que apresentassem rentabilidade.

Nesse sentido, têm-se as facetas desse sistema que se pautam, entre outros aspectos, na extrema exploração da força de trabalho na busca de baixos custos de produção. Em decorrência disso, aumentam os conflitos, especialmente urbanos, entre capital e trabalho sendo tais conflitos tratados como caso de polícia.

Santos (2012) afirma que mediante as medidas de regulação social, muitos manifestantes estrangeiros foram expulsos do País e cassou-se, a partir de então, o direito de expressão, criminalizando qualquer ato que “atentasse contra a organização da sociedade” (p. 70). Foi nesse cenário de disputas que em 1922 foi fundado o Partido Comunista⁶⁸.

Para materializar as medidas de controle e disciplina o Estado utilizava como recurso o Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial. Soihet (2006) afirma que a violência era presença marcante nesse processo sendo a postura das classes dominantes baseada na coerção às classes tidas como subalternas tais como mulheres, camponeses, negros e as pessoas comuns.

Seguindo o percurso histórico temos a “Era Vargas” em um cenário de crise do capitalismo mundial desencadeada em 1929 e se prolongando até a Segunda Guerra Mundial. O governo de Getúlio Vargas é visto pelos estudiosos do

⁶⁸ O Partido Comunista se autointitulava representante proletariado e nascia de uma cisão do anarcossindicalismo. Este será o primeiro partido nacional do Brasil, posto que o predomínio do regionalismo, estimulado pelo federalismo, dificultava a nacionalização dos interesses, organizados até então, em partidos, ligas e grêmios políticos de âmbito regional. (CERQUEIRA FILHO, 1982 *apud* SANTOS, 2012).

tema como um governo cuja marca é a centralização do poder com um discurso nacionalista e instituidor de políticas populistas dentre as mais importantes, aquelas voltadas à regulamentação dos contratos de trabalho e uma legislação protetiva do trabalhador o que lhe garante, de acordo com Fausto (1997) a alcunha de “pai dos pobres” dando início ao populismo de massas no Brasil.

Fausto (1997) ressalta ainda que além da política trabalhista, a política educacional também é característica desse período com um importante investimento nos três níveis de ensino e, principalmente, a estruturação do ensino secundário que passa a contar com uma política profissionalizante com vistas a qualificar a mão de obra das indústrias em expansão.

Após a queda de Vargas tem-se um período chamado de republicano democrático em que se completa, segundo Santos (2012), a constituição do capitalismo no Brasil, atingindo sua fase de industrialização pesada. Esse processo, no entanto em nada alterou as condições de vida da população pobre que continuava subjugada pela elite agora industrial.

No ano de 1950 revelou-se haver no Brasil perto de 10 milhões de domicílios particulares (37% nas cidades e 63% fora delas), dos quais nada menos que 07 milhões eram construídos com madeira, pau a pique ou algo semelhante. Não existiam mínimas condições de conforto e higiene, pois apenas 16% do total de domicílios ocupados no País possuía naquela ocasião, água encanada; 25% deles tinha iluminação elétrica e 33% era dotada de aparelho sanitário, achando-se somente 06% dos aparelhos ligados a rede coletora geral. [...] Com o crescimento das principais cidades brasileiras, cada vez mais se configurava a triste opção para o trabalhador urbano: morar em favelas sob os morros, mas no centro, bem próximo ao seu emprego; ou então despender diariamente quatro a cinco horas, indo para sua ocupação e voltando para o subúrbio, onde ele residia de modo nem sempre diferente do favelado. (VIEIRA 1995, p. 61 *apud* SANTOS, 2012, p. 80).

Com o golpe militar de 1964, que de acordo com alguns autores, foi financiado e articulado pelos EUA, tem-se a afirmação definitiva do exército como árbitro da política nacional intervindo nas disputas políticas do Estado e, desta feita, os militares pareciam unidos contra o populismo e dispostos a exercer, eles mesmos, o poder. (SANTOS, 2012).

Após um período de “milagre econômico” e mediante um quadro de profunda repressão, autoritarismo e violência, têm-se o acirramento das lutas contra o regime com o ressurgimento do movimento operário e de novos movimentos sociais que reivindicam ações para além das econômicas.

São as lutas e movimentações pelas eleições diretas acirradas pela campanha do Partido dos Trabalhadores pelas “Diretas Já” para o Executivo

Federal. Assim findou-se o período ditatorial brasileiro e entramos em uma nova fase com a eleição de Tancredo Neves tendo como vice José Sarney.

Esse sucinto relato histórico se faz necessário para que possamos compreender as facetas da pobreza e violência instauradas no Brasil que não podem ser dissociadas da nossa formação social bem como do modo de produção capitalista.

Um País agroexportador, latifundiário, com relações políticas muitas vezes baseadas no clientelismo e que enfrenta níveis de desemprego alarmantes em um cenário de recessão econômica e minimização das políticas protetivas do Estado. Todos esses fatores e muitos outros que se relacionam a estes podem ser pautados como cenário de contextualização da pobreza e violência nas estruturas de poder do Estado brasileiro.

Para Milton Santos (1999), no último meio século existiram pelo menos três formas de pobreza. A primeira seria a pobreza *incluída*, uma pobreza acidental às vezes residual, produzida em certos momentos do ano. As soluções para essa pobreza eram geralmente privadas e assistencialistas. A outra pobreza reconhecida e estudada como doença da civilização é a *marginalidade*, produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho internacional ou interna. Admite-se que essa pobreza poderia ser corrigida através das mãos dos governos. O terceiro tipo de pobreza é a pobreza *estrutural* que se torna globalizada, encontrada em toda parte do mundo.

Uma pobreza difusa, generalizada e agora permanente. Nas condições atuais é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego como também pela redução do valor do trabalho [...] a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. (SANTOS, 1999, p. 10 e 11).

A pobreza hoje toma novas configurações, transborda, atingindo a classe média, aliada a uma agenda de ajustes que “desestabiliza os estáveis”. No Brasil dos ajustes e dos cortes orçamentários observa-se a precarização da renda, a destituição dos direitos trabalhistas, o desmonte do sistema de proteção social em uma agenda de minimização do Estado e pouco ou nenhum investimento em políticas públicas garantidoras de direitos.

Para Sen (2000), a noção de pobreza é um desdobramento da discussão sobre desigualdade, que tem duas dimensões principais a serem consideradas: a desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas) que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete a estrutura; e a desigualdade de

capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), em que o foco está naquilo em que as pessoas podem realizar.

É fato amplamente conhecido que as desigualdades socioeconômicas no Brasil destacam-se como das mais elevadas entre os países do Terceiro Mundo. Mais do que isso, evidências há de que nos últimos 50 anos essas desigualdades tenham se mantido com surpreendente estabilidade, apresentando apenas na última década e de forma ainda bastante incipiente, ainda que alvissareira, pequena redução em seus níveis. (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001).

A partir do governo assumido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003 o País passou a incrementar políticas sociais compensatórias (transferência direta de renda aos mais necessitados) e estruturais (democratização dos ativos, educação, terra e crédito) voltadas às pessoas classificadas como pobres ou extremamente pobres. Para Menezes (2008), a unificação de quatro programas de transferência de renda, em outubro de 2003 que resultou no Programa Bolsa Família (PBF) e a sucessão de medidas de ajuste e aperfeiçoamento dessa política consolidaram aquele que hoje é considerado um dos mais importantes programas do gênero em todo o mundo tendo, aliado a outras políticas sociais, retirado 35 milhões de pessoas da extrema pobreza.

Nos termos de Mota (2012), ao tratar a pobreza como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias, tornou-se possível atender algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes.

No entanto, persiste no Brasil uma desigual distribuição de renda o que torna o fosso entre pobres e ricos cada vez maior. Além disso, o PBF enfrenta duras críticas de setores da sociedade que o percebem como medida assistencialista e geradora de despesas ao País.

Na figura abaixo essa perspectiva fica bem clara ao esboçar uma grande quantidade de pessoas na fila para receber o benefício do BPF enquanto que a fila do primeiro emprego está vazia. Esta ilustração reflete o desconhecimento de uma grande parcela da população, ao que de fato é o PBF, além de minimizar as dificuldades de acesso de uma expressiva parcela da população ao mercado de trabalho e ao emprego qualificado.

varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. (ZALUAR, 1999, P. 08).

Minayo e Souza (1993), também tratando sobre o tema, apresentam uma tipificação da violência em que se destacam: a violência estrutural, configurada nas desigualdades sociais de acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida; a violência cultural, que se expressa entre pares, a exemplo das agressões entre cônjuges; e a violência da delinquência, referente a indivíduos ou grupos que desencadeiam ações contra cidadãos (crimes contra a pessoa física e o patrimônio), incluindo disputas violentas entre os criminosos e determinadas ações ilegais do próprio aparato policial.

O problema da violência, abordado aqui pelo ângulo da criminalidade somente tomou corpo e ganhou destaque na mídia gerando comoção pública a partir da década de 1980. De acordo com Zaluar (1999), é somente no final da década de 1980 que o problema da criminalidade se torna também nacional e social, e não apenas jurídico e médico, quando é formada, por iniciativa do Ministério da Justiça, uma comissão de estudiosos, dos quais fizeram parte vários cientistas sociais, que prepararam um relatório sobre o tema. A questão da criminalidade já estava, então, na pauta das grandes preocupações do governo federal.

No contexto aqui estudado, a violência abordada é aquela relacionada ao tráfico de drogas ilícitas gerando grandes confrontos entre traficantes e policiais em um cenário de “guerra urbana” que atinge de forma quase indistintamente, todas as capitais do Brasil e também chegou às pequenas cidades interioranas, antes pacatas e seguras.

Esse cenário coloca em evidência o crescimento dos índices de criminalidade e violência, principalmente nas periferias das grandes cidades sob o olhar aguçado das câmeras de TV que apresentam ao vivo e em horário nobre as disputas entre “polícia e bandido”.

Zaluar (2004), ao estudar a relação entre pobreza e tráfico de drogas estabelece que a extrema violência que caracteriza as relações entre “polícia” e “bandidos”, categorias não mais diferenciadas pela defesa ou descumprimento da lei, mas pela inserção institucional dos envolvidos, pode ser explicada por uma

dimensão simbólica do mercado ilegal das drogas, que atinge bandidos e policiais fascinados pela ambição de enriquecer a qualquer custo. (p. 49).

A autora menciona ainda que as populações que convivem nesses ambientes de extremo embate sofrem por múltiplos fatores.

Além da discriminação sofrida por morarem no mesmo local que bandidos, os favelados e moradores de bairros populares enfrentam hoje mais uma dificuldade em seu viver: os repetidos tiroteios, o desvirtuamento ou enfraquecimento de suas associações de moradores, o aparecimento de um conflito religioso agudo, antes quase imperceptível. Seus filhos são atraídos pelas quadrilhas sem que eles compreendam muito bem o porquê. Junto com outras crianças e adolescentes morrem em uma “guerra” pelo controle do ponto de venda, mas também por quaisquer motivos que ameacem o *status* ou o orgulho masculino de jovens em busca de uma virilidade afirmada através da violência. (ZALUAR, 2004, P. 51).

As mulheres interlocutoras da pesquisa que subsidia o trabalho em tela estão inseridas nesse contexto e falam sobre ele com certa naturalidade como pode ser percebido abaixo.

[...] Eu sou o tipo da pessoa que eu sou mulher mas eu presto muita atenção em tudo, tá entendendo? Eu não me meto onde eu acho que eu não devo porque a vida do crime você tem que saber entrar e tem que saber sair. Porque tem aquele porém se você tá num canto você vê aquilo ali, você escuta aquilo ali você tem que ficar na sua você não pode tá saindo e comentando com todo mundo. Porque a lei do crime é essa o que você viu você faz de conta que não viu se você ouviu você faz de conta que não ouviu porque se abrir a boca e falar alguma coisa já sabe né [...] (Andréa)

Essa naturalização do crime e das suas regras de silêncio são tratadas por Zaluvar (2004) como uma banalização do mal⁷⁰. A autora aponta que as taxas de crimes aumentaram tão dramaticamente em determinados locais que se tornou banal a morte de seres humanos. A vida humana perdeu o valor, além da deterioração institucional e da desagregação da sociedade.

Assim, mesmo envolvidas com o tráfico de drogas, as mulheres usuárias quase nunca estão no comando dessas atividades, mas, como “vendedoras” no varejo e, quase sempre apanhadas pela polícia.

[...] Eu já fui presa quatro vez, já puxei cadeia quatro vez. Eu fui presa por causa de assalto, roubo, muito drogada também botava boneco ai minha mãe tinha que chamar a polícia [...] (Val)

Estudo realizado por Souza (2009) mostra que o tráfico de drogas vem sendo a primeira causa de aprisionamento de mulheres de todas as faixas etárias e

⁷⁰Hannah Arendt, em seu célebre livro *Eichmann em Jerusalém*, define a banalidade do mal e nesse sentido, busca demonstrar que o mal não pode ser explicado como uma fatalidade, mas sim caracterizado como uma possibilidade da liberdade humana. (ARENDR, 1999). Essa banalidade, no entanto, não pode receber o pressuposto de lugar comum. Para Andrade (2010), um ato mau se torna banal não por ser comum, mas por ser vivenciado como se fosse algo comum. A banalidade não é normalidade, mas passa-se por ela, ocupa indevidamente o lugar da normalidade.

aponta como um dos fatores para esse fenômeno o fato de a maioria das mulheres desempenhar funções subalternas na escala hierárquica da atividade. Esse perfil, no entanto, não exclui a participação de mulheres no alto escalão do tráfico como abastecedora/distribuidora, traficante, gerente, dona de boca de fumo e caixa/contabilidade.

4 TRAJETÓRIAS DE VIDA: MARCAS ESTAMPADAS NO CORPO E NA ALMA DE MULHERES USUÁRIAS DE CRACK

Um dia virá em que todo meu movimento será criação, nascimento, eu romperei todos os nós que existem dentro de mim, provarei a mim mesma que nada há a temer, que tudo que eu for será sempre onde haja uma mulher com meu princípio, erguerei dentro de mim o que sou um dia. (Clarice Lispector).

Como a condição de usuária de crack interfere ou interferiu nas trajetórias de vida das mulheres entrevistadas e que marcas foram impressas em suas vivências a partir desse uso? É partindo dessas questões centrais que adentro as vivências de mulheres usuárias do crack e exponho por meio de suas narrativas-depoimentos seus mundos de vida.

Nas conversas mantidas com as interlocutoras da pesquisa foi possível perceber pontos comuns nos diálogos, falas que muitas vezes pareciam copiadas, reproduzidas, umas nos discursos das outras.

Ao analisar as falas obtidas nas entrevistas e junto a isso toda uma teia de impressões deixadas em mim a partir desse contato, foi possível compreender que muito além de marcas físicas e psicológicas, o uso do crack é apontado por elas como algo determinante de seu modo de ser.

Dar a palavra a essas mulheres, ouvir suas versões, retratar seu cotidiano, privilegiar seu modo de ver a vida, foi minha escolha metodológica na intenção de compreender as teias complexas que tecem seus mundos de vida e as enredam nestes.

No capítulo dedicado a metodologia da pesquisa apresentei e identifiquei cada uma das mulheres – sujeitos da pesquisa. Agora passo a tentativa audaciosa de interpretar suas falas, amparada pela teoria pertinente em um incursão teórico-empírico.

Uma característica presente no cotidiano de todas as mulheres, muito embora existam diferenças que marcam cada mulher, é a vivência em meio a exclusão econômica, social, política, educacional, cultural, bem como a inserção em um cotidiano violento e permeado por perdas emocionais.

[...] Eu conheci o meu primeiro marido e saí da casa da minha mãe. Ele tinha a cabeça fraca e pulou da caixa d'água. Depois eu me juntei com outro e esse pobi caiu em uma cacimba e também morreu. A gente vivia brigando

e eu dei graças à Deus quando ele morreu...O pai dos meus filho se enforcou e foi bom, foi a melhor coisa que ele fez, quer dizer, ele não se enforcou foi alguém que fez alguma coisa...mas eu tenho outro homem agora...dizendo ele que não me quer mais né...não sei [...] (Eliane)

Eliane ao relatar esses acontecimentos sorria, um sorriso sem vida, sem cor, usado naquele momento como mascara ou disfarce de uma tristeza que se percebe latente. Uma tristeza que ela parece tentar preencher com um novo relacionamento. Isso ficou bastante notório em sua fala, pois, a frase ‘meu homem não me quer mais’ foi repetida outras várias vezes durante a entrevista, demarcando o quanto a possibilidade de não ter um relacionamento amoroso a afligia.

Um importante elemento apontado por Adorno *et al* (2013) como constituinte da experiência das pessoas usuárias de crack por ele entrevistadas e, aqui essa realidade se mantém, é que as experiências de vida dessas mulheres são marcadas por sucessivas “perdas”: econômicas, morais, emocionais identificando “uma situação de vida que é sempre recomeçada, quando se perde moradia, empregos/ocupações temporárias, se metem em problemas com a polícia e a justiça, perdem familiares e outros vínculos afetivos, e necessita-se sempre recomeçar a cada instante [...]”. (p.08). As falas abaixo confirmam essa observação.

[...] Eu trabalhava, vivia mais trabalhando aí quando eu parei dentro de casa foi que eu fiz besteira (passou a usar crack). (Nete)

[...] isso foi depois que eu perdi a minha irmã que morreu de parto, depois que ela morreu eu virei a cabeça [...] (Val)

[...] As pessoas que eu conheci no tempo que eu me drogava, a maioria das pessoas que eram viciadas já caia na droga por causa da depressão, ou falta de algum ente querido que perderam [...] A maioria deles que não tinham trabalho pra se manter as família botavam pra fora de casa e tudo isso aí já leva a pessoa entrar nessa vida [...] (Andréa)

[...] Perdi o trabalho porque eu passava a noite usando e no outro dia não tava em pé pra poder trabalhar e eu perdi muito, só perda mesmo. Porque eu perdi o trabalho, resumindo eu perdi o trabalho e fiquei dentro de casa e eu ficava pegando as coisas pra mim vender [...] (Mônica)

As mulheres apresentam um componente importante a ser observado em suas realidades. Para elas, mesmo que se apresentem como “donas de suas vidas”, responsáveis por seus atos, por suas escolhas e seus caminhos, não conseguem, de modo geral, se desvincular emocionalmente da figura do homem, dos filhos, das relações familiares, por piores que sejam.

Adorno (2013) aponta uma marca importante que diferencia o comportamento de homens e mulheres nesse aspecto. Para o autor, os homens ao narrar suas histórias e trajetórias sempre destacam estar nessa vida (do uso de

drogas) por uma “opção” de vida, algo que poderia ser retomado, sem maiores problemas, o que não se percebe em relação à vivência das mulheres.

Quanto ao uso do crack, as mulheres entrevistadas elencam a curiosidade, a busca por substâncias mais fortes, a insistência de amigos, como justificativas para o início do uso, como podemos ver nos depoimentos a seguir.

[...] Eu comecei a usar droga por curiosidade. Eu tinha entre uns vinte ou vinte e dois anos quando comecei [...] (Eliane)

[...] Eu usei porque eu quis mesmo. Eu tinha amigos que usavam. Foi só pra experimentar mesmo e nesse negócio de experimentar eu fiquei usando o crack [...] (Val)

[...] Eu comecei a usar crack aos quinze anos de idade, por curiosidade e foi onde eu me ferrei [...] (Mônica)

No entanto, um ponto comum em todas as falas é a percepção pelas mulheres que antes do uso de crack suas vidas eram melhores.

[...] Minha vida antes de começar a usar crack era normal. Eu estudava em colégio particular. Meu pai é supervisor da fazenda, trabalha na SEFAZ eu estudava em colégio particular meu pai pagava pra mim [...] (Val)

[...] Eu comecei a usar eu tinha acho que uns dezoito anos. Minha vida era muito boa antes, como agora tá sendo porque eu não sou mais aviciada em nenhuma droga né [...] (Andréa)

[...] Minha vida antes de começar a usar crack era bem mais tranquila, o crack foi uma droga que me fez ter perdas totais né, perdas pessoais [...] (Mônica)

[...] Minha vida antes de começar a usar droga era chique, eu só andava de carro. Deus me livre, eu morava com a minha mãe e ela não deixava nada [...] (Eliane)

O crack surge no cenário de vida dessas mulheres como algo arrasador, o culpado por todas as suas dores e o responsável por suas transgressões. É a partir dessa contextualização que destaco no próximo item as percepções das mulheres usuárias de crack em relação ao uso deste.

4.1. A DEMONIZAÇÃO DO CRACK: A “PEDRA DA MORTE” FEITA COM A “RASPA DO CHIFRE DO DIABO”

Ao estudar o uso de drogas e fazer um percurso histórico em relação a esses usos, é notório o aspecto diferenciado que o uso do crack adquire na sociedade atual. Uma substância classificada como demoníaca conhecida também como “pedra da morte” feita com a “raspa do chifre do diabo” e que absorve uma gama de conotações religiosas, biomédicas e morais.

Figura 15 – Crack a pedra da morte



Fonte: Edfpibid.blogspot (14 de maio de 2016).

Ao abordar indivíduos comuns em relação ao uso do crack, é provável que a reação seja de demonização da substância e culpabilização do usuário levando-se em consideração os inúmeros problemas causados, pela droga, na vida das pessoas que chegam ao “fundo do poço”.

Mesmo entre amigos do meio acadêmico e profissionais da assistência observo uma postura de interesse e desconfiança ao informar meu objeto de estudo, pois, é forte a imagem social do usuário de crack e faz parte do senso comum estabelecer a ligação que parece intrínseca: crack – pobreza – violência – morte.

Entre as próprias entrevistadas é possível observar que a pedra de crack aparece como um sujeito autônomo culpado por todas as consequências dos seus usos, como se fosse um ser animado com poderes de causar muito mal, agindo por conta própria.

[...] Depois que eu comecei a usar crack minha vida ficou pior. O crack é responsável por tudo de ruim na minha vida. O crack me deixou só atribulação não me deixou nada [...] (Eliane)

[...] Depois que eu comecei a usar (crack) minha vida ficou turbulenta. Muita coisa mudou [...] (Val)

[...] A vida de drogada não é uma vida muito boa não, você vevi na depressão, ninguém tem confiança em você, você perde o apoio da família de tudo né [...] (Andrea)

[...] O crack me levou ao fundo do poço. Perdi minha honestidade né, você perde tudo, sua identidade própria. Primeiro de tudo eu perdi minha dignidade né, meu respeito ai comecei a ter perdas materiais. Minha mãe, meus familiares não confiavam em mim né porque quando eu entrava dentro de casa eu sempre queria catar alguma coisa pra mim...Esse crack ele é de uma forma tão destruidora que você não tem noção. Você lesa sua mãe, eu cheguei a lesar a minha mãe pra poder catar um dinheiro dela pra poder usar droga sabe? Mas isso tudo por causa da droga né [...] (Mônica)

Percebe-se, entre as muitas coisas que foram ditas pelas entrevistadas quanto ao poder destruidor do crack, que é unânime a perspectiva de que é o crack o responsável por todas as dificuldades vivenciadas, pelos relacionamentos familiares desgastados, pela perda da dignidade, pelos atos violentos praticados. A partir dessas falas não é difícil compreender porque ao crack é atribuída essa representação da corporificação do demônio.

Talvez por seu caráter ilegal, ou por seu consumo está socialmente ligado a populações pobres e marginalizadas, como visto em capítulo anterior, ou ainda por apresentar em sua composição substâncias químicas causadoras de sérios danos à saúde, o crack assumiu uma visão negativa perante a sociedade e figura hoje nos programas policiais e de entretenimento como uma substância mortal e os casos apresentados, na maioria das vezes, geram temor e muita comoção social.

Nery Filho *et al* (2013) expressa que nos anos de 1980 era a maconha “o demônio que levaria nossos filhos e filhas para o inferno” (p. 32) e, com o passar dos anos, essa substância tem assumido novo patamar social discutindo-se inclusive, sua legalização. A associação ao demônio passou a ser feita em relação ao crack alimentada pela mídia e pelo imaginário social.

Nos termos dos autores, a demonização periódica de uma droga atende a interesses específicos e prejudica enormemente os usuários e suas famílias, que “agem de acordo com as construções sociais circunstanciais”. Dessa forma, “torna-se necessário deslocar o eixo da questão do uso de drogas para o consumidor e verificar quais os dispositivos existentes para se cuidar deste ou daquele consumidor e não desta ou daquela substância”. (p. 32).

Outro fator importante a ser refletido é em relação à politoxicomania, ou seja, ao uso de substâncias diferentes pelo mesmo usuário o que reforça a questão abordada acima, quanto ao foco ser o consumidor e não a droga⁷¹.

Entre as mulheres entrevistadas essa politoxicomania fica clara como mostra as falas abaixo:

[...] Eu usei pó a noite toda, parei agora. Eu gasto meu dinheiro todim na cerveja..passei a noite todinha “viçando” e cheirando pó [...] (Eliane)

[...] Por mim mesmo eu acabei deixando de usar o crack, de vez em quando eu bebo, fumo um cigarro mas isso ai eu acho que é normal [...] (Andréa)

[...] Hoje eu sou evangélica e pior de tudo que eu digo assim que Deus deu um sopro na droga na minha vida mas o cigarro eu não consigo deixar..mas eu vou deixar [...] (Mônica)

Nery Filho *et al* (2013) destaca que em um mundo em que o transitório, o superficial, o descartável predominam, fica estranho a fidelidade a uma droga e uma política centrada em um produto, como tem ocorrido no Brasil nos últimos anos.

Nesse sentido, Espinheira (2004) chama a atenção para as formas de usos de drogas e a heterogeneidade de seus usuários.

A cena da droga nunca é a mesma, assim como não o são os seus agentes e isto não apenas no tempo, mas também nos diferentes espaços da cidade. Em outras palavras, as formas de consumo nunca são iguais, assim como os produtos não são os mesmos, nesses espaços diferenciados. E podemos afirmar, ainda, nos casos de as substâncias pertencerem à mesma espécie ou identidade, que estas não se igualam em termos de qualidade química nos espaços diferenciados. As drogas não têm o mesmo efeito para pessoas socialmente diferentes. E elas não são as mesmas para clientes diferenciados por renda e classe social. Se a questão é posta nesses termos, não são as drogas, mas as razões de consumo e a natureza do que se consome que caracterizariam a ação social de uso das drogas e, mesmo, a toxicomania. (ESPINHEIRA, 2004, P. 12 E 13).

Podemos perceber que as mulheres aqui apresentadas, inseridas em seus contextos de vida, envoltas em um cotidiano de pobreza, exclusão social e violência, possuem um modo próprio de consumo que reflete diretamente em suas vidas. Para Espinheira (2004) não se pode atribuir à droga uma autonomia em relação ao indivíduo ou mesmo ao contexto social, mas, ao contrário, perceber o indivíduo e o seu contexto para compreender o tempo e os espaços das drogas em suas vidas. Observemos a fala abaixo:

[...] hoje eu sou uma mulher que tenho 42 anos sou uma mulher nova do ponto de vista da minha mãe mas eu tenho pouca memória e eu tenho isso

⁷¹No mês de abril de 2016 o Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime passou a adotar uma nova abordagem em relação ao uso de drogas. Em uma Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU (UNGASS) sobre drogas, em Nova York o representante da entidade e líderes mundiais assinaram uma declaração em que é exposto a mensagem de que a questão do uso de drogas deve ser encarada por uma perspectiva de saúde pública, e não pelo viés criminalista. Essa notícia foi recorrente em vários jornais do País apesar de ser considerada pelos ativistas que lutam pela descriminalização do uso de drogas como uma pequena ação com ínfimo significado.

comigo que foi o consumo da droga porque eu fui usuária de artanha, eu fumei maconha, o que me levou ao fundo do poço foi o crack, eu cheirei cocaína mas eu não tinha muito efeito com a cocaína, eu não me dei muito bem com ela sabe, eu não sentia efeito nenhum aí foi que eu me afundei no crack, entendeu? [...] essa droga ela causa um efeito de medo sabe e você usa e se você vê assim uma pessoa que ele terminou de usar o crack ele fica com medo, é tanto que ele fica muito assustado. Aquilo ali é o efeito da droga que causa nele que alguém vai pegar ele, sabe? Então hoje me dá uma coisa ruim quando eu lembro do jeito que eu ficava sabe? Eu ficava dentro de casa, eu fechava a porta, eu ia na porta e abria, ficava olhando, pra mim alguém ia invadir a minha casa e isso tudo me causa sabe...não é bom lembrar disso [...] (Mônica)

Em ambos os casos apresentados pelas interlocutoras da pesquisa, observa-se que a droga é a mesma, o crack, e os motivos para o uso e as razões dos atos praticados são correlatos visto que estão envoltas em um mesmo padrão de uso. No entanto, como enfatiza Espinheira (2004, p.24), os efeitos das drogas podem ser quimicamente parecidos, mas são culturalmente diferentes, o que equivale dizer, socialmente diferenciados porque as ações que deles resultam não têm o mesmo significado e, assim sendo, são também quimicamente outros.

Para Nery Filho *et al* (2013), os usuários de crack passaram um certo período invisíveis e sem interesse para a mídia, sem merecer a atenção desse extraordinário poder que é a comunicação de massa. Para os autores, é a mídia que transforma o banal em exótico segundo complexos interesses e mecanismos e foi isso o que ocorreu com o crack.

Em um dado momento, a partir dos primeiros relatos de usos de crack nas capitais brasileiras, o crack passou a ser responsabilizado, por grandes empresas de comunicação, pelas misérias do país, pela violência e mortes, em lugar de indicar a ausência de programas sociais efetivos, respeito à Lei, restauração da dignidade dos professores e escolas, etc. Isto acabará por se transformar em uma “verdade construída”. O usuário de crack estava por aí até se tornar interesse da mídia, de políticos, de governos desinformados, de famílias menos informadas ainda. O banal invisível se torna excepcional e útil a vários interesses. (NERY FILHO ET AL, 2013, p. 34).

Nas falas das entrevistadas é marcante essa percepção de que o crack é a “pedra da morte” e seus efeitos arrasadores marcam profundamente a vivência dessas mulheres.

[...] Hoje eu vejo assim o usuário de droga como na época aqueles doente como na época de Jesus não tinha os leproso? Hoje a gente define os usuários de crack, especialmente de crack né, a cocaína eu acho que ainda dá pra pessoa se identificar mas o crack ele destrói de uma forma tão grande que eu só tive perdas [...] (Mônica)

[...] A maioria das pessoas que eu conheci e que eu conheço tem muitos que já ficaram doentes por causa da droga e tem muitos que já morreram por causa da droga [...] (Andréa)

Para Nery Filho *et al* (2013), apesar de ser possível a morte física de pessoas usuárias de crack em decorrência dos malefícios da substância, os

usuários de crack, em geral, já estão socialmente mortos, estão vivos mas invisíveis, constituindo uma nova categoria social, insuportável para muitos, em particular a governantes em época de conferências internacionais ou quando resolvem “limpar” as cidades.

Do ponto de vista subjetivo, os usuários de crack pensam, amam, roubam (alguns), transam, adoecem e morrem, mas nos termos dos autores, com esses usuários existe também a morte simbólica, eles estão completamente fora do circuito do consumo, da beleza, da moda e sem possibilidades de mudança na “escala social”. Uma das entrevistadas relata esse sentimento de exclusão social, de “não fazer parte”.

[...] Minha vida hoje não é uma vida normal como era pra ser, igual a das outras né...viver no meio da sociedade trabalhando honestamente minha vida é diferente das outras. Eu sofro preconceito por eu não ter as amizades que as outras que não usam tem. É isolado do meio daquelas pessoas não é no meio do movimento das pessoa você se sente excluído. As pessoas na rua discriminam quem usa droga mas eu não me sinto rejeitada nem discriminada não porque até então eu não vivo às custas de nenhum mas é porque a gente não pode viver no meio da sociedade deles, isso faz falta [...] (Val)

Na fala de Val percebemos uma marca sinalizando seu sentimento de não pertencimento, de exclusão do círculo social dos “não usuários”, ao mesmo tempo, sua fala demonstra resistência, como que tentando camuflar a tristeza quando fala de forma desdenhosa que “não vive às custas de ninguém”.

Uma postura de enfrentamento, mas que não mascara o sentimento de rejeição que se percebe na fala. Aliado a isso, veremos que às mulheres incide também um sentimento de vergonha por estarem “quebrando” as regras sociais impostas a elas, como discutirei no próximo item.

4.2 SER MULHER, SER USUÁRIA DE CRACK: A FUGA DOS PADRÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Como já introduzido acima, às mulheres usuárias de crack pesa, além de todo um contexto social discriminante, opressivo, violento, o sentimento de vergonha por estar fugindo do padrão social estabelecido a elas, coisa que, via de regra, não ocorre ao homem. Na fala de Eliane esse sentimento fica bastante evidente.

[...] É bom (usar crack), mas só na hora..depois é “mó paia”. Dá vergonha, “mó paia”. Dá vergonha de usar, tu é doida, dá vergonha. Imagine um exemplo: eu tô fumando aqui mais tu, aí eu saio pro mei da rua, ô vergonha

tu é doida. Ahhh vergonha. As pessoas olham pra nós: essa ai tá drogada. Quando é o homem que tá usando ele não tá nem aí. Eu como sou mulher, um exemplo, eu tô aqui fumando mais tu aí eu saio pro mei da rua o pessoal fica com os “olhão”. Os home não, os home fuma até no mei da rua e nós não, eu tenho vergonha, eu morro de vergonha [...] (Eliane)

É interessante essa distinção feita por Eliane em relação ao uso por homens e por mulheres, pois trás bastante forte uma marca de gênero. É inegável que na sociedade machista e patriarcal em que vivemos, as mulheres estão submetidas de forma bastante intensa aos ditames sociais que as moldam – que as fazem mulher – e, no caso das mulheres usuárias de crack, a quebra a tais regras causa um sentimento de vergonha e traz de forma bastante forte o estigma⁷² da drogada.

[...] Você se envolver com essa droga é só perda, só perda. Eu sofria preconceito, todo mundo me via com outros olhos. Lá se vem a drogada [...] (Mônica)

Ser apontadas como drogada/droqueira ou crakeira como também são chamadas, é uma marca que acompanha essas mulheres e que se apresenta cheia de conotações negativas e estigmatizantes. Velho (2008) estabelece que na sociedade brasileira contemporânea a categoria de drogado é tida como uma acusação moral e médica que tem sido feita, predominantemente, a indivíduos jovens, diz o autor:

(...) drogado é uma acusação moral e médica que assume explicitamente uma dimensão política, sendo, portanto, também uma acusação totalizadora...acusações que contaminam toda a vida dos indivíduos acusados, estigmatizando-os de forma, talvez, definitiva. (VELHO, 2008, P. 63).

Essa acusação paira de forma marcante nas vivências das mulheres usuárias de crack e faz com que, em alguns casos, elas busquem fazer uso “fora das vistas” da comunidade.

[...] Eu não uso droga na rua. Deus o livre de eu usar na rua, tá doida, eu uso na casa de uma colega minha. Quando eu quero curtir eu vou pra lá. Só eu e a dona da casa e os menino dela mas os menino dela não fumam não [...] (Eliane)

⁷²Erving Goffman ao estudar o estigma diz que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas...Baseando-nos nessas concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso”. O autor menciona ainda três tipos de estigma nitidamente diferentes: Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1988, p. 14).

[...] Eu uso aqui em casa mesmo, lá no quarto, não gosto de ir pra rua. Até porque não é uma coisa direto. É nos finais de semana só, raridade. Eu uso sozinha, não gosto de “enxame” não..às vezes que vem umas amigas aqui [...]. (Nete)

Hoje em grandes centros urbanos se fala sobre o advento das cracolândias, espaços públicos em que os usuários de drogas, notadamente o crack se juntam para comprar, consumir e trocar objetos, bebidas, drogas, etc. No caso das mulheres abordadas nessa pesquisa, esse espaço não apareceu como de uso das mesmas. Uma interlocutora porém, relatou que faz uso de crack nos cabarés, o que demonstra também a necessidade de um espaço privado para realização do consumo da droga. ‘[...] Eu não uso dentro de casa não até porque minha família não aceita e eu tenho minhas duas filhas eu respeito muito. Eu uso minhas drogas dentro dos cabaré [...]’.

Já no relato seguinte, de Andrea, é expresso que não importa o local, dentro de casa ou na rua, o que importa é o uso do crack: [...] Eu usava em casa, na rua, em todo canto que desse pra mim usar eu tava usando, não tinha essa não [...].

É sabido a partir de outros estudos sobre o uso de crack por mulheres que, na maioria dos casos, esse uso é realizado na rua, fora do ambiente familiar, quando este não está rompido. É de se esperar que, de modo geral, as mulheres não tenham a preocupação com o local de uso, se estão sendo vistas ou não, se estão sofrendo a reprovação social ou não. No entanto, entre as mulheres entrevistadas, apenas Andréa fez referência ao uso na rua, as demais estabeleceram a necessidade de um espaço privado, mesmo que, no caso de Val, esse espaço fosse o cabaré.

Não é fácil para as mulheres a desvinculação do perfil traçado hegemonicamente para elas e são muitas as acusações lançadas às mulheres que usam crack: elas não cuidam dos filhos, são negligentes, não respeitam normas e ditames sociais e estão distantes do ideal feminino da beleza, da delicadeza, do cuidado da casa, do homem, do amor materno nato. Vejamos o que diz uma das entrevistadas: ‘[...] Quando eu tô bebendo eu não tô nem ai pro mundo, tô nem ai pros meus fi. Eu nem me lembro [...]’. (Eliane)

Essas mulheres usuárias de crack acabam por fugir do papel de “boa mãe” a qual as meninas, desde a infância, são treinadas a exercer. Esse padrão da “mãe perfeita” parece algo natural e nato, mas, na verdade, é uma construção histórica que tomou conta do imaginário social e impõem às mulheres a obrigação

de ser uma mãe amorosa, cuidadora, abnegada e disposta a satisfazer todas as necessidades dos filhos, mesmo que estas sejam opostas as suas.

[...] Ao todo eu tive cinco filho..mas eu só crio três..eu não, minha mãe que cria três. Os outros eu dei, na maternidade mesmo porque eu não tinha paciência de balançar mais não..tinha paciência não..eu não ia deixar de beber e curtir pra ficar com menino não..mas é tudo de um pai só [...] (Eliane)

[...] Tenho 09 filhos mas só duas estão comigo. Os outros eu dei, eu tenho contato com eles pra saber como é que tá como é que não tá. Quando eu tive os filho eu preferi dar porque eu não tenho condição de criar né ai acontece deu engravidar é melhor dar pra uma pessoa que tenha condições do que ficar comigo pra sofrer. As duas que ficaram comigo tem tudo que elas precisam. Elas moram aqui, é minha mãe que cria todas duas, ela sustenta todas duas. Uma de dez e uma de três anos [...] (Val)

[...] Eu tive meu filho com 16 anos e já usava droga. E assim também, o respeito maior que eu perdi que eu acho não foi nem o meu foi o do meu filho sabe e pra eu resgatar isso de volta foi dolorido [...] (Mônica)

Nas falas acima é possível perceber que, apesar de se identificarem como mães, o cuidado aos filhos não é exercido propriamente pelas entrevistadas, aparece nas falas as figuras da avó e da tia que são de fato responsáveis pelos filhos que permaneceram e, são elas as provedoras do sustento sendo nominadas pelas crianças como mães.

O uso do crack por essas mulheres é tido socialmente como o fator responsável pela ruptura dos laços sociais acarretando uma forte quebra do paradigma padrão da boa mãe, esposa e filha.

É nesse sentido que de acordo com Saffioti (1999), a construção da maternidade, apontada hegemonicamente como a principal função feminina, o amor materno nato, utilizado como uma das formas de manutenção da ordem patriarcal de gênero, na qual as mulheres são subjugadas concreta e simbolicamente pela hegemonia das masculinidades (branca, rica e heterossexual) sofre golpes profundos.

É sabido que a construção social da “boa mãe” que temos hoje é produto histórico tendo início, de acordo com Forna (1999) em 1762, a partir da publicação do livro *Émile ou De L'Éducation*, por Jean Jacques Rousseau. No romance pedagógico Rousseau criticava as mães que enviavam os filhos para as amas-de-leite, o que era bastante comum naquela época. Rousseau recomendava, enfaticamente, que as próprias mães amamentassem e criassem seus filhos e as recriminava por darem preferência a outros interesses.

É a partir desse romance que, segundo Badinter (1985) o amor materno passa a ser obrigatório e a maternidade passa a ser tida como algo natural e instintivo. Forna (1999), apoiada em estudos antropológicos e sociológicos, se posiciona de forma contrária a ideia de que a maternidade só comporta o amor irrestrito, ao contrário, a maternidade é uma construção social e cultural que decide não só como criar os filhos, mas também, quem é responsável por eles. Lucila Scavoni também aborda esse aspecto trazendo um rápido resgate em relação aos estudos feministas sobre a maternidade:

Passando em um primeiro momento a ser reconhecida como um *handicap* (defeito natural) que confinaria as mulheres em uma bio-classe, a maternidade passa em um segundo momento a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam. Em um terceiro momento, ocorre a “desconstrução do *handicap* natural” mostrando que não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social a maternidade. (SCAVONI, 2001, p. 139, 140, 141).

No entanto, é ainda muito forte socialmente a figura da “boa mãe” o que transforma as mulheres que fogem a esse perfil, em mães “desnaturadas”, irresponsáveis, inconsequentes. Apesar de serem socialmente tachadas como “más mães”, as mulheres aqui entrevistadas, sentem também o peso social da maternidade e, acabam por afirmar amor aos filhos, “como toda mãe deve ter”. Vejamos a fala de Val:

[...] Eu tenho nove filho com esse (aponta para a barriga), mas só é duas fêmea e o resto é tudo macho mas as minhas duas filha fêmea Ave Maria eu amo muito. São tudo o que eu tenho na minha vida. Eu tô grávida de cinco meses mas eu não tô usando crack agora não...desse aqui eu parei. Esse eu vou dar também, já tenho uma pessoa pra dá [...] (Val)

Importante perceber que as mulheres sofrem todo tipo de preconceito por não exercerem a maternidade “da forma que deve ser”, mas não se percebe a mesma cobrança social em relação aos homens. Na verdade, em nenhum dos domicílios visitados foi observado a presença de homens e, nos depoimentos colhidos foi percebido que as mulheres são solteiras, ou viúvas. Val, por exemplo, teve oito filhos e está grávida do nono, e me pergunto quem foram os homens que a engravidaram? Que tipo de responsabilidade eles tem? Recebem a condenação social que certamente Val sofre? Sabemos que para o homem a situação é completamente outra, o cuidado aos filhos é coisa de mulher e o homem, via de regra, não exerce esse tipo de papel⁷³.

⁷³A cartilha “Pai Presente e Certidões” publicada em 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça traz dados do censo escolar de 2011 que aponta que no Brasil 5.494.267 alunos não possuem o nome do pai no registro de nascimento. No Ceará eram 297.663 alunos nessa condição naquele período.

Além de não haver a figura paterna para os filhos das mulheres entrevistadas, elas mesmas parecem não possuir esse tipo de vínculo. De todas as entrevistadas, apenas Val fez menção a existência do pai, mas percebe-se que o mesmo não faz parte de sua vida familiar. Pelo que foi colhido na entrevista, o pai de Val possui outra família (a legítima) e, portanto, não parece ser responsável pelos filhos tidos fora do casamento aparecendo como alguém que ajuda por bondade e não por obrigação paterna. Vejamos o relato:

[...] Meu pai é vivo ainda ele mora em Messejana. Meu pai é supervisor da SEFAZ ainda é difícil mas de vez enquanto ele dá alguma coisa pra minha mãe. Ele se afastou ele tentou me ajudar uma vez quando eu fui presa e ele botou um advogado e o advogado me tirou [...] (Val)

É a partir dessa percepção que Scavoni (2001) aponta que a crítica feminista contribuiu para o questionamento mais profundo, sob a ótica de gênero, sobre o “lugar da mãe” em relação ao “lugar do pai” na família e na sociedade. Com isso os estudos feministas tomaram uma nova direção, utilizando tanto os conceitos de relações sociais de sexo, como de gênero.

De acordo com a autora, as pesquisas e reflexões do período mais recente centram-se nas questões mais específicas dos usos das tecnologias reprodutivas e suas consequências à saúde das mulheres.

Para além desse aspecto, percebe-se que as mulheres entrevistadas, mesmo não exercendo a maternidade como as regras sociais determinam e, por vezes, repassando a responsabilidade de cuidado aos filhos a outras pessoas, apresentam um discurso de preocupação de que os filhos, guiados por seu exemplo, também façam uso de drogas, como podemos perceber nas falas abaixo:

[...] se eu souber que um deles tá usando (crack)... Eu tenho um filho de 14 anos e uma filha se eu souber que eles tão usando, sem mentira nenhuma eu sou capaz de dar uma pisa neles, eu vou presa mas não quero. Eles não são nem besta de usar nada..Deus me perdoe..não é nem besta [...] (Eliane)

[...] Eles (os filhos) sabem que eu uso (crack)...eles sabem mas eu sempre aconselho. Eles não usam não..não gostam não [...] (Nete)

[...] meu filho também foi usuário de droga porque ele via né, porque ele viu ele procurou fazer a mesma coisa né. Mas graças a Deus ele não chegou ao consumo do crack ele só fumou maconha...eu não tinha argumento com ele, por eu ser uma dependente, eu não me sentia no direito de falar alguma coisa pra ele, como é que ele ia me atender se ele ia dizer: o que a senhora quer falar comigo se a senhora usa né, então eu ficava sem argumento pra ele [...] (Mônica)

Apesar de todas as contradições nessa relação entre mães e filhos, são eles apontados por uma das entrevistadas como responsáveis pelo abandono do uso de crack como podemos constatar na fala a seguir.

[...] Eu parei (de usar crack) foi por conta do meu filho porque muitas vezes o meu filho chegava pra mim pedindo alguma coisa pra comer, dinheiro pra jogar um vídeo-game, comprar uma roupa e eu não tinha dinheiro né. O dinheiro que eu ganhava era só pra droga, só me lembrava da droga, não me lembrava do meu filho. Ai me bateu a depressão aquele choro, aquele desespero e por mim mesmo eu deixei. Eu nunca fiz tratamento em lugar nenhum. Eu parei sozinha [...] (Andréa)

Para além da questão do amor aos filhos, outra situação presente na vida de todas as entrevistadas é a prostituição. Todas as mulheres alegaram ser prostitutas ou ter feito uso da prostituição tanto para acessar o crack como para ter meios de sustento dos filhos.

[...] quanto eu tô afim de fumar eu dou o 'tabaco' ali e pronto..pode dizer assim mesmo?? Risos [...] através do crack, e do pó, da cocaína, eu arranjo dinheiro pros meus filho. Porque quando eu não quero fumar eu vou "dar uma" ali e ganho dinheiro e dou pros meus "pivete" [...] (Eliane)

[...] Pra conseguir droga eu cheguei a me prostituir, roubar eu roubava dentro da casa da minha mãe, nunca pratiquei roubo fora não [...] (Mônica)

Nesse ponto as mulheres aqui entrevistadas aliam o uso de crack à prostituição, tida como uma fraqueza moral; uma vez que a prostituição é uma prática condenada socialmente. Silva (2000) aponta que entre os anos de 1920 a 1960 os estudos sobre prostituição feminina apresentavam a prostituta como disseminadora não só de doenças sexualmente transmissíveis, mas, também do "vício das drogas". A prostituição era tida como parte integrante do caráter "desse tipo de mulher".

A autora deixa claro que o discurso médico-sanitário do início do século XX era produzido pelo olhar masculino, tanto do que se esperava da figura feminina, como sobre a prostituição da mulher. Na atualidade esse discurso ainda faz parte do imaginário social sendo o tema tratado, via de regra, sob um manto de preconceito e culpabilização da mulher.

A prostituição nunca foi aceita socialmente, mas é sempre tolerada. "Inicialmente tida como 'anormalidade', 'vício', mas considerada um 'mal necessário' porque, apesar de indecorosa, protegia as mulheres 'honestas' e a família dos instintos sexuais masculinos incontidos". (SILVA, 2000, p. 09).

Em estudos desenvolvidos a partir da década de 1970 por membros vinculados à Igreja ou pastorais as explicações para as causas da prostituição estavam vinculadas a pobreza, maus tratos e abuso sexual em casa, falta de preparo para conseguir trabalho, dependência de drogas e álcool. Silva (2000) estabelece existir a tentativa de resgatar a dignidade dessas "madalenas" para que troquem a prostituição por um trabalho "honesto".

Nas falas de duas entrevistadas é perceptível a carga moral e preconceituosa que se estabelece em relação à prostituição. Andréa diz saber que sua vida é errada por “fazer programas”. Já Val, expressa essa questão sobre o mesmo ângulo: ‘[...] Só deu não ter um trabalho, não trabalhar, viver na vida, não ter um emprego não poder dá o que poderia dá pras minhas duas filha [...]’.

Nas falas percebe-se também certo tom de vitimização da mulher em relação à prostituição como não sendo inteiramente responsável por esse ato, sendo a prostituição sua única opção. Ao mesmo tempo, Val não considera a prostituição como trabalho ao passo que, mesmo dizendo que é prostituta, alega não ter um trabalho.

Talvez o que Val queira expressar é que ela não possui um trabalho qualificado socialmente, reconhecido como um “trabalho de verdade” e sim um trabalho sustentado por um discurso moralista e preconceituoso que enfrenta fortes reações de setores tradicionais. O “trabalho que dignifica o homem⁷⁴” não pode ser aquele realizado por mulheres “de vida fácil” e, portanto, é inaceitável para as “pessoas de bem” tê-las como trabalhadoras.

Trabalho, conforme Lukács (2013) é a categoria fundante do mundo dos homens, uma atividade criadora teleologicamente orientada, de transformação da natureza e dos próprios homens. O trabalho produz o conteúdo material da riqueza de qualquer formação social, seja ela qual for.

Nesse sentido, de fato, a atividade do sexo por dinheiro, não pode ser considerada trabalho, a partir do que nos coloca Lukács. No entanto, para Val a prostituição não é trabalho por uma visão moral e preconceituosa que a atividade suporta.

Para uma das entrevistadas, no entanto, a prostituição é tida como uma possibilidade a mais da mulher conseguir dinheiro, ela não parece ver problemas na atividade, ao contrário demonstra certa satisfação em relatar que é prostituta.

[...] Se a pessoa não tiver dinheiro vai “trepá” atrás de dinheiro porque quanto mais a pessoa “trepá” e “fode”, se tiver dinheiro, é uma forma de eu conseguir dinheiro pra curtir [...] (Eliane)

Contrária a essa posição, Andrea reflete em sua fala o desejo de parar de fazer “programas”, no entanto, não encontra meios de inserção no mercado de trabalho como é apontado pela sua fala abaixo.

⁷⁴Benjamin Franklin (1706 – 1790), ex-presidente dos Estados Unidos da América.

[...] A única coisa que eu queria mesmo sair total agora era dessa vida de fazer programa mas até agora não teve como porque emprego é difícil. Eu passei seis meses sem fazer programa atrás de trabalho e tudo mas não consegui nenhum emprego você me acredita? É muito difícil [...] (Andréa)

O que se apresenta mediante as determinações econômicas do modo de produção capitalista, é que essas populações dificilmente encontrarão lugar no mundo do trabalho que não seja aquele lugar da marginalidade, da exploração e desqualificação tão latentes a populações “socialmente indesejáveis” como os usuários de crack.

Para Carvalho (2001), nos percursos seletivos de inserção do Brasil à nova ordem do capital, uma parte significativa da população brasileira não tem um lugar social, uma posição social reconhecida e valorizada.

Concretamente, significa estar privado de formas e tipos de trabalho onde o trabalhador possa afirmar sua identidade como cidadão, viabilizando seu acesso a bens e serviços sociais, dentro de um padrão de vida digno, que propicie sua efetiva inserção na vida social. Logo, no limite, é uma exclusão social que significa não ter acesso aos mais elementares bens, serviços e redes sócio-relacionais, ficando imerso na precariedade de vida que não permite a realização humana. (CARVALHO, 2001, p.15).

Essa condição parece ser bastante apropriada a esse grupo de pessoas aqui estudadas, no entanto, no caso de Andréa, já foi relatado que a mesma não faz mais uso de crack, não podendo ser o crack responsabilizado pela não inclusão dessa mulher no mercado de trabalho formal.

Talvez ela faça parte de uma parcela da população que se enquadra no conceito de José Luís Nun⁷⁵ como *massa marginal*⁷⁶. Ou ainda possa ser tida como *desfiliada* nos termos de Robert Castel. Para além da questão conceitual, o que se tem é uma classe de pessoas que usando ou não o crack, encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho e são levadas a exercer atividades tidas socialmente como subalternas.

⁷⁵José Luís Nun (1969) foi importante expoente do pensamento histórico-estrutural nos estudos sobre marginalidade e pioneiro ao tratar o tema como um conceito relativo ao lugar ocupado por determinados grupos sociais na esfera produtiva. Em uma perspectiva crítica de recorte marxista, Nun denunciou a formação de uma “subclasse” dentro do proletariado latino-americano composta pelo exército industrial de reserva, população excedente de trabalhadores à disposição do capitalismo, com possibilidade de incorporação ao processo produtivo e pela superpopulação relativa, constituída pela população que excede os limites da incorporação do sistema produtivo. Os meios de produção, e não os meios de subsistência, são os que fazem os trabalhadores ingressar na categoria de superpopulação. Nun sublinhou, ainda, a existência de um contingente populacional que não interessava ao mercado, constituindo-se na parte afuncional ou disfuncional do exército industrial de reserva. (ALVES E ESCOREL, 2012).

⁷⁶Massa marginal assume uma relevância cada vez maior na sociedade atual, dado o nível de superfluidade de trabalhadores que, em condições de pobreza ou miséria absoluta, não logram chance alguma de (re)inserção no mercado de trabalho e, por conta disto, não exercem nenhuma pressão sobre o movimento de expansão do capital.

Não pretendo aqui retirar das mulheres a responsabilidade por suas escolhas de vida e nem tão pouco vitimizá-las reduzindo a questão a aspectos rasteiros. O que pretendo problematizar é a totalidade da situação apresentada não podendo ser minimizada a determinação social que permeia suas vivências.

A prostituição é meio de vida, meio de acesso a instâncias de prazer, curtidão, diversão e consumo. A prostituição é sustento de si e da família, é letra escarlate na vida dessas mulheres e aliar tal atividade ao uso do crack é ampliar uma situação já bastante complexa. No próximo item do capítulo busco perceber o que as interlocutoras esperam do futuro, com o que sonham, como se percebem como mulheres.

4.3 “COMO SERÁ O AMANHÃ? RESPONDA QUEM SOUBER”

Pensar no amanhã, em fazer planos, algo que nos parece tão próprio do ser humano perde um pouco da perspectiva quando apontado pelas mulheres que entrevistei. De início esse ponto não aparece como objetivo de análise, mas, percebo que a compreensão das marcas deixadas pelo uso do crack nas vivências das entrevistadas abre espaço para se pensar no quanto tais marcas interferem em seus planos de futuro.

Entre aquelas que dizem já ter abandonado o uso do crack, essa questão aparece como central em suas vidas, uma guinada, um recomeço, a reconquista da família e da possibilidade de estar socialmente incluída no mercado de consumo. Vejamos a fala de Andrea:

[...] Minha vida agora tá diferente, eu tenho o amor do meu filho, ele tem mais confiança em mim, tudo que ele me pede eu já dou porque eu tenho dinheiro pra comprar, ai já é totalmente diferente, o que eu quero eu tenho dinheiro pra comprar como antigamente eu não tinha roupa boa, não tinha calçado bom, não tinha uma boa alimentação né. Meu filho chegava pra mim pedindo uma roupa eu já não dava porque eu não tinha dinheiro. Hoje já é totalmente diferente, eu já tenho dinheiro pra fazer tudo isso [...]
(Andrea)

Aquelas que conseguiram parar o uso hoje comemoram, se dizem libertas, relatam uma vida completamente diferente. Mônica traz esse aspecto em sua fala:

[...] ter uma vida assim vigiada é muito ruim também né ai eu disse não, eu vou ter que parar ai eu tive consciência, graças a Deus, Deus colocou no meu coração e hoje eu sou uma mulher liberta né, mas sofri muito com o crack. Hoje eu sou uma mulher livre graças a Deus [...] (Mônica)

No entanto, esses casos como os ditos acima não são regra, a maioria das mulheres usuárias do crack não conseguem abandonar o uso, apesar de expressar em suas falas uma necessidade de mudança de vida. Esse discurso não se alia com a prática de vida dessas mulheres e é importante compreender essas facetas. Val, por exemplo, fala que “se pudesse mudar algo, mudaria tudo, tudo, uma volta por cima”.

Penso que esse discurso está mais ligado ao que socialmente se espera delas, do que propriamente seus desejos. Quando Val diz que deseja mudar tudo, dar a volta por cima, o discurso me parece pouco sincero. Penso que Val fala o que acha que eu e a sociedade como um todo deseja ouvir.

Eliane, ao ser confrontada com o mesmo questionamento, diz de forma bastante enfática que para ela não deseja mais nada, como se já se percebesse acabada, sem escolha.

[...] Se eu pudesse mudar a minha vida..o que eu mudava?...pra mim não..pra mim eu não queria nada..só pros meus filho e pra minha mãe...pra mim eu não queria nada...eu não tô nem ai pra mim..eu não queria nada..só pros meus “pivete” e pra minha mãe. Eu não queria não..não vou mentir. Eu queria ter era dinheiro pra minha mãe não precisar trabalhar..não vou mentir..eu acho tão ruim quando meu filho vem pra cá e fica pedindo um real a um..um real a outro....acho tão ruim..tu é doido é horrível...(choro) [...]
(Eliane)

O choro de Eliane surgiu ao falar da mãe e dos filhos, ao dizer que são para eles seus desejos de futuro. É muito contraditória a fala dessa mulher quando expressa em determinado momento que “não tá nem ai pra ninguém” e, logo após chora ao falar da mãe e dos filhos. Eliane expressa um sentimento de humilhação e tristeza por ver os filhos mendigando na rua e, essa imagem também me tocou profundamente. Em outro trecho da fala Eliane segue seu discurso:

[...] eu pra mim não quero nada. Tanto faz eu tá nua como vestida pra mim não tô nem ai não..quero saber é deles ..pra não ficar pedindo dinheiro pelo mei da rua que eu morro de vergonha e nem roubar porque se eu pegar qualquer um dos meus filho roubando se o pessoal não matar, se a população não matar eu mato eles de uma pisa.. eu não quero isso pra eles não [...]
(Eliane)

Para essa mulher, apesar de todas as dificuldades e tribulações sofridas, apesar do uso do crack, da prostituição, da violência, da pobreza, seu pensamento é impedir que os filhos reproduzam tal situação e sigam refazendo seus passos. Talvez por essas questões colocadas seja tão importante compreender o mundo de vida dessas mulheres e não são poucas as marcas deixadas pelo uso do crack em suas vidas, mas não só por ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as trajetórias de vida de mulheres usuárias do crack e as marcas deixadas em suas vivências a partir desse uso significou um longo percurso de descobertas e reflexões sobre um mundo de vida cercado de preconceitos, achismos, teorias fundadas em normas morais e médicas que colocam o usuário do crack completamente à margem da sociedade “limpa, saudável e ordeira”. Todos os insumos teóricos e empíricos estocados ao longo do estudo me possibilitaram compreender de modo mais abrangente a questão do uso do crack e a abordagem aos usuários.

No Brasil, apesar de todas as conquistas sociais elencadas a partir da Constituição de 1988, ainda se percebe a manutenção de velhas condutas e o adensamento das desigualdades que colocam em patamar de inferioridade o pobre, o negro, a mulher, o homossexual e, entre essas populações marginalizadas se enquadram também os usuários de drogas ilícitas, notadamente o crack.

Conforme exposto anteriormente, o crack é uma droga de uso relativamente recente, mas seu apelo social e midiático atinge altas proporções. Quando utilizado por mulheres o clamor social é ainda maior levando-se em consideração as relações familiares “desestruturadas”, filhos entregues a adoção ou vítimas de maus tratos, relação com a prostituição, participação em delitos e tráfico de drogas.

Tudo isso aliado a atmosfera de demonização do crack tido como a “pedra da morte” o que leva a estabelecer uma ligação dita natural entre crack, violência e morte. Essa perspectiva acaba por gerar uma abordagem centrada na droga e não no usuário, como se todos fossem iguais, estivessem no mesmo ambiente de uso e realizassem esse uso da mesma maneira e com a mesma intensidade.

Com base no entendimento de que o uso de drogas é um fenômeno que interliga aspectos biológicos, psíquicos e sociais, fica claro que não se pode encará-lo apenas sob uma dessas perspectivas. Além disso, procurei mostrar que para o gênero feminino o uso do crack toma proporções ainda mais amplas tendo em vista todo o peso social posto a mulher e do qual, ela não consegue se desvincular facilmente.

Algo que foi percebido através das entrevistas e que tem importância central nos achados é a questão da vergonha em usar crack, algo pouco notado e compreendido, pois a imagem que se tem é que, no geral, o usuário do crack não se importa com padrões sociais. As mulheres entrevistadas nesta pesquisa, no entanto, desfazem essa perspectiva e mostram o quanto esse uso as envergonha, o quanto é forte o olhar e a reprovação do outro.

Outra questão importante diz relação ao local de uso do crack. É comum a percepção de que as mulheres que usam crack estão no espaço da rua, em espaços públicos. A fala das mulheres entrevistadas revela que muitas fazem uso do crack dentro de suas casas, inclusive na presença dos filhos. Também foi indicado o uso dentro do espaço do cabaré o que expressa também a necessidade da proteção do ambiente privado.

É de se esperar que para a efetivação do uso do crack as mulheres recorram a qualquer lugar, sendo inúmeros os relatos de mulheres que fazem uso dessa substância em locais públicos conhecidos como Cracolândias. Entre as mulheres aqui estudadas essa constatação não se efetivou.

Ao contrário, observou-se a necessidade que essas mulheres apresentam de estar “escondidas”, preservadas, algo que foi pontuado de forma importante nos depoimentos. Talvez essa necessidade de proteção do ambiente privado expresse uma importante marca do “ser mulher” que ainda se encontra arraigado no íntimo dessas mulheres, um comportamento, uma determinação social que enfrenta o desejo de consumo, de prazer, de liberdade. Elas, por maior que sejam suas transgressões, ainda estão presas ao molde social do feminino e se envergonham quando não conseguem seguir o padrão socialmente aceito e esperado.

Algo que apareceu corroborando com estudos anteriores relativos ao tema foi a ligação entre mulheres usuárias do crack e a prostituição. Todas as entrevistadas afirmaram fazer “programas” em troca de dinheiro ou crack. Algumas parecem naturalizar essa situação enquanto outras expressam o desejo de deixar essa atividade, mas dizem não conseguir emprego no mercado formal.

Mesmo confirmando o exercício da prostituição, as mulheres aqui pesquisadas não abordaram a ligação entre a prática da prostituição e a contaminação pelo vírus HIV, algo recorrente em estudos sobre o tema. Para as interlocutoras da pesquisa a contaminação pelo HIV não parecia uma preocupação,

ao contrário, falou-se em relação à gravidez tendo uma das entrevistadas relatado nove gestações a partir do envolvimento com “clientes”.

A maternidade é algo que aparece de forma marcante no discurso das mulheres entrevistadas. Todas elas são mães e relataram seus vínculos com os filhos que via de regra, são cuidados por outra pessoa da família. Apesar disso, as mulheres declaram amor aos filhos, assim como a preocupação em prover bens de consumo e também de que eles reproduzam o uso de drogas e o envolvimento com o crime.

Nesse ponto percebe-se uma contradição entre o amor materno “nato” e o desejo dessas mulheres de viver livremente, sem amarras, sem estarem presas a ditames e regras sociais. Ao mesmo tempo que expressam amor aos filhos, também relatam que “não tem mais paciência” para o cuidado. Nesse processo de amor e rejeição, percebe-se um grande sofrimento, sentimentos de culpa por não conseguirem atingir o ideal de mãe criado e exigido socialmente.

Foi interessante para o estudo que as entrevistadas fossem usuárias do crack, mas também ex-usuárias. A partir daí foi importante observar a diferença física entre elas, a forma de falar, se expressar. As mulheres que ainda fazem uso tinham outra postura, envergonhadas, com marcas corporais bem evidentes do uso do crack e tais marcas contribuem fortemente para a estigmatização por ser drogada/craqueira.

Por fim, as mulheres falam da perspectiva de futuro e demonstram o quanto tais perspectivas são frágeis. As que ainda fazem uso do crack expressam o desejo de parar o uso, mas não se percebe uma busca real por isso. As que já “se libertaram” comemoram e relatam vida nova, reproduzindo mais uma vez a ideia de que era o crack o responsável por suas perdas. Ao abandonar completamente o uso, relatam que suas vidas tomaram outro rumo.

Uma das entrevistadas, no entanto, relatou fazer uso do crack de forma controlada e conseguir levar uma vida “normal”. Esse relato vem novamente estabelecer a perspectiva de que não é o crack o responsável pela degradação física, econômica e social dos usuários e sim a forma como esses usuários se relacionam com a droga, gerando padrões de consumo compulsivos e, por isso, nefastos.

Quanto a tratamentos e atendimentos de saúde, as entrevistadas relataram já terem estado em comunidades terapêuticas de viés religioso. Não

expressaram comentários quanto a eficácia ou não desse tipo de tratamento, mas relataram recaídas e fracasso na tentativa de abandono do consumo do crack.

É inegável que a abordagem a usuários do crack necessita estar centrada em um atendimento que visse a cidadania e a autonomia do indivíduo. No caso desse usuário ser uma mulher, tal abordagem precisa levar em consideração fatores relacionados a sua condição feminina, não somente fatores biológicos como psicológicos e sociais.

Vivemos atualmente em uma sociedade dominada pelo consumo com a violência e o ódio instalados nos diferentes campos e não podemos nos furtar de trazer recortes de uma realidade que sofre de forma ainda mais intensa pela exclusão, preconceito e marginalidade.

Assim, mudanças tanto no âmbito legal e jurídico como nas formas de abordagem e tratamento a usuários do crack são urgentes e imprescindíveis. Tais mudanças precisam estar centradas nos indivíduos e suas necessidades e não na droga. Os componentes sociais e de saúde também precisam estar fortemente interligados em ações que minimizem a necessidade da atuação repressiva e policial.

Finalizo essas considerações apresentando o pensamento encantador de Hanna Arendt que nos acolhe e nos mostra que há esperança, mesmo diante de “tempos sombrios” algo que “não constitui uma raridade na história”:

[...] mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na terra. (ARENDR, 1987, p. 07).

Destaco, por fim, que o tema aqui abordado não se esgota. Espero contribuir para a compreensão acerca do contexto social vivenciado pelas mulheres usuárias do crack e estimular novos estudos e pesquisas nessa área, tendo sempre como norte prioritário o direito humano a viver com dignidade e que reafirma: “o direito a ter direitos”.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F *et al.* **Etnografia da cracolândia**: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saude & Transformação Social*, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.4, n.2, p.04-13, 2013.
- ALVES, H.; ESCOREL, S. **Massa marginal na América Latina**: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após a teoria. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 22 [1]: 99-115, 2012.
- ANDRADE, M. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas**. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.
- ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **H. A condição Humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado**: O Mito do Amor Materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAHLS, F. C.; BAHLS, S. C. **Cocaína: origens, passado e presente**. *Revista Interação em Psicologia*. UFPR, 2002.
- BANDEIRA, L. M. **Feminismo**: memória e história. In: SALES, C de M. V *et al.* (orgs). **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. 2.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BARRETO, I. F. **O uso da folha de coca em comunidades tradicionais**: perspectivas em saúde, sociedade e cultura. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.2, abr.-jun. 2013.
- BARROS, R. P de.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEIA, 2001.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEZERRA, L. M. P de S. **Os significados dos discursos e práticas do “voluntariado contemporâneo”**: A experiência da associação Peter Pan. Fortaleza, 2005. 331 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.
- BORIS, G. D. J. B.; CESIDIO, M. de H. **Mulher, corpo e subjetividade**: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, Ministério da Saúde e Coordenação Nacional DST e Aids. **Manual de redução de danos**. Brasília: DF, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: , 2003.

_____. Presidência da República. **Resolução nº 3/GSIPR/CH/CONAD**. Aprovada Política Nacional Sobre Drogas. Brasília: 2004.

_____. **Portaria GM nº 816, de 30 de abril de 2002**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e Outras Drogas, a ser desenvolvido de forma articulada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Saúde dos estados, Distrito Federal e municípios. Brasília, 2002.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: DF, 2009.

_____. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: módulo 1.5 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, 2014.

BRITTO, F. D. E; JACQUES, P. B. **Cenografias e corpografias urbanas**: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. Cadernos PPG-AU/UFBA, Salvador, v. 7, número especial, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLINI, E. A. **A história da maconha no Brasil**. J Brasileiro Psiquiatria, 55(4): 314-317, 2006.

CARLINI, E. A. et al.,. **Drogas psicotrópicas**: o que são e como agem. Revista IMESC, nº 3, 2001.

CARNEIRO, Henrique S. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Outubro, São Paulo, v. 6, p. 115-128, 2002.

CARVALHO, A. M. P de. **O Estado no percurso do Ajuste**: a arquitetura de um desmonte no “Brasil Real” In: Olhares Contemporâneos: cenas do mundo em discussão na Universidade de Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CARVALHO, J. C de. **A emergência da política mundial de drogas**: O Brasil e as primeiras Conferências Internacionais do Ópio. Revista Oficina do Historiador. EDIPUCRS, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário; Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COGGIOLA, O. **O comércio de drogas hoje**. Revista O Olho da História. UFBA, Salvador, 1997.

CORREA, L. C. **Marco legal e institucional sobre substâncias psicoativas no Brasil**: conhecer para cuidar. In: Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua / organizadores: Antônio Nery Filho, Andréa Leite Ribeiro Valério. – Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2010.

CRUZ, V. D. **Vivências de mulheres que consomem crack em Pelotas – RS**. Pelotas: UFPel, 2012.

DUALIBI, L. M. F. B. **Revisão sistemática**: perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil. São Paulo, 2010.

ESCOHOTADO, A. **Álcool e drogas sem distorção**. São Paulo: NEAD – Núcleo de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein, 1996.

ESPINHEIRA, G. **Os tempos e os espaços das drogas**. In: ALMEIDA, A. R.; FERREIRA, O. S.; MACRAE, E.; NERY FILHO, A.; TAVARES, L. A. (organizadores). Drogas, tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo. Salvador: EDUFBA, Cetad/UFBA; 2004.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997.

FERREIRA, P. E. M; MARTINI, R. K: **Cocaína: lendas, história e abuso**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 2001.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos**: Como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1999.

FORTE, F. A. de P. **Racionalidade e legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas**: uma provocação necessária. Estudos Avançados, 2007.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

FRASER, N. **Mapeando a imaginação feminista**: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas. v. 12, n. 3, 2005.

GAARDER, J. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. Tradução de: João Azenha Jr. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. **A política antidrogas brasileira**: velhos dilemas. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, 2008.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEILBORN, M. L. **Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica**. In: ?Y Nosotras Latinoamericanas? Estudos sobre Gênero e Raça. Relatório Eventos, Fundação Memorial da América Latina – MEMORIAL. HOLANDA, Heloisa Buarque de Holanda (Org.), São Paulo: 1992.

HISSA, C. E.; NOGUEIRA, L. **Cidade-Corpo**. In: Revista UFMG, Belo Horizonte, V.20, N.1, P-54-77. Jan./Jun. 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, O. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KARAM, M. L. **A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo**. In: LABATE, B. C. *et. al.* (Org.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

KESSLER, F; PECHANSKY, F. **Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade**. Rev. psiquiatr. RS. 2008.

JACQUES, P. B. **Corpografias urbanas: a memória da cidade no corpo**. In: VELLOSO, M. P.; ROUCHOU, J.; OLIVEIRA, C de (org). Corpo, identidades, memórias e subjetividades. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. **Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade**. In: LIMA, E. F. W. Espaço e teatro: do edifício teatral a cidade como palco. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

JELSMA, M. **O estado atual do debate sobre políticas de drogas: tendências da última década na União Europeia e nas Nações Unidas**. Disponível:http://www.soros.org/sites/default/files/jelsma-current-state-policy-debate-portuguese-20100630_0.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2014.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas, SP: Papius, 2013.

LOURO, G.L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Teoria queer:** uma política pós-identitária para a educação. Rev. Estudos Feministas vol.9, no.2. Florianópolis: 2001.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. **A subcultura da maconha seus valores e rituais entre setores socialmente integrados.** In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (orgs.). Drogas e Pós-modernidade , Rio de Janeiro, Ed.UERJ , 2003.

MASUR, J.; CARLINI-COTRIM, B. **Padrão de uso de drogas psicotrópicas precedendo a internação por dependência.** Rev ABPAPAL; 4(9): 145-150, out./nov. 1987.

MARANGONI, S. R; OLIVEIRA, M. L. F. **Uso de crack por múltipara em vulnerabilidade social:** história de vida. Ciência e Cuidado em Saúde, Jan/Mar; 11(1): 166-172, 2012.

MARTINS, V. L. **A política de descriminalização de drogas em Portugal.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2013.

MATOS, M. I. **História das mulheres e gênero:** usos e perspectivas. In: Olhares Feministas. MELO, H. P de; PISCITELLI, A; MALUF, S. W; PUGA, V. L (org.). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

MENEZES, F. **Faces e demandas da pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

MESQUITA, F. **Políticas públicas de drogas:** a construção de um caminho democrático e humanitário para o Brasil. Disponível em: www.reduc.org.br, acesso em 28.02.2015.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M. C. De S.; SOUZA, E. R. **Violência para todos.** Caderno de Saúde Pública, 1993.

MOTA, A. E. **Redução da pobreza e aumento da desigualdade:** um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E (org). Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NAPPO, S.A.; GALDURÓZ, J. C.; NOTO, A. R. **Uso do “crack” em São Paulo:** fenômeno emergente? Rev. ABP-APAL 1994.

NAPPO, S. A., GALDURÓZ, J.C.,RAYMUNDO, M., CARLINI, E. A. **Changes in cocaine use as viewed by key informants:** a qualitative study carried out in 1994 and 1999 in Sao Paulo, Brazil. Journal of psycho active drugs, 2001.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social**. Temporalis, Brasília, Abepss, Graflin, ano 2, n. 3, 2001.

NERY FILHO, A. *et al.* **Diálogo com Dr. Antônio Nery Filho, George Gusmão Soares, Maria Eugênia Nuñez e Edward Macrae sobre o crack**. "In": MACRAE, E; TAVARES, L. A; NUÑEZ, M.E (orgs). Crack: contextos, padrões e propósitos de usos. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2013.

NONTICURI, A. R. **As vivências de adolescentes e jovens com o crack e suas relações com as políticas sociais protetoras neste contexto**. 2010. Conteúdo eletrônico disponível em <http://ebookbrowse.com/dissertacao-amelia-rodrigues-nonticuri-pdf-d234872589>. Acesso em: 28 nov. 2014.

NOVAES, S. C: **O uso da imagem na antropologia**. "In": ETIENNE, S. O Fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, R. C de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/ Editora da UNESP, 1998.

OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. **Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso**. Revista de Psiquiatria Clínica. São Paulo, 2008.

OSTERNE, M do S. F.; BRASIL, G. M.; e ALMEIDA, R de O. **A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica**. Serviço Social e Sociedade. [online]. 2013, n.113, pp. 152-170.ISSN 0101-6628.

PADUANI, G. F.; BARBOSA, G. A.; MORAIS, J. C. R.; PEREIRA, J. C. P et al. **Consumo de álcool e fumo entre os estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia**. Revista Brasileira de Educação Médica. 2008.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PASSOS, H. E.; SOUZA, T. P. **Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas"**. Psicologia & Sociedade, 23(1), 154-162. 2011.

PEDRO, J. M. **Translating the debate: the usage of gender category in the historical research**. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PRATTA, E. M.; SANTOS, M. A. **O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. v. 25. n. 2. Brasília: abr/jun 2009.

QUINDERÉ, P. H. D. **A experiência do uso de crack e sua interlocução com a clínica: dispositivos para o cuidado integral do usuário**. Tese (doutorado) – associação ampla Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará

e Universidade de Fortaleza, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Doutorado em Saúde Coletiva, Fortaleza, 2013.

RAMIRO, F de S; PADOVANI, R da C; TUCCI, A M. **Consumo de crack a partir das perspectivas de gênero e vulnerabilidade:** uma revisão sobre o fenômeno. Saúde debate [online]. 2014.

RIBEIRO, L. A.; SANCHEZ, Z. M.; NAPPO, S. A. **Estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo de droga.** Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2010.

RISÉRIO, A. **Mulher, casa e cidade.** São Paulo: Editora 34, 2015.

RODRIGUES, D. S. *et al.* **Conhecimentos produzidos acerca do crack:** uma incursão nas dissertações e teses brasileiras. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2012, vol.17, n.5, pp. 1247-1258. ISSN 1413-8123.

RODRIGUES, T. **Política e drogas nas Américas.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

RUI, T.C. **Corpos abjetos:** etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese de Doutorado. Campinas, SP: 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Estatuto Teórico da Violência de Gênero.** In: SANTOS, José V. T. dos (org.). *Violências no Tempo da Globalização.* São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **As formas da pobreza e da dívida social.** Brasília: Momento Nacional, 1999.

SANTOS, S. M de. M. **Direitos, desigualdade e diversidade.** In: BOSCHETTI et al. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, J. S. **Questão Social:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCAVONE, L. **Estudos de gênero:** uma sociologia feminista?.Rev. Estud. Fem. [online].2008.

_____. **A maternidade e o feminismo:** diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu. 2001.

SCOTT, J. **Gênero uma categoria útil para análises históricas.** Recife: SOS Corpo Gênero e Cidadania, 1991.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNET, R. **Carne e pedra:** o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record Editora, 2003.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: DEL PRIORI, M (org). História das mulheres no Brasil. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, J. E. L de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

SILVA, V. G da. **O antropólogo e sua magia**: Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, R de O. **Jovens e adolescentes em busca das drogas**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Justiça Terapêutica, 2002.

SILVA, C.L da. **Mulheres da luz**: uma etnografia dos usos e preservação no uso de crack. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Mestrado em Saúde Pública. São Paulo, 2000.

TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Cenário econômico, social e psicossocial no Brasil recente, e a crescente difusão do crack**: balanço e perspectivas de ação. O Social em questão. Rio de Janeiro, 2012.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

VIEIRA, A. L. “**A colaboração lhe bate à porta...**”: Visitadoras sociais e a política de normalização de corpos e mentes de operários e operárias de uma indústria têxtil no Rio de Janeiro (1944-1953). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Um debate disperso**: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo: Em Perspectiva, 13(3) 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada: **No meio do caminho tinha uma "pedra": estudo sobre o uso do crack por mulheres pobres da comunidade Jardim Fluminense na cidade de Fortaleza.** Este estudo tem como objetivo investigar as trajetórias de vida de mulheres usuárias de crack da comunidade Jardim Fluminense em Fortaleza (CE) e as marcas deixadas em suas vivências a partir desse uso. Gostaríamos de contar com a sua participação, em uma entrevista, que será gravada, se a Sra. autorizar. Salientamos que sua participação é voluntária e a Sra. poderá a qualquer momento deixar de participar do estudo sem qualquer prejuízo. Esclarecemos que a sua identidade não será revelada e que sua participação não trará nenhum prejuízo na sua qualidade de vida. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sem tornar possível sua identificação. Os dados retornarão para o local da pesquisa e poderão contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população. A participação na pesquisa envolve risco mínimo, uma vez que não prevê nenhum procedimento invasivo. O possível risco está relacionado à exposição e discussão de suas opiniões e conhecimentos. Se necessário, a Sra. poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Maria Gomes Fernandes Escobar, pelo telefone (85) 987846708, email: marisfer07@hotmail.com e/ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, para esclarecimentos sobre questões éticas, no endereço: Av. Dr. Silas Munguba, 1.700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, fone 3101.9890, email: cep@uece.br.

Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para arquivo do pesquisador.

Tendo sido informada sobre a pesquisa, "**No meio do caminho tinha uma "pedra": estudo sobre o uso do crack por mulheres pobres da comunidade Jardim Fluminense na cidade de Fortaleza.**", concordo em participar da mesma, de forma livre e esclarecida.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data _____

Assinatura do (a) Pesquisador (a) _____

APÊNDICE B

ROTEIRO NORTEADOR PARA ENTREVISTAS

1. Fale-me da sua história de vida, e como o uso do crack passou a fazer parte dela.
2. Você percebe diferenças entre o uso do crack por homens e por mulheres?
3. Em que local você faz uso do crack?
4. Quais as suas perspectivas de vida?
5. Você tem planos para o futuro?